

Mestrado em Estudos Medievais

Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes Rui Pedro Monteiro Santos

M

2017



Rui Pedro Monteiro Santos

**Representações da aristocracia nas crónicas de Pero López de
Ayala e Fernão Lopes**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo
Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda
e coorientada pelo Doutor Filipe Alves Moreira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2017

Representações da aristocracia nas crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes

Rui Pedro Monteiro Santos

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo
Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda
e coorientada pelo Doutor Filipe Alves Moreira

Membros do Júri

Professor Doutor António Resende de Oliveira
Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra

Professora Doutora Cristina Cunha
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Doutor Filipe Alves Moreira
Faculdade Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 19 valores

Retirado en la paz de estos desiertos,
con pocos, pero doctos libros juntos,
vivo en conversación con los difuntos,
y escucho con mis ojos a los muertos.

Si no siempre entendidos, siempre abiertos,
o enmiendan, o fecundan mis asuntos;
y en músicos callados contrapuntos
al sueño de la vida hablan despiertos.

Francisco de Quevedo, in *Parnaso Español*, 1648

Índice

Agradecimentos	8
Resumo/Abstract	10
Introdução	11
Capítulo 1 – Tempo e espaço – moldes de duas escritas	21
Capítulo 2 – Pelas entrelinhas do léxico: a caracterização das figuras aristocráticas	40
2.1. Problemáticas teórico-metodológicas	40
2.1.1. Figuras Aristocráticas	41
2.1.2. Hierarquia Aristocrática.....	43
2.2. A terminologia hierárquica nas <i>Crónicas</i>	46
2.3. A caracterização das figuras	60
2.3.1. Pero López de Ayala.....	61
2.3.2. Fernão Lopes	68
Capítulo 3 – Entre a parte e o todo: divisão política ao serviço da construção narrativa.....	82
3.1. Da figura coletiva do conselho à parentela régia em Ayala	83
3.2. Divisão e legitimação dinástica em Fernão Lopes.....	93
Considerações finais	102
Fontes e bibliografia	106

Agradecimentos

Esta dissertação é essencialmente sobre homens, mas os primeiros agradecimentos que escrevo são dirigidos às mulheres da minha vida. À mãe guerreira que durante este(s) ano(s) me ouviu, vezes sem conta, falar de Idade Média sem nunca dizer que não, mesmo quando a paciência atingia o limite. À Ana, meu eterno modelo, que mesmo não gostando especialmente de literatura medieval, leu cada uma destas páginas (e de tantas outras), dando-me sugestões enriquecedoras. À avó Mila e à tia Sandra pelo apoio de sempre e por nunca deixarem de acreditar em mim. A vós as quatro se deve muito daquilo que hoje sou e que aqui espero ter espelhado.

Da formação humana para a formação académica. Não posso deixar de começar por agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor José Carlos Ribeiro Miranda, por me dar liberdade total de seguir os caminhos que quis explorar. Pelo apoio, pelas longas conversas e os longos debates, pelos desafios que me colocou e as oportunidades que me concedeu, pela amizade. Palavras nenhuma são suficientes para lhe agradecer tudo isto.

Ao meu coorientador, Doutor Filipe Alves Moreira, pela ajuda incansável que me deu neste ano que passou. Por todas as correções, sugestões e estímulos. Pelas vezes que me fez ver mais além do que eu conseguia e me ajudou a perspetivar, pensar e argumentar melhor sobre vários tópicos. Pela rapidez com que sempre leu e anotou cada página que aqui apresento. Enfim, pela afeição pela cronística tardo-medieval que me transmitiu.

Agradeço igualmente a todos os Professores do Mestrado em Estudos Medievais, especialmente ao Professor Doutor José Augusto de Sotto Mayor Pizarro pela prontidão com que sempre se disponibilizou em me ajudar.

À Doutora Covadonga Valdaliso Casanova agradeço a disponibilidade com que comigo foi debatendo este projeto de dissertação, o comentário que me fez no Workshop de Estudos Medievais, bem como todas as sugestões e correções que me foi dando mesmo quando esta dissertação não passava ainda de um projeto longínquo.

À Ana Soares da Universidade Complutense de Madrid pela ajuda inimaginável que me deu – porque, num dia verdadeiramente homérico, fez com que esta dissertação pudesse ter sido escrita.

Aos colegas e amigos do SMELPS, por toda a partilha frutífera de ideias, sendo impossível não mencionar em especial a Joana, pelas conversas infindáveis, pelos *call for help* e, sobretudo, pela pessoa magnífica que é; e a Eduarda, pela paciência com que ouviu todas as minhas dúvidas, pela amizade e pela disponibilidade em ajudar-me sempre que mais precisei.

Aos amigos do GIHM, particularmente ao André e ao Miguel, por toda as dicas, sugestões e esclarecimentos que me foram dando.

Aos grandes amigos e companheiros nesta luta, que há cinco anos atrás iniciaram esta aventura conjunta. Destes, um obrigado seria pouco à Catarina e à Maria, por nunca nos deixarmos desistir, por todos os lamentos que ouviram, pela força que me transmitiram e, mais do que tudo, pela bela amizade. À Né e ao Henrique, pelo orgulho que sinto por nós, pelos momentos passados, os segredos partilhados e o ânimo transmitido.

À Susana, minha *work ladie*, por ter acompanhado este trabalho de perto e por ter ouvido todas as minhas inseguranças inúmeras vezes, sem nunca me abandonar. Ao Carlos e à Mafalda, meus companheiros medievais, que tanto me ajudaram pelos mares da teoria literária, obrigado pelo afinho com que leram este trabalho e por todas as preciosas correções. Ao Zé e ao Daniel. Obrigado por todos os comentários a esta tese e por cada momento que passámos juntos.

À Inês, ao Seixo e à Filipa, pelo apoio, pelas conversas eternas e por tudo o que me deram nestes últimos três anos.

Ao Fábio, o amigo mais paciente, que, mesmo a milhas de distância da história e literatura medievais, me ajudou sempre em tudo o que conseguiu. E foi mais do que suficiente.

Aos suspeitos do costume: à Patrícia, à Elsa, ao Simão, ao Francisco e ao Zé Miguel. De sempre e para sempre.

E, por fim, aos que já partiram – aos meus avós e à minha tia.

Resumo

Com esta dissertação, através de uma metodologia interdisciplinar, pretendemos analisar as representações da aristocracia na *Crónica de Don Juan I* e na *Crónica de Don Enrique III*, do cronista castelhano Pero López de Ayala, comparativamente às duas partes da *Crónica de Dom João I*, de Fernão Lopes. Analisando, num primeiro momento, questões ligadas ao léxico, esperamos enquadrar as figuras aristocráticas no seu grupo social e na função que desempenham nas narrativas, para que, num segundo momento, passemos para um estudo das relações que se estabelecem entre essas figuras, dentro das obras, sobretudo tendo em vista as divisões sociais e de oposição ao poder régio.

Palavras-chave: historiografia medieval; aristocracia; Fernão Lopes; Pero López de Ayala

Abstract

Through an interdisciplinary method, it is proposed the analysis of the representations of aristocracy in three chronicles of two different chroniclers: Don Juan I and Don Enrique III chronicles, written by Pero López de Ayala; and the two parts of Dom João I chronicle, by Fernão Lopes. In order to do that, I started by studying some lexical subjects, so that the aristocratic figures could be framed not only in their social group, but also inside the narrative. Also, we will analyse the relations between those figures, especially in what concerns the resistance to the royal power and the internal social divisions.

Key words: Medieval historiography; aristocracy; Fernão Lopes; Pero López de Ayala

Introdução

Musa ensina-me o canto
Imanente e latente
Eu quero ouvir devagar
O teu súbito falar
Que me foge de repente.

Sophia de Mello Breyner Andresen, “Musa”

Qualquer estudo sobre historiografia medieval, ao mesmo tempo que se verifica necessário e estimulante, revela-se igualmente exigente e arriscado. O desenvolvimento atual dos estudos filológicos permite e incentiva a realização de análises de cunho interdisciplinar, comportando em si não só o estudo puramente literário das narrativas históricas, como também um entendimento global sobre o contexto histórico que envolve a escrita dessas narrativas¹. Seguiremos, portanto, uma metodologia interdisciplinar que combina as vertentes literária e histórica. De facto, estudar um texto historiográfico é precisamente colocarmo-nos na senda destes dois campos. Vejamos: uma crónica merece a atenção da vertente literária na medida em que não deixa de ser texto narrativo, ainda que se assuma como factual e verdadeiro, pretendendo ser uma representação do real; e, porque as crónicas têm como objeto a representação da história, sentido faz que se atentem às condições extratextuais, como a formação do seu autor, o contexto que o envolve, ou ainda, os seus objetivos².

¹ Com efeito, “O filólogo põe o dedo na ferida aberta da difícil relação entre a historiografia e a história...” FERREIRA (2010), p. 15.

² Cf. “My emphasis on the text’s social site stems from my belief that the power and the meaning of any given set of representations derive in large part from their social context and their relation to the social and political networks in which they are elaborated.” SPIEGEL (1997), p. 53.

Fontes e objetivos

As fontes que selecionámos para o nosso estudo são apenas uma parte da obra cronística tanto de Ayala como de Fernão Lopes. Optámos por nos cingir ao que é historiografado para os anos finais do século XIV, ou seja, as crónicas de Don Juan I e de Enrique III³ do cronista castelhano e as duas partes da *Crónica de Dom João I*⁴ do cronista português. Esta opção estratégica explica-se tanto pela impossibilidade de, numa dissertação de mestrado, tratarmos toda a obra cronística de ambos, como também pela necessidade de procurarmos campos novos de estudo, dentro de um tema global já tão estudado pelos especialistas quer do âmbito filológico-literário, quer do histórico. Assim, relativamente a Pero López de Ayala, a *Crónica de Dom Pedro I e Don Enrique II*, assim como a *Crónica de Don Juan I* são aquelas sobre as quais mais estudos se têm realizado, deixando a incompleta *Crónica de Don Enrique III* como um terreno onde mais se deixa sentir a urgência de desbravamento. Por comparação, também no que diz respeito aos trabalhos sobre Fernão Lopes, parece-nos que englobar a segunda parte da *Crónica de Dom João I* pode ser uma mais valia, na medida em que é certamente a parte menos tratada do conjunto da sua obra historiográfica.

A opção por estes textos que narram o que acontece em Portugal e Castela entre sensivelmente 1382-1410 prende-se também com a própria conjuntura histórica que se viveu por esses anos na Península Ibérica, sendo que no caso do cronista português há ainda que ter em mente a conjuntura que envolve a sua redação, isto é, 1420-1445 aproximadamente. A análise da forma como Pero López de Ayala e Fernão Lopes representaram a aristocracia durante este conturbado período da história das relações entre Portugal e Castela, bem como o que lhe sucedeu e as diversas tentativas de paz entre os dois reinos, parecem-nos então a melhor cronologia para aferirmos acerca das representações aristocráticas na obra daqueles dois cronistas.

³ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II. Devemos referir que usaremos esta edição preparada no século XVI por Jerónimo Zurita, mas só publicada dois séculos depois, com acrescentos e notas de Llaguno, por ser a base de todas as edições que se fizeram desde então, com exceção de uma edição crítica da *Crónica de Don Juan I*, feita por Jorge Norberto Ferro, de difícil acesso, e que poderia, eventualmente, constituir um obstáculo à compreensão do leitor. A edição de Zurita baseia-se na versão vulgar das crónicas, ainda que, muitas vezes, surjam comentários em rodapé, de Llaguno, que remetem para pequenas diferenças entre esta versão e a versão abreviada. Uma edição crítica da *Crónica de Don Enrique III* está também a ser preparada. cf. MOURE (1980), pp. 256-292.

⁴ LOPES (1983), 2 vols.

Antes de apresentarmos os objetivos, torna-se necessário, contudo, entender que nos referiremos ao conceito de aristocracia definido por Joseph Morsel⁵, hoje em dia já disseminado pelos historiadores que estudam este grupo social. Falamos aqui essencialmente em aristocracia laica, nobreza e aristocracia urbanas, ainda que os membros das ordens religioso-militares sejam também figuras importantes para este estudo. Mostrou-se, todavia, impossível não tratarmos outras figuras que não se enquadrem neste conceito, como adiante referiremos.

Os objetivos que pretendemos alcançar com o desenvolvimento desta dissertação são os seguintes:

- Perceber como é apresentada a aristocracia nestas duas crônicas régias: modelos diferentes ou pontos em comum?
- Analisar quais as figuras aristocráticas mais destacadas. Tentar compreender as razões que justificam esta distinção: mérito militar? Proximidade aos monarcas e serviço ao rei? Há diferenças na representação das mesmas figuras de uma crônica para a outra?
- Estudar o tipo de ligação apresentada entre a aristocracia e a realeza. Neste caso específico, as figuras de Don Juan I e Don Enrique III nas crônicas ayalinas, assim como Dom João I, no segundo volume da *Crónica de Dom João I*, de Fernão Lopes. Quais as estratégias de aproximação da aristocracia perante a realeza? Como é que agem os monarcas perante a aristocracia?
- Compreender de que forma é que os cronistas apresentam a distinção social dentro da aristocracia e qual o valor e a importância da aplicação de determinados termos associados a algumas personagens. Notam-se diferenças do cronista português para o castelhano?

Metodologia e estrutura da dissertação

Retomando as questões em torno da metodologia, iniciámos este projeto com uma ampla pesquisa bibliográfica circunscrita a quatro grandes temas: estudos sobre a

⁵ Morsel afasta-se do conceito de elites, aliando ao de aristocracia o conceito de dominação proposto por Max Weber. Assim "et ce que certains appellent «élites urbaines» – mais que j'appellerais plutôt «aristocratie urbaine» en raison des problèmes sociologiques posés par la notion d'«élites». Cette aristocratie urbaine (parfois aussi qualifiée, en Allemagne ou en France, de «patriciat» par les historiens) forme elle aussi une fraction de l'aristocratie laïque, à laquelle appartiennent également les nobles ruraux et qui fait face à l'aristocratie ecclésiastique du haut clergé" MORSEL (2015), p. 450.

obra de Pero López de Ayala; o mesmo para Fernão Lopes; a aristocracia tardo-medieval castelhana; e a aristocracia de finais da Idade Média em Portugal. Depois de reunida uma sólida base de bibliografia secundária, iniciámos a análise detalhada das fontes primárias, análise para a qual decidimos realizar uma base de dados que nos auxiliaria a fazer o levantamento das figuras aristocráticas intervenientes em cada uma das obras em estudo, assim como perceber a sua possível evolução ao longo da narrativa. Entre os campos destas bases de dados, contam-se o nome, a família, o(s) título(s), o(s) cargo(s), as fidelidades, a caracterização – isto é, onde inserimos todas as passagens que caracterizem o caráter ou o físico dessas figuras, assim como um campo amplo, no qual apontámos as suas principais ações ao longo das crónicas. Esta base de dados teve ainda como objetivo auxiliar-nos na perceção da representação das relações dentro deste grupo social e dele com os monarcas que optámos tratar – Dom João I, Don Juan I e Don Enrique III.

Assim, de modo a respondermos aos objetivos que enunciámos já e tendo em conta a metodologia que descrevemos acima, dividiremos a dissertação em três grandes capítulos. O primeiro será dedicado à contextualização das obras e dos cronistas no seu tempo de escrita. Ainda que as crónicas que pretendemos analisar se reportem aos finais do século XIV e, tendo em conta o que apresentámos a nível metodológico, não nos parece despropositado apresentar uma análise geral das principais conjunturas que marcaram esse século e também a primeira metade do século seguinte, de modo a melhor entendermos de que forma esses acontecimentos têm importância para a construção destes textos historiográficos.

Depois desta fase inicial, o segundo capítulo será dedicado ao léxico. Num primeiro momento, analisaremos a forma como é apresentada a hierarquia social dentro do grupo aristocrático em cada uma das narrativas. De uma forma geral, tentaremos perceber quem são afinal estas figuras, qual o seu peso e de que forma os cronistas as referem, para daí tirar conclusões acerca das representações deste grupo. Dentro do mesmo capítulo, mas num segundo momento, analisaremos a adjetivação utilizada para caracterizar tais figuras – surgem muitas e variadas descrições? São elementos tipificados? Qual a importância destas características para a própria construção dessas figuras? Este subponto, por tratar de questões onde as diferenças entre Pero López de Ayala e Fernão Lopes são mais acentuadas, foi precisamente dividido em dois momentos, nos quais trataremos separadamente os dois cronistas.

O terceiro e último capítulo da dissertação debruçar-se-á sobre as relações estabelecidas a partir do grupo aristocrático, olhando, neste caso específico, para as divisões entre grupos de apoio, como um elemento constante e estruturante das narrativas, tendo em conta os objetivos de ambos os cronistas. Assim, focar-nos-emos nas relações entre o grupo aristocrático e o poder régio, dividindo o capítulo em duas partes: num primeiro momento, analisaremos as questões em torno do conselho de Don Juan I e a representação de duas figuras na *Crónica de Don Enrique III*; e, num segundo momento, voltaremos a nossa atenção sobretudo para a segunda parte da *Crónica de Dom João I* de Fernão Lopes. Neste último capítulo, cingir-nos-emos, dentro do grupo aristocrático, apenas a algumas figuras que escolhemos tratar, por nos parecem os melhores exemplos a referir, tendo em conta os objetivos que definimos já.

Estado da arte

Passemos a um breve enquadramento historiográfico no que diz respeito aos estudos sobre os dois cronistas que são a base desta dissertação. Tanto os trabalhos que se debruçam sobre Pero López de Ayala como os que têm como objeto a cronística de Fernão Lopes são vastíssimos e abrangem os mais variados enfoques de análise, facto que decorre do interesse generalizado tanto pelos investigadores dos estudos literários, devido à riqueza da criação narrativa de ambos os cronistas, como pelos historiadores, visto que Ayala e Fernão Lopes são as principais fontes para um estudo sobre os finais do século XIV em Portugal e Castela. Este enquadramento será feito tendo em conta alguns estudos que nos parecem ser os mais significativos e aprofundados em torno dos dois cronistas, ao mesmo tempo que será uma análise intencionalmente parcial, focada no que nessas obras é apresentado sobre a aristocracia e a nobreza. Faremos esta análise de duas formas distintas: em Ayala apresentaremos uma visão mais temática, dividida em blocos; para o texto de Fernão Lopes tentaremos realizar uma análise cronológica.

Ao contrário do que veremos para Fernão Lopes, os estudos que se foram desenvolvendo sobre a figura de Ayala e sobre a sua escrita não parecem tão contaminados por propósitos ideológicos afincados, o que se explica em parte pela própria temática desenvolvida por esse cronista. Ayala é um nobre que apresenta uma visão da história baseada no seu conhecimento empírico da realidade sobre a qual escreve. É, em simultâneo, autor e personagem das suas crónicas, não descrevendo uma

“revolução popular” que possa ser entendida de acordo com as afeições partidárias dos estudiosos da segunda metade do século XX. Assim, há um ponto que é amplamente aceite pela bibliografia sobre Ayala que aqui apresentamos: este cronista é um homem de uma casta social privilegiada, que apresenta a sua visão da história tendo, precisamente, em conta os desígnios do seu grupo – afeto à dinastia Trastâmara que, à custa deste apoio, cresceu exponencialmente⁶.

Igualmente de forma oposta ao que vemos para o cronista português, os autores que se debruçaram sobre a escrita de Ayala procuraram enquadrá-lo no seu tempo e, a partir daí, perceber os propósitos da sua escrita e seus mecanismos. É certo que, como dissemos já, são moldes distintos: Ayala escreve sobre o que vivenciou; Fernão Lopes não. Ayala pertence à nobreza, estando, portanto, bem documentado nas fontes da época; Fernão Lopes seria certamente originário de uma classe popular e grande parte da sua vida permanece envolta em sombras. Ainda assim, afigura-se mais evidente a tentativa de compreensão da cronística ayalina como um produto do seu tempo e da sua formação erudita, do que comparando com os trabalhos sobre o cronista português. Neste sentido, devemos salientar a obra de Franco Meregalli, que pretende exatamente posicionar a atuação política de Ayala como fermento da sua escrita da história⁷. A mesma lógica vê-se também nas obras de Luis Suárez Fernández – ainda que de cunho mais histórico. Este autor procura perceber o percurso pessoal de Ayala, para daí tirar ilações sobre a sua produção artística⁸. Devemos ainda salientar os vários trabalhos de Michel Garcia, que também olham para a escrita de Ayala através desta perspetiva, refletindo primeiro acerca da biografia e da cultura envolvente do sujeito cronista, para daí partir para a sua escrita⁹. Enfim, também na principal obra de síntese de Germán Orduna sobre este cronista, encontramos um capítulo sobre a cultura literária de Ayala,

⁶ GÓMEZ REDONDO (1991), p. 46.

⁷ Na introdução, o autor diz mesmo que “Se ha escrito mucho, demasiado, a propósito del problema de la veracidad o no del Canciller como historiador; poco, casi nada sobre sus ideas y su actuación política. Se «juzgó» a Pero López; mas poco se intentó «comprenderle»; y un juicio sin comprensión no puede ser sino superficial, y por ende injusto.” MEREGALLI (1955), pp. 5-6.

⁸ SUÁREZ FERNÁNDEZ (1962); SUÁREZ FERNÁNDEZ (1991), pp. 1-378.

⁹ “Nos inducen a considerarla (la exclusiva personalidad de Pero López) como fruto de una elaboración colectiva y expresión de un grupo social homogéneo. Ese grupo, desde luego, no ha sustituido al cronista para escribir la obra, y éste ha tenido entera libertad para adornar su relato como le parecía. Sin embargo, el marco en el que vive y trabaja Pero López es bastante apremiante: despotismo de la tradición, del contexto ideológico, de la interpretación oficial de la historia reciente.” GARCÍA (1983), p. 203. Ou ainda: “Toda la vida de Pero López de Ayala está colocada bajo el signo de la cultura.” GARCÍA (2007a), p. 10. E também: “Todo lo que le ocurría personalmente le inspiraba alguna reflexión útil para la comunidad, como si su propio destino no tuviera sentido fuera del espacio común.” GARCÍA (2007b), p. 172.

isto é, uma revisão crítica desde a sua formação intelectual, passando também pelas várias obras que traduziu e que influenciaram a sua historiografia¹⁰.

Dos títulos que apresentámos já, há que retirar uma conclusão – todos se debruçam especialmente ou sobre a totalidade das obras de Pero López de Ayala ou, quando tratando apenas a cronística, é essencialmente a *Crónica de Don Pedro e de Don Enrique II* alvo de consideração. Com efeito, Germán Orduna dedicou parte dos seus trabalhos a este texto, tendo sido mesmo pioneiro na teoria de que os dois textos independentes se tratariam antes de uma única crónica¹¹. Mais recentemente, Covadonga Valdaliso Casanova desenvolveu também um estudo sobre esta crónica e o seu cunho legitimador de uma perspetiva propagandística e retórica¹². Por fim, salientamos a importância dos estudos de Jorge Norberto Ferro, discípulo direto de Germán Orduna, por ser o nome que atualmente mais trabalha sobre a *Crónica de Don Juan I* e a *Crónica de Don Enrique III*¹³. O seu enfoque nestas crónicas permite, em certa medida, verificar que no conjunto da obra do Chanceler, mesmo que a historiografia seja o género mais estudado, a discrepância na quantidade de trabalhos sobre as diferentes crónicas de Ayala é notória¹⁴.

Olhando agora para a bibliografia sobre Fernão Lopes, devem ressaltar-se essencialmente dois aspetos: por um lado, estuda-se a sua cronística como forma de explorar a crise dinástica de 1383-85, assim como a ascensão ao trono do Mestre de Avis; por outro, desenvolvem-se trabalhos com o objetivo de compreender as fontes utilizadas pelo cronista, assim como a forma como fez o seu aproveitamento. Nos estudos que dedicou a Fernão Lopes, António José Saraiva defendeu sobretudo que a escrita lopeana tinha por base propósitos políticos de uma quase luta de classes entre o povo/“burguesia” e a nobreza, confronto esse que significava igualmente uma oposição entre o nacionalismo, defendido pela arraia-miúda que apoiava o Mestre, e os grandes, que suportavam a causa castelhana¹⁵. Assim, Saraiva veicula pela primeira vez a ideia de uma possível relação entre o tempo da escrita e o tempo da narração, isto é, um paralelismo entre 1383 e 1439. Nesta composição histórica, Lopes tomava então o

¹⁰ ORDUNA (1998).

¹¹ ORDUNA (1988), pp. 1-17.

¹² VALDALISO CASANOVA (2010). Ainda desta autora é também importante consultar os seguintes artigos: VALDALISO CASANOVA (2009), pp. 189-202; VALDALISO CASANOVA (2011), pp. 193-211.

¹³ FERRO (1990), pp. 58-64; FERRO (2002), pp. 133-143; FERRO (2010a); FERRO (2010b), pp. 39-52.

¹⁴ VALDALISO CASANOVA (2011), pp. 194-195.

¹⁵ SARAIVA (1950-1962), p. 500.

partido dos dominados¹⁶, ao mesmo tempo que deixava de lado todo e qualquer fulgor cavaleiresco, criticando mesmo esses valores como forma de ataque à classe nobre¹⁷. Além destas questões, Saraiva disseminou ainda a ideia de que há três grandes planos na *Crónica de Dom João I*, que, como referiremos de seguida, anos mais tarde seriam amplificados por Luís Sousa Rebelo.

Numa linha ainda mais radical, surge a posição de António Borges Coelho, que interpreta a revolução de 1383 como um movimento da burguesia e não do povo¹⁸, posição igualmente sustentada pelo próprio cronista, devido à realidade social com a qual se identifica – ainda que isso não seja sinónimo de que o momento de crise de 1439 sirva de modelo para a descrição lopeana da crise de 1383¹⁹. Borges Coelho continua assim a ideia de que Fernão Lopes apresenta uma luta de classes, criticando fortemente a classe nobre, mesmo através da figura de Nuno Álvares Pereira, que deve ser olhada não como um herói da *Crónica de Dom João I*, mas como uma figura de proa que, através das suas falhas, mostra a decadência do seu grupo e, enfim, de todo o sistema feudal²⁰.

As duas décadas finais do século passado ficaram marcadas por um crescimento da crítica em torno de Fernão Lopes. Em 1983, Luís Sousa Rebelo desenvolve a acima referida ideia de António José Saraiva, analisando a primeira parte da *Crónica de Dom João I* tendo em conta três grandes planos – ético-político, jurídico e providencial²¹. No ano seguinte, é publicado o volume de Ângela Beirante²², abordagem que mais se aproxima do tipo de estudo que pretendemos realizar, ainda que apresente algumas lacunas que hoje, passados mais de trinta anos, poderemos tentar rever e preencher. Neste estudo, a autora desenvolve um processo argumentativo de forma a colocar-se nos antípodas do que é apresentado por António José Saraiva, defendendo, portanto, que o povo não é o sujeito de nenhuma das crónicas de Fernão Lopes e que, em última

¹⁶ SARAIVA (1960), pp. 31-34.

¹⁷ “A «honra» cavaleiresca – que aqui não se distingue do «proveito» - aparece maltratada a esta luz; nenhuma outra classe se revela nas páginas do cronista tão gananciosa e oportunista, tão desprovida de ideias – ressaltando sempre a personalidade de Nun’Álvares, cujas virtudes, aliás, evidenciam, pelo contraste, os defeitos gerais dos seus pares.” SARAIVA (1998), p. 196.

¹⁸ “O povo é a carne e o sangue de todas as revoluções. Em 1383 a direção no cume não esteve nas suas mãos.” COELHO (1984), p. 122.

¹⁹ COELHO (1984), pp. 52-54.

²⁰ COELHO (1984), pp. 137-141.

²¹ REBELO (1983).

²² BEIRANTE (1984).

instância, o cronista não faz mais do que uma apologia da classe aristocrática²³. Na mesma linha, encontra-se João Gouveia Monteiro, quando explica que Fernão Lopes não pretendia demonstrar uma subversão da ordem estabelecida, pois tinha presente os ideais cavaleirescos como fundo imagético do seu plano de escrita, o que faz com que a figura de Nuno Álvares Pereira seja então apresentada como um modelo a seguir pelo restante grupo nobiliárquico²⁴. Já no início da década seguinte, Margarida Garcez Ventura desenvolveu um estudo em torno da figura do Mestre de Avis e da sua ascensão ao longo da primeira parte da *Crónica de Dom João I*. Ainda que defenda que a figura do Mestre só surja como verdadeira alternativa ao trono português nessa mesma crónica – ideia que, como de seguida veremos, está já ultrapassada –, este estudo é relevante para a nossa análise, uma vez que também chama a atenção para a preponderância das personagens nobres, bem como para o entendimento global da criação que Fernão Lopes faz do próprio Mestre de Avis²⁵.

De forma a terminarmos este breve enquadramento historiográfico, devemos ainda salientar dois nomes – Teresa Amado e Filipe Alves Moreira. Num momento em que os estudos em torno de Fernão Lopes pareciam extremar-se em partidos, Teresa Amado desenvolveu os seus inúmeros trabalhos acerca da sua cronística, analisando sobretudo a intertextualidade das suas obras com os textos de Ayala e com a *Crónica do Condestável*²⁶. Além disto, esta autora vem novamente colocar Fernão Lopes na sua época, equacionando a hipótese da descrição da crise de 1383-1385 ter sido feita à luz da própria crise social que se vivia nas vésperas de Alfarrobeira, equilibrando ainda as tendências que pretendiam salientar uma visão muito populista ou, por oposição, muito cavaleiresca das narrativas lopeanas²⁷.

Depois de vários anos em que o estudo de Fernão Lopes fora intenso e da desenvoltura dos trabalhos de Teresa Amado, hoje em dia, a discussão em torno de temáticas lopeanas parece ter abrandado, ao mesmo tempo que há uma grande dispersão e redundância nos trabalhos realizados, tanto em Portugal como no Brasil, apesar da

²³ “Os agentes históricos em F. Lopes são fundamentalmente os nobres. Os não nobres apenas entram nas crónicas quando servem os objetivos daqueles. (...) Por tudo isto, não podemos aceitar a afirmação de que F. Lopes tenha sido um cronista do povo. Ele foi sim o grande cronista de uma revolta em que tomou parte o povo, mas cujo objetivo era impor um rei que ele concebe de acordo com um esquema tradicional e conservador.” BEIRANTE (1984), pp. 98-99.

²⁴ MONTEIRO (1988), pp. 127-128.

²⁵ VENTURA (1992), pp. 18-25.

²⁶ AMADO (1997).

²⁷ Cf. nota anterior, mas ainda: AMADO (2001), pp. 437-477; AMADO (2007a), pp. 133-142; AMADO (2007b), AMADO (2010), pp. 1044-1045.

existência de alguns interessantes estudos. Ainda assim, os trabalhos de Filipe Alves Moreira são uma das exceções: tentando primeiro comprovar que a *Crónica de 1419* faz também parte de um projeto historiográfico encomendado a Fernão Lopes²⁸, demonstrou que a trilogia lopeana – *Crónica de Dom Pedro*, *Crónica de Dom Fernando* e *Crónica de Dom João I* – funciona como um caminho justificatório para a eleição do Mestre de Avis nas cortes de Coimbra e, portanto, para a iniciação de uma nova dinastia em Portugal²⁹.

²⁸ MOREIRA (2013).

²⁹ MOREIRA (2015), pp. 158-170.

Capítulo 1

Tempo e espaço – moldes de duas escritas

O todo sem a parte não é todo;
A parte sem o todo não é parte;
Mas se a parte o faz todo sendo parte,
Não se diga que é parte, sendo todo.

Gregório de Matos

Falar de Pero López de Ayala e de Fernão Lopes é necessariamente enquadrar estes dois cronistas no tempo em que desenvolveram as suas obras; é perceber as convulsões que assolaram os séculos em que viveram e aquelas a que se reportaram nas suas escritas da história; é também olhá-los como produto de uma evolução dos próprios modelos historiográficos medievais. A isso nos propomos com este capítulo, isto é, através de uma base contextual sólida (mas não demasiado descritiva e repetitiva do que foi já sendo apontado), tentar perceber o *background* das escritas de cada um destes cronistas, partindo daí para o cerne da dissertação.

Recuemos, para isso, à primeira metade do século XIV, de modo a colocarmos os nossos cronistas no seu tempo e no ambiente que os rodeava e sobre o qual escreveram³⁰, enquadrando, assim, Pero López de Ayala e Fernão Lopes nas grandes conjunturas que assolaram trezentos e quatrocentos, das quais salientaremos três: as crises agrárias e as suas consequências socio-demográficas; a preponderância da Guerra dos Cem Anos em todo o panorama europeu; e o Grande Cisma da Igreja Católica, que se consumou na segunda metade daquele século.

³⁰ Relembre-se o que já referimos anteriormente “Only after the text has been returned to its social and political context can we begin to appreciate the ways in which both language and social reality shape discursive and material fields of activity and thus come to an understanding of a text’s “social logic” as situated language use.” SPIEGEL (1997), p. 27-28.

Sem procurarmos apresentar toda a discussão relativa à explicação e aos motivos da crise económico-social que assombrou o século XIV - até porque não é esse o âmbito desta dissertação -, parece incontornável referir alguns pontos. Graças a uma relação desigual entre a população e os recursos existentes, em muito devida a uma sucessão de maus anos agrícolas por todo o continente, desde cedo se manifestaram fomes aliadas a subidas generalizadas de preços. Juntando-se a grave epidemia da peste, que a partir de 1347 ceifou várias vidas de forma desigual nas diferentes regiões europeias, não é difícil compreender a diminuição demográfica generalizada, por um lado, bem como as crescentes tensões sociais, por outro³¹.

À mortandade devido à fome e à doença, liga-se ainda aquela que é proveniente da guerra, sobretudo a relativa aos episódios que opuseram a coroa francesa à coroa inglesa. É o panorama da Guerra dos Cem Anos, conjunto de vários conflitos que assolaram o ocidente europeu entre 1337 e 1455. Ainda que iniciada pela reclamação dinástica de Eduardo III de Inglaterra ao trono francês, depois da subida ao trono de Filipe de Valois, aceitam-se geralmente pelo menos mais duas razões para o deflagrar deste conflito – as disputas pelo controlo da região da *Guyenne*, bem como a competição por zonas de influência, sobretudo a nível económico, das quais a Flandres é talvez o melhor exemplo³². Travada a distintos ritmos e em diferentes fases, é sobretudo numa segunda fase deste conflito que vemos a Península Ibérica ser pano de fundo da continuação da hostilidade entre França e Inglaterra. Depois de um primeiro momento pautado pelo avanço inglês, a partir de 1364, com a subida ao trono de um novo monarca francês, Carlos V, a guerra parece inverter-se. Procurando equilibrar os seus apoios face ao inimigo, e aproveitando também certas dissensões no seio da sociedade inglesa, o novo rei francês vai encontrar em Castela o aliado perfeito³³. O conflito europeu transvasa para a península através da guerra civil castelhana que se vivia então e que opunha o rei castelhano, Don Pedro I, ao seu meio-irmão, Enrique, conde de Trastâmara, sustentado por uma importante facção aristocrática. Carlos V apoia então este último nas suas pretensões ao trono, enquanto Don Pedro procura auxílio no inimigo natural da França: a Inglaterra³⁴. Porém, a faceta peninsular da Guerra dos Cem Anos não se extingue aqui. Como veremos adiante, perante o assassinato de Don Pedro

³¹ PORTELA (2006), pp. 258-266.; BALARD, GENET, ROUCHE (1994), pp. 254-261.

³² MITRE (2006a), p. 276.

³³ BALARD, GENET, ROUCHE (1994), pp. 268-269.

³⁴ MITRE (2006), p. 277.

pelo seu irmão, é altura do monarca português, Dom Fernando, entrar no conflito. Depois de uma primeira tentativa falhada, este rei alia-se, em 1372, aos ingleses para empreender uma (novamente fracassada) invasão castelhana³⁵. Com a morte de Dom Fernando e com o problema sucessório que se colocou em Portugal, o Regente e Defensor do Reino, Dom João, mestre de Avis (meio irmão do monarca falecido), alia-se a Inglaterra, através da figura do Duque de Lencastre, para fazer frente às pretensões castelhanas de Don Juan I, apoiado agora por Carlos VI de França³⁶.

Por fim, a todos estes eventos deve aliar-se ainda o Grande Cisma da Igreja Católica que se instaurou no Ocidente na segunda metade do século XIV. Logo nos inícios dessa centúria, o papa Clemente V abandona a cidade de Roma devido às contínuas lutas que ainda se faziam sentir entre o Império e o Papado, mudando a cúria papal para a cidade de Avinhão. Em 1377, Gregório XI regressa a Roma, mas pouco depois, à data da sua morte, a Igreja divide-se: é eleito Urbano VI e, perante esta situação, os cardeais franceses deixam a cúria e elegem Clemente VII, que se instala novamente em Avinhão. Esta divisão, precisamente durante um novo momento de retoma dos conflitos da Guerra dos Cem Anos, levou a que se formassem duas fações de apoio. Por um lado, os reinos que apoiavam o papado de Roma, grupo liderado pela Inglaterra e seus aliados; por outro, os que eram favoráveis a Avinhão, França e, necessariamente, Castela. Esta importante questão, que só se veria resolvida já entrado o século XV, veio assim adensar o clima de conflito que se vivia entre os estados europeus, ao mesmo tempo que marcou uma etapa de maior importância na evolução do próprio papado e da Igreja Católica³⁷. É ainda de salientar que, neste contexto, a posição de Portugal foi alternando entre as duas fidelidades, fixando-se definitivamente no apoio ao papado de Roma com a eleição de Dom João I, em 1385³⁸.

Brevemente traçados alguns dos aspetos que nos parecem as principais conjunturas que marcaram o século XIV, interessa-nos agora voltar os olhos para a evolução interna de Castela e Portugal, de acordo com o quadro geral que apresentámos³⁹. Vejamos sobretudo a evolução político-social destes dois reinos a partir

³⁵ MARQUES (1987), p. 520; SOUSA (1997), p. 412.

³⁶ MITRE (2006a), p. 278. Para uma melhor compreensão da faceta peninsular da Guerra dos Cem Anos ver RUSSELL (2000).

³⁷ BALARD, GENET, ROUCHE (1994), pp. 323-327; MITRE (2006b), pp. 308-310.

³⁸ SOUSA (1997), p.413.

³⁹ Para um melhor entendimento deste fenómeno, veja-se o seguinte artigo IRADIEL MURUGARREN (2004), pp. 13-48.

de 1350, fazendo, sempre que necessário, incursões à primeira metade de trezentos e, no caso de Portugal, avançando também na cronologia, entrando já no século XV, para melhor enquadrarmos o tempo de escrita de Fernão Lopes.

É precisamente nos primeiros meses de 1350 que morre de peste Afonso XI, durante o cerco à cidade de Gibraltar, sucedendo-lhe no trono castelhano o seu filho Don Pedro. Durante o seu reinado, os problemas que opunham aristocracia e realeza, desde o início desse século, agravaram-se, pelo que não será exagerado reafirmar que, em Castela, os séculos XIV e XV ficaram precisamente marcados por essa luta constante⁴⁰. A conflitualidade política que se verifica com Don Pedro explica-se essencialmente pela divergência de opiniões no que à monarquia e ao seu poder diz respeito: de um lado o rei, que advogava um tipo de governo individualista e um poder central forte⁴¹; do outro lado, grande parte da aristocracia, que ambicionava um maior poder político⁴². Se a isto juntarmos ainda os problemas económico-sociais que Don Pedro teve que enfrentar devido à conjuntura internacional à qual nos reportámos atrás, compreendem-se as dificuldades com as quais este monarca lidou.

Assim, entre 1354 e 1356 vive-se em Castela um primeiro episódio de guerra civil, que terminou com o cerco de Toro e a vitória do rei. A monarquia sai vitoriosa, mas por pouco tempo. Nas palavras de Luis Suárez Fernández, “Para gobernar y durar el régimen necesita estructurarse – esta es una vertiente – y no hundirse en el terror. El rey sigue el segundo camino.”⁴³ Ao mesmo tempo que Don Pedro segue uma política cada vez mais fortalecedora do poder monárquico centralizado e ações de represália perante os que durante a guerra civil se lhe opuseram, alguns dos que lhe haviam feito frente, em especial o seu irmão bastardo Enrique, organizavam em França uma contraofensiva⁴⁴. Deste modo, em 1366, inicia-se nova guerra civil, com a invasão de Enrique Trastâmara. Como já referimos, esta empresa bélica pautar-se-á pela associação à Guerra dos Cem Anos, na medida em que Don Pedro se alia ao monarca inglês, Eduardo III, enquanto o bastardo tem o apoio de Carlos V de França. Os petristas pareciam em vantagem, sobretudo depois de em 1367 vencerem a batalha de Nájera. Contudo, esta vitória não seria mais do que o início do fim do reinado de Don Pedro.

⁴⁰ SUAREZ FERNANDEZ (1991), p. 3.

⁴¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ (1991), p. 5.

⁴² SUAREZ FERNANDEZ (1962), cap. II, p. 2; GONZALEZ (2006), p. 301.

⁴³ SUAREZ FERNANDEZ (1962), cap. II, p. 11.

⁴⁴ SUAREZ FERNANDEZ (1991), p. 38.

Perdendo o apoio inglês, o exército que vencera em Nájera seria então derrotado em 1369, em Montiel, e o rei acabaria morto às mãos do próprio irmão, Enrique⁴⁵.

Entre 1357 e 1367, reinou em Portugal Dom Pedro, primo do homónimo castelhano. Tal como se verificou em Castela, estes anos ficaram marcados pelas dificuldades económico-sociais que a conjuntura internacional da época impôs. Em termos gerais, e ao contrário do que se verificou no reino castelhano, o monarca português manteve boas relações com o grupo aristocrático. No entanto, o mesmo não aconteceu relativamente ao clero, a quem tentou severamente limitar o poderio⁴⁶. A estes aspetos da sua política devemos ainda aliar outros pontos: um importante impulso legislador, a continuidade no processo de centralização do poder real e, em simultâneo, a manutenção de um clima de paz com os restantes reinos peninsulares⁴⁷.

A vitória de Enrique II em 1369 marca o triunfo do partido aristocrático que ambicionava uma maior afirmação política. A parentela régia torna-se preponderante e as reuniões de cortes frequentes locais de decisão política⁴⁸. A monarquia trastâmara revela-se, a partir de então, simultaneamente “nobiliária e popular”⁴⁹. Enrique II haveria de governar Castela até 1379 e durante o seu reinado toda a conjuntura que o levou ao trono foi motivo de várias guerras com os restantes reinos peninsulares, bem como com o Duque de Lencastre, casado com uma filha legítima de Don Pedro de Castela, que reivindicava para a sua mulher o trono castelhano⁵⁰. Destas guerras, saiu Enrique II sempre vitorioso, deixando o reino numa posição poderosa e de prestígio.

O reinado de Enrique II correspondeu quase na totalidade ao de Dom Fernando em Portugal, que, tal como seu pai, se tornou num monarca controverso, sobretudo se tivermos em conta quatro aspetos: a sua aparente subjugação aos interesses aristocráticos; o casamento contestado com Leonor Teles; as questões ligadas à má governação da fazenda; e as três guerras com Castela, aspeto de fundamental importância, tendo em conta o problema sucessório que surgiu à sua morte. Após a vitória de Enrique de Trastâmara em Montiel, o monarca português entra pela primeira vez em guerra com Castela (1369-70), seguindo-se depois duas novas tentativas de se assenhorear do trono castelhano (1372-73; 1381-82). No fim deste último episódio

⁴⁵ SUAREZ FERNANDEZ (1991), pp. 118-125; GONZALEZ (2006), p. 301.

⁴⁶ MARQUES (1987), pp. 507-508.

⁴⁷ SOUSA (1997), pp. 488-490.

⁴⁸ GONZALEZ (2006), p. 302.

⁴⁹ SUAREZ FERNANDEZ (1991), p. 103.

⁵⁰ SUAREZ FERNANDEZ (1991), pp. 159-160.

bélico, já contra Juan I, assinou-se entre os dois reinos o Tratado de Salvaterra, que, em última instância, levaria a um dos mais dramáticos momentos da história medieval portuguesa.

Don Juan I, começando por vencer uma guerra contra Portugal, acabaria por arrastar Castela para uma pesada derrota em Aljubarrota, momento que se revela um ponto de viragem na sua política. Em 1383, morria o monarca português Dom Fernando, cuja única filha legítima, Dona Beatriz, estava casada com o então rei castelhano, tendo-se definido no já referido Tratado de Salvaterra, assinado entre Juan I e Dom Fernando, na sequência da vitória do primeiro na 3ª Guerra Fernandina⁵¹, que, a haver um filho desse casamento, seria esse mesmo filho a ficar com o trono português. No entanto, assim que o soberano português morreu, Don Juan invadiu Portugal e cercou Lisboa, apenas levantando cerco depois de uma grande pestilência ter levado à morte de importantes homens do seu séquito guerreiro. Não seria o fim das tentativas do rei castelhano, já que em 1385 nova incursão do monarca levaria ao maior enfrentamento entre tropas portuguesas e castelhanas, em Aljubarrota. Em grande desvantagem numérica, os portugueses vencem a batalha, liderados pelo Mestre de Avis, que era já por aquela altura Dom João I de Portugal, eleito nas Cortes de Coimbra convocadas poucos meses antes do confronto militar.

Este novo momento em que o panorama geral da Guerra dos Cem Anos se estende até à Península não terminaria, contudo, com a vitória portuguesa, na medida em que tal não garantiria a pretensão do Duque de Lencastre ao trono castelhano. Assim, ainda em 1385, a Galiza é invadida por forças inglesas, que rapidamente se espalham e dominam esse território⁵². Apesar de esta incursão se ter saldado com um grande fracasso – terminando em 1388 com as tréguas de Baiona –, dois aspetos são relevantes: em primeiro lugar, nota-se que havia ainda quem nutrisse um sentimento petrista no reino de Castela, pelo menos no território galego, que tão prontamente se deixou comandar por uma figura que se entendia como legítimo herdeiro de Don Pedro⁵³; em segundo lugar, é importante perceber que a posição de Don Juan não lhe fora sempre favorável durante esta invasão inglesa⁵⁴, não obtendo, o monarca

⁵¹ SOUSA (1997), p. 414.

⁵² SUAREZ FERNANDEZ (1962), cap. VI, p. 2.

⁵³ RUSSELL (2000), pp. 457-458.

⁵⁴ RUSSELL (2000), p. 482.

castelhano, pesadas vitórias face às tropas inimigas, facto esse que teve igualmente um grande impacto nos dois anos de reinado que lhe restaram.

A todos estes problemas externos, teremos ainda de adicionar outros. Este monarca recebera de seu pai um regime político baseado na participação aristocrática. Todavia, Don Juan parece tender novamente para o fortalecimento do poder régio, apoiando-se em fações mais baixas da classe aristocrática, em detrimento, por exemplo, da sua parentela. Este reinado ficou assim marcado por uma conflitualidade latente no seio da aristocracia – conflito que não se baseava apenas na diferenciação social dentro do próprio grupo, mas que também recuperava as problemáticas que expusemos anteriormente para o reinado de Don Pedro: por um lado, um grupo em ascensão que apoiava o monarca nos seus intuitos centralizadores e, por outro, uma aristocracia de topo que pretendia fazer valer o seu papel político⁵⁵. Esta instabilidade tornou-se sobretudo notória no que aos episódios bélicos dizem respeito, visto que os ímpetus guerreiros de Don Juan conduziram quase sempre a derrotas e ao descrédito internacional de Castela, opondo-se claramente ao reinado de Enrique II⁵⁶.

Voltemos, contudo, a Aljubarrota – ou, melhor ainda, a Coimbra e ao momento em que o Regedor e Defensor do Reino de Portugal é feito Rei. A regência de Leonor Teles, iniciada após a morte de Dom Fernando, e a aproximação da rainha a Castela levaram a que a sociedade portuguesa se dividisse no apoio a várias figuras que ambicionavam o trono português – Dona Leonor, Dona Beatriz (e Don Juan I) e o infante Dom João, filho de Dom Pedro e Dona Inês de Castro. Num primeiro momento, a figura do Mestre não era uma hipótese e, de facto, ele próprio parecia apoiante da fação do infante Dom João, tornando-se, a pouco e pouco, um potencial partido a apoiar⁵⁷. Depois de um período de grande instabilidade, e de uma primeira invasão castelhana, o Mestre de Avis, suportado por oligarquias urbanas burguesas, mas também por fações aristocráticas, é eleito rei de Portugal pelas cortes de Coimbra de 1385 e, poucos meses depois, obtém a sua primeira grande vitória militar, frente a Don

⁵⁵ SUAREZ FERNANDEZ (1962), cap. V, p. 1; SUAREZ FERNANDEZ (1991), pp. 291-292.

⁵⁶ RUSSELL (2000), p. 482.

⁵⁷ ARNAUT (1960), p. 182; MATTOSO (2001), p. 232. Só então a partir do momento em que o Mestre de Avis começa a figurar como potencial rei é que se pode verificar a divisão tripartida da sociedade portuguesa que apresenta SUAREZ FERNANDEZ (1986), p. 8 “La revuelta (...) tuvo en el primer momento el carácter de un alzamiento social (...). De ahí la peculiaridad de la división de Portugal en tres bandos y no en dos: las ciudades con el maestre de Avis, la reina con la legitimidad que proporciona el testamento de su marido, y los nobles que temen al primero y no desean en modo alguno la victoria de la segunda.”

Juan nos campos de Aljubarrota. Os anos que se seguem são, naturalmente, de retoma das principais fortalezas que ainda se alçavam pelo rei de Castela, bem como de incursões em solo inimigo. Pelo menos até 1411, data em que se assinam novas tréguas com Castela, a política de Dom João é essencialmente bélica⁵⁸ para com o inimigo terrestre, ao mesmo tempo que procura reforçar a sua posição e imagem enquanto monarca.

Todavia, em 1390 morria Juan I, deixando um filho, futuro Enrique III, com apenas dez anos. O reino de Castela fica assim entregue a um período de regência, devido à menoridade do rei. Entre 1390 e 1393, estalam assim os problemas que já se viam prenunciados desde o reinado anterior – as divergências dentro da classe aristocrática atingem o seu auge, demonstrando o verdadeiro poder deste grupo, face a uma monarquia em crise⁵⁹: de um lado, a alta aristocracia parente da família real, que propunha para o período da menoridade que apenas um pequeno grupo de homens estivesse à frente do reino; e, por outro lado, uma aristocracia de estatuto mais baixo, apoiante da monarquia, que ambicionava a criação de um Conselho de Regência mais amplo, auxiliado pelo Conselho Real⁶⁰. Dois grupos em aberta luta pelo poder - os que se regiam pelo testamento do falecido rei Don Juan e os que apoiavam o Conselho:

“Asi fué que por razón de la quistión del Testamento é del Consejo, asi como los Señores, segund dicho avemos, eran departidos, asi se ficieron las cibdades é villas del Regno dos partes, que las unas tenían la parte del Testamento, é las otras la parte del Consejo.”⁶¹

Toda esta situação era indesejável, tanto para a política interna, como para a política externa castelhana. Repare-se: enquanto Portugal, no rescaldo de Aljubarrota, vira o seu monarca eleito fortalecer o seu poderio nomeadamente através de vitórias militares e de alianças diplomáticas com Inglaterra⁶², Castela dividia-se em facções e enfrentava lutas intestinas, numa conjuntura internacional propícia a uma nova guerra com o reino vizinho.

⁵⁸ SOUSA (1997), p. 417.

⁵⁹ SUAREZ FERNANDEZ (1991), p. 304.

⁶⁰ SUAREZ FERNANDEZ (1962), cap. VII, pp. 5-6.

⁶¹ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p.395.

⁶² COELHO (2013), pp. 90-97.

Depois de períodos bastante conturbados, em 1393, faltando ainda alguns meses para atingir a maioridade, Don Enrique III, apoiado pelo Conselho, assume a governação do reino⁶³, iniciando um processo de dominação das grandes figuras que se impunham desde o fim do reinado de seu pai – prende o Duque de Benavente; ordena que a sua tia, rainha de Navarra, retorne para o seu marido; e domina finalmente Don Afonso de Noroña, em Gijón. A partir deste momento, apoiado então pelo Conselho e por uma aristocracia de menor estrato do que a facção que havia capitulado, o reinado de Enrique III pauta-se por um reforço da autoridade real, subordinada à consulta do Conselho e das Cortes – ou seja, o modelo monárquico que se impôs com Enrique II.

O reinado de Enrique III é especialmente importante para a figura de Pero López de Ayala, porque é precisamente a partir das convulsões internas do período da menoridade do rei que o cronista atinge o máximo do seu protagonismo político, participando depois nas negociações de novas tréguas com Portugal, e viajando até Avinhão, onde outro problema relativo ao Cisma da Igreja estalara ⁶⁴. Com efeito, todo o seu percurso culminaria em 1398 ao ser nomeado Chanceler-Mor do reino de Castela, o mais alto posto do governo⁶⁵. Seria a última grande vitória política de Ayala. O cronista viria a falecer menos de dez anos depois, em 1407 e, a partir desta data, deixamos de acompanhar a evolução política castelhana, para nos focarmos novamente em Portugal.

O reinado de Dom João I de Portugal estendeu-se de 1385 até 1433 e, ainda que o problema com Castela se tenha arrastado praticamente até à sua morte⁶⁶, sobretudo, e como já referimos, a partir da década de 1410, a guerra voltar-se-ia então para o norte de África, conquistando-se Ceuta em 1415⁶⁷. Dom João I continuou vigorosamente a

⁶³ MEREGALLI (1955), pp. 113-114; É interessante ainda aqui salientar a posição de SUAREZ FERNANDEZ (2009), p. 101 “El 2 de agosto de 1393, dos años antes de lo previsto, la Regencia declara concluida su tarea y, sin consulta previa a las Cortes, reconoce la mayoría de edad de Enrique III. Un rey de catorce años. Es casi un golpe de Estado; el consejo va a seguir gobernando aunque desde una legitimidad que nadie se atreve a discutir.”

⁶⁴ Sobre este aspeto, diz SUAREZ FERNANDEZ (2009), p. 101 “Los tres principios que rigen la política exterior castellana – estrecha alianza con Francia, paz a toda costa con Portugal, respaldo al Pontificado instalado en Avignon – son trazados o modificados bajo su mano diestra.”

⁶⁵ GARCIA (2007a), p. 18.

⁶⁶ Mesmo depois das tréguas de 1411, às quais fizemos já referência, deram-se outras embaixadas que procuravam a paz definitiva. Esta só veio a ser firmada em 1431, depois de novas tréguas terem sido assinadas em 1423. OLIVERA SERRANO (2005), pp. 174-193.

⁶⁷ Não nos interessa aqui apresentar uma tentativa de explicação da conquista desta praça africana e a todos os motivos – económicos, sociais, políticos, religiosos, entre outros – que levaram a que se atravessasse o estreito. Para uma melhor problematização e compreensão deste fenómeno veja-se o estudo recente de DUARTE (2015).

política de controlo das restantes forças sociais, bem como todo o processo de centralização que se tinha iniciado, pelo menos, um século e meio antes. Não devemos, portanto, deixar de referir o seu controlo face à aristocracia e às ordens religioso-militares (o que é evidenciado, nomeadamente, através da entrega da mestria das ordens a alguns dos seus filhos – Dom Henrique foi governador da Ordem de Cristo, Dom Fernando mestre de Avis e Dom João mestre de Santiago), mas também o seu domínio sobre as próprias forças concelhias⁶⁸.

À morte deste monarca, sucede-lhe Dom Duarte, com um reinado de apenas cinco anos, mas de grande importância para o assunto que aqui tratamos. Dom João I teria já associado o seu filho à governação por volta de 1412⁶⁹, o que depois justificaria a sua variada e intensa atividade legislativa, mesmo ainda durante o reinado de seu pai. Ainda assim, são essencialmente dois aspetos do seu governo que nos interessam aqui salientar – a promulgação da *Lei Mental* e a criação do ofício de cronista-mor. Fernão Lopes entra finalmente em cena. O primeiro ato legislativo remonta ao ano de 1434 e é uma das facetas visíveis da política de continuidade do processo de centralização régia que Dom Duarte segue. Ainda que os seus resultados sejam discutíveis, num plano teórico, a *Lei Mental*, que fora já pensada por Dom João I, demonstra a força da monarquia perante a aristocracia, regulamentando, neste caso, a transmissão de património no seu seio⁷⁰ e, portanto, servindo como forma de controlo deste grupo social.

O ano de 1434 é também aquele em que Dom Duarte recompensa Fernão Lopes por uma tarefa que lhe havia sido encomendada anteriormente – a escrita de uma crónica geral do reino de Portugal, embora não seja a primeira referência conhecida àquele que, assim, se torna no primeiro cronista-mor do reino. Na verdade, Fernão Lopes estava já em cena: sabe-se que em 1418, Dom João I o havia feito guardador da Torre do Tombo e que em 1422 era escrivão da puridade do Infante Dom Fernando⁷¹. A consciência de Dom Duarte relativamente à necessidade da escrita de um texto global que contasse a história do reino de Portugal reveste-se de uma importância considerável, uma vez que, por um lado, mostra a consciência erudita deste monarca – que também deixou obras escritas pela sua mão, mas, sobretudo, e por outro lado, marca o início da

⁶⁸ SOUSA (1997), pp. 418-419.

⁶⁹ DUARTE (2005), pp. 60-64.

⁷⁰ DUARTE (2005), pp. 168-172.

⁷¹ SARAIVA (1960), pp. 12-16; DUARTE (2005), p. 217.

glorificação e mitificação em torno da dinastia de Avis, enquadrada num plano maior de propaganda política em torno da figura de Dom João I e da sua prole⁷², plano que Fernão Lopes desenvolveria de forma exímia.

À morte de Dom Duarte, em 1438, o seu herdeiro, futuro Dom Afonso V, era ainda menor de idade, tendo sido a regência do reino entregue à rainha viúva. Cinquenta e cinco anos depois, Portugal vivia assim um novo momento de regência feminina, através da rainha Dona Leonor, nome curiosamente homónimo daquela que regera em 1383. As coincidências manifestar-se-iam, contudo, não só na antroponímia: rapidamente, devido a receios dos vários estados sociais mesmo relativos à própria independência nacional, ao nome da rainha foi aliado a um outro – o infante Dom Pedro, irmão do rei falecido. Com efeito, este período de regência partilhada seria breve e em 1439, depois de problemas internos, Dom Pedro passaria sozinho a liderar os destinos de Portugal, apoiado fervorosamente pelos concelhos⁷³. Inicia-se um novo momento de regência, durante o qual o clima de tensão social se adensou, devido à atitude centralizadora do Infante face à aristocracia. Este período precedeu a subida ao trono de Dom Afonso V, em 1448, bem como a batalha de Alfarrobeira e a consequente morte do infante, em 1449, derrotado pelas forças reais. Após este combate, a aristocracia viu novamente reforçado o seu poderio senhorial⁷⁴.

Fernão Lopes presenciou todos estes problemas políticos e tentativas de reforço do poderio do grupo aristocrático português. Todavia, em 1450, seria já Gomes Eanes de Zurara cronista do reino, e em 1454 Dom Afonso V afasta finalmente Lopes das suas funções na Torre do Tombo, para as fazer convergir na figura do então cronista-mor. É certo que a idade de Fernão Lopes seria já avançada, mas não nos parece coincidência que o seu afastamento se tenha dado após Alfarrobeira⁷⁵.

⁷² DUARTE (2005), p. 231-218.

⁷³ SOUSA (1997), p. 420.

⁷⁴ Toda a conjuntura que precedeu Alfarrobeira é bastante mais complexa. A obra de Humberto Baquero Moreno, que de seguida citamos, é incontornável para essas questões. A título de conclusão, diz-nos MORENO (1973), p. 663 “A batalha de Alfarrobeira, que opôs às forças reais a facção do antigo regente, marca, sobretudo, o termo duma crise política e social em aberto, pelo menos desde que houve conhecimento das principais cláusulas estatuídas no testamento do defunto Rei Dom Duarte. O seu significado histórico traduz-se essencialmente no triunfo dum importante setor da nobreza, cuja mentalidade, eivada de interesses de tipo senhorial, se opunha deliberadamente à conceção estatal, de cunho centralizador, posta em execução pelo Infante Dom Pedro, durante o seu governo.”

⁷⁵ Opinião que, de resto, não é nova: SARAIVA (1960), p. 21; DUARTE (2005), p. 217.

Enquadrados no tempo sobre o qual escreveram e naquele em que viveram, é agora momento de nos debruçarmos, de forma mais pormenorizada, sobre a vida e a obra destes dois homens.

Tendo nascido por volta de 1332, Pero López de Ayala é uma figura de maior importância na história de Castela da segunda metade do século XIV. Mostrámos já como atingiu o auge da sua carreira política no reinado de Enrique III, mas, antes disso, o seu protagonismo era já notório. Deste modo, a sua formação erudita assume uma importância basilar para o desenvolvimento tanto da sua personalidade política, como da sua produção artística. Ayala recebeu, portanto, uma educação entre o “clerical e o cavaleiresco”⁷⁶, o que lhe permitiu combinar o conhecimento de várias tipologias de textos, desde obras de cunho legislativo aos grandes textos historiográficos dos reinados de Afonso X e Afonso XI, sem esquecer ainda obras de tradição doutrinal que circulavam pelo espaço europeu⁷⁷.

A nível político, Ayala foi, num primeiro momento, apoiante de Don Pedro na guerra civil contra seu irmão, sendo que rapidamente passou para o lado deste último, futuro Enrique II, conseguindo com isso uma certa afirmação social. Com efeito, é sob a alçada da nova dinastia Trastâmara que desenvolve a sua escrita historiográfica, facto que, inevitavelmente, a influencia.

No reinado de Don Juan I, vemos Ayala junto do monarca na primeira investida portuguesa⁷⁸, ainda que através da crónica que escreveu deste monarca se perceba que a sua posição não era favorável à invasão:

“E fué para la cibdad de Plasencia, é levó consigo la Reyna Doña Beatriz, é allí dizo á los de su Consejo como el Obispo de la Guardia le dixerá que le daría la cibdad de la Guardia, é qué les parecia de esto. E algunos le dizeron, que bien sabia que avia ciertos tratos jurados con los de Portugal, que los non debia pasar...”⁷⁹

Depois de Aljubarrota, é feito prisioneiro durante vários meses, sendo esse momento apontado como de grande importância para o câmbio não só do próprio reinado de Don Juan, como também para o amadurecimento de Ayala, que passa então a

⁷⁶ GARCIA (2007a), p. 10.

⁷⁷ MEREGALLI (1955), p. 23; ORDUNA (1998), pp. 17-20

⁷⁸ SUAREZ FERNANDEZ (2009), p. 75.

⁷⁹ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p.179.

refletir seriamente não apenas sobre a sua condição, como também relativamente às fragilidades do governo de Don Juan, reflexões essas que se explicam pela cada vez maior aproximação entre Ayala e o poder régio⁸⁰. Com a derrota castelhana em Aljubarrota, Don Juan inverte também, de certa forma, a sua política, o que, conjugando com a própria condição de Ayala, explica que só a partir de 1387 se tenha iniciado o projeto historiográfico deste cronista⁸¹. Escrevendo as crónicas de Don Pedro e Don Enrique II⁸², Don Juan I e Don Enrique III (esta última apenas de forma parcial), o modelo adotado pelo castelhano passa por uma continuação do que havia sido definido pela escrita historiográfica imediatamente anterior⁸³, ainda que com naturais oscilações, fruto das inconstâncias políticas – as que o próprio Ayala viveu e as que o Ayala cronista narra nas suas crónicas. Além disto, a própria condição social desta figura, membro da aristocracia por um lado, próximo da realeza por outro, vai também ser decisiva para os seus escritos, e explicam a sua diferença face aos anteriores modelos historiográficos. Assim, é pertinente reiterar que Pero López de Ayala abriu um novo caminho na cronística medieval castelhana, ainda que embebido de exemplos anteriores.

Um dos aspetos mais importantes da escrita cronística ayalina prende-se com o objetivo formativo e didático que se pretendia alcançar no que à formação dos estratos mais altos diz respeito⁸⁴, conseguido, em grande parte, através da técnica do *exemplum*, pelo cronista dominada⁸⁵. Parece aceite pela crítica que a conceção aristocrática do

⁸⁰ “Aljubarrota y el consiguiente cautiverio marcan un hito en la vida de Pero López, incitándolo a dedicar más tiempo a la reflexión y a la escritura” GARCIA (2007b), p. 126; “Con Don Juan, su papel político y diplomático se acrecentó; también su conocimiento de primera mano del arte y las miserias de la gobernación (...) y de la trascendencia política e institucional de lo que cuenta.” MOTA PLACENCIA (2007), p. 196.

⁸¹ GARCIA (1983), pp. 164-165; SUAREZ FERNANDEZ (2009), p. 89.

⁸² Textos já muito bem estudados e compreendidos como unitários: “Ayala creó una estructura cronística atípica para un caso especial en la historiografía castellana y en la sucesión real del trono de Castilla (...) Ayala logró dotar a la crónica de una estructura que sirvió para el relato del proceso de sucesión de don Alfonso Onceno que culmina con la entronización de una nueva dinastía.” ORDUNA (1998), pp. 183-184.

⁸³ Herdando e adaptando modelos que vêm diretamente da cronística do reinado de Afonso X, ALVAR; MAINER; NAVARRO (1998), pp. 197-198; DÍAZ DE DURANA (2001), pp. 73-74; mas imbuído de um sentido histórico muito na linha do que o anterior cronista régio, Fernán Sánchez de Valladolid, desenvolveu na cronística em torno de Afonso XI, GÓMEZ REDONDO (1991), p. 51; VALDALISO CASANOVA (2010), p. 31.

⁸⁴ FERRO (1990a), pp. 58-64. Ainda sobre a importância do didatismo, diz-nos GARCIA (1983), p. 183 “Para Pero López de Ayala, una Crónica no se limita a ser una relación de acontecimientos, sino que se presta a una reflexión sobre el gobierno y su ejercicio.” Ou ainda VALDALISO CASANOVA (2010), p. 17 “Una crónica se compilaba para ser leída con el propósito de formar y educar en el presente, utilizando el pretérito, de cara al futuro. Aquí reside la doble dimensión de la cronística en su condición de registro historiográfico y, al mismo tiempo, texto formativo-didáctico que relaciona directamente la educación moral y la ética política.”

⁸⁵ ORDUNA (1996).

próprio Ayala e a sua adesão aos Trastámaras impõe um modelo de legitimação dinástica político-social nas suas crónicas⁸⁶, enquanto procura simultaneamente salvaguardar os interesses da classe a que pertence, como grupo que auxiliou e amparou primeiramente esse câmbio social⁸⁷, aplicando, contudo, um tipo de doutrina política pré-existente⁸⁸. Que doutrina é essa? E de que forma se manifesta ela na própria vida política do nosso cronista? Ferro relembra inclusive, que “La concepción global de la sociedad vigente en el mundo cultural de Ayala implicaba un juego de equilibrios.”⁸⁹ De facto, Ayala era adepto de um regime político baseado precisamente num equilíbrio entre a autoridade real e a participação aristocrática, quer através do conselho real, quer através de cortes⁹⁰, estando isso patente ao longo da *Crónica de Don Juan I* e das várias críticas que são feitas à vontade real *versus* a opinião da maioria. A título de exemplo, no momento em que Don Juan se prepara para entrar pela segunda vez em Portugal, lê-se:

“E el Rey, como quier que oia todas estas razones de los que destorvaban la entrada (...) diciendo á los que le aconsejaban que non entrase, que su voluntad era de entrar por la comarca de la Vera, é destroirla, é facer el daño que pudiese, é tornarse (...). É los que las razones de que non entrase le avian dicho le dixeron (...) que tal cabalgada (...) non era honrosa á él; (...) E el rey non los quiso creer, é siguió su voluntad que avia de entrar en Portugal, é siguió el consejo de los que decían que entrase: é así entró en Portugal.”⁹¹

Nota-se ainda esta posição através da própria carreira política de Ayala, que, aquando da menoridade de Enrique III, se junta à facção que defende a regência de um conselho liderado pelo Arcebispo de Santiago, e não de um pequeno grupo de poderosos:

“La Reyna de Navarra, porque entendia que así complia al servicio del Rey, trató con los unos é con los otros (...). É vieronse de la una parte el Duque de Benavente, é el Arzobispo de Toledo, é Don Diego Furtado de Mendonza, é Rui

⁸⁶ DÍAZ DE DURANA (2001), pp.73-74.

⁸⁷ Sobre isto, diz-nos MITRE (1994), p.420 – “En efecto, el cultivo del género histórico no va a ser, como en los años anteriores, monopolio de los reyes (...) con Ayala se conjugan los ideales monárquicos con los intereses políticos y sociales de la nueva nobleza que amparó el cambio.” Ou ainda – “...el autor es, también, testigo y hasta protagonista de los hechos que narra, que son elaborados (manipulados) en función de los intereses propios y de la alta nobleza partidaria de los Trastámara, que no tiene por qué coincidir con una visión nacional, de conjunto, clara.” ALVAR; MAINER; NAVARRO (1998), p.118.

⁸⁸ FERRO (1990b), pp.65-89.

⁸⁹ FERRO (1990b), p. 70.

⁹⁰ FERRO (1990b).

⁹¹ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 224-225.

Ponce de Leon; é de la otra parte el Arzobispo de Santiago, é el Maestre de Santiago, é Pero Lopez de Ayala, é Pero Suarez de Quiñones...”⁹²

Estes motivos deixam-nos já antever um aspeto da escrita do cronista no que à aristocracia diz respeito. Ainda que seja indiscutível que esteja imbuída de espírito cavaleiresco e muito conotada com o grupo social aristocrático a que pertence, não devemos esquecer que esse “grupo” não se apresenta, de forma alguma, como um todo coeso ao longo das duas narrativas ayalinas que aqui são base de análise. Com efeito, a nossa referência a um “grupo aristocrático” deve-se muito mais a uma facilidade terminológica, do que à realidade das crónicas, aspeto que ao longo dos próximos capítulos destrinqüaremos melhor. Assim, ao mesmo tempo que conjuga a sua formação erudita, as suas opiniões, e a sua mentalidade aristocrática, com os preceitos impostos pela escrita de uma crónica oficial, Ayala não se limita a apresentar secamente um lado da narrativa histórica. Não queremos dizer com isto que o cronista não é parcial, porque não nos parece que isso seja possível, mas tendo em conta todas as convulsões da sociedade e do processo político que fora incumbido de narrar, Ayala pinta com cores vivas as divergências dessa força social que é a aristocracia, deixando verter destacadamente vários elementos que fazem dela um corpo heterogêneo e, muitas vezes, individual; elementos esses que são tão ou mais importantes do que os próprios pontos que aproximam estas figuras.

A partir daqui, é possível estabelecer-se uma ligação entre esta característica e as preocupações didático-formativas da cronística ayalina. Este autor não deixa de interpretar e até mesmo de se enquadrar nas teses aristocráticas⁹³; no entanto, como membro de um escalão intermédio que apoia e, em simultâneo, é apoiado pela própria monarquia, não pertencente à parentela régia, a forma que Ayala tem de construir a memória pauta-se pelo protagonismo aristocrático aliado à realza – uma vez mais, o equilíbrio de que falámos acima⁹⁴. Esta representação da heterogeneidade da aristocracia aproxima a cronística de Ayala da de Fernão Lopes. São técnicas e modelos diferentes, e o autor português é diversas vezes apresentado como literariamente mais

⁹² LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 399-400.

⁹³ GARCIA (1983), p. 175.

⁹⁴ Veja-se, a título de exemplo, que ao escrever a *Crónica de Don Pedro I e Don Enrique II*, o cronista procura igualmente um meio-termo, na medida em que no tempo da escrita seria já perigoso defender persistentemente uma legitimação baseada num fratricídio. VALDALISO CASANOVA (2009), p. 196.

aprazível face à aridez do castelhano⁹⁵; mas ainda assim, para o que nos interessa analisar nesta dissertação – as representações da aristocracia – parece-nos que não é exagerado afirmar que ambos os cronistas são passíveis de ser aproximados, ainda que representem a nível de técnica dois polos tão afastados.

Ao contrário de Pero López de Ayala, para Fernão Lopes não se tem certezas relativas quer à sua data de nascimento, quer à sua data de morte. Sabe-se que terá vivido algures entre 1385-1460, que não era oriundo de uma família aristocrática, ainda que tenha seguramente ascendido socialmente e que, tal como já referimos, sensivelmente a partir da década de 20 de quatrocentos, surge ligado à realeza, alcançando mais tarde, com Dom Duarte, o clímax do seu percurso ao ser incumbido de escrever uma crónica de Portugal desde os tempos mais recuados. Uma vez mais, por oposição ao chanceler castelhano, Fernão Lopes não se apresenta como uma figura política proeminente do seu tempo, o que também influencia a forma como vai desenvolver a sua escrita da História.

Do seu projeto de escrita historiográfica, chegaram até aos dias de hoje pelo menos quatro textos – a *Crónica de 1419*⁹⁶, assim como a trilogia *Crónica de Dom Pedro*, *Crónica de Dom Fernando* e *Crónica de Dom João I*, esta última não abarcando a totalidade desse reinado. Aqui, encontramos mais uma diferença face ao cronista castelhano: Ayala é narrador e personagem dos seus textos, sendo pouca a diferença cronológica entre o tempo da narrativa e o tempo da escrita; Fernão Lopes é apenas narrador de acontecimentos que, em alguns casos, ocorreram mais de cem anos antes do tempo de produção do texto. Ayala, além da documentação a que tem acesso pela sua posição política destacada, recorre igualmente à sua memória, à sua experiência e ao seu conhecimento da realidade social em que se insere. Fernão Lopes, sendo guardador da Torre do Tombo, tem igualmente acesso a documentação única para utilizar na sua escrita, além de usar também os próprios escritos de Ayala. Embora não utilize a memória, Lopes inspira-se muito provavelmente na realidade que conhece da primeira

⁹⁵ Veja-se, por exemplo, o que diz Teresa AMADO (1997), p. 180: “Ayala resume bem, de modo geral fá-lo melhor do que conta e descreve. Isso torna-o apreciável como memorialista mas como cronista, não mais do que mediano, sobretudo se julgado pela autoria desta crónica [Don Juan I], bem menos interessante que a de Pedro o Cru ou a de Henrique III...”. Esta posição é ainda mais curiosa, se tivermos em conta que uma parte da crítica castelhana considera precisamente a *Crónica de Don Juan I* como o melhor texto de Ayala do ponto de vista literário, cf. SUAREZ FERNANDEZ (2009), p. 79.

⁹⁶ Relembre-se o que dissemos na introdução desta dissertação.

metade do século XV⁹⁷, em determinados pontos, tão paralela à que se vivera nos finais de trezentos.

Protegido e subsidiado pelo poder central, podemos dizer que Fernão Lopes está ainda mais imiscuído com a monarquia do que o próprio Ayala, na medida em que o cronista português depende desta, além de que a cronística que desenvolve deveria reproduzir um imaginário extensível desde figura real até aos restantes indivíduos próximos ao poder central⁹⁸. É natural que a conceção histórica deste cronista seja distinta da de Ayala e que os métodos usados possam também divergir. Sem querermos relançar uma das maiores lutas historiográficas em torno da escrita lopeana⁹⁹, o certo é que Fernão Lopes concede uma preponderância a personagens do mais baixo estrato, o que em Ayala não se verifica. Ainda assim, não nos parece que isso signifique uma posição anti-cavaleiresca ou anti-aristocrática.

O que o cronista português apresenta na sua narrativa é uma janela complexa e viva da sociedade portuguesa dos finais do século XIV, não impedindo isso que, em determinados momentos, não se torne parcial. Afinal de contas, Fernão Lopes tinha um propósito claro: escrever a história dos reis até Dom João I, de forma a que a eleição deste monarca ao trono ficasse devidamente esclarecida para o presente e a posteridade. Este plano é brilhantemente traçado na trilogia Dom Pedro - Dom Fernando - Dom João, cheia de passagens místicas e proféticas, e na qual se cristaliza uma ideia de redenção à volta da figura do primeiro monarca de Avis, face ao caos deixado pelo reinado de Dom Fernando¹⁰⁰. Daqui se depreende a construção da própria figura régia do Mestre de Avis, que, ainda que predestinado àquele único fado, só com o avanço narrativo vai ganhando forma e consciência de rei¹⁰¹. Ora, isto não significa que a veracidade da cronística de Lopes seja totalmente de pôr em causa, ou, mais ainda, de duvidar das suas capacidades como historiador. Lembremos que uma crónica, além de um texto que se assume como verdadeiro é, antes de tudo, discurso¹⁰², uma narrativa.

⁹⁷ AMADO (1997), p. 53.

⁹⁸ SARAIVA (1950), pp. 454-455.

⁹⁹ É o povo o principal agente da *Crónica de Dom João I*, sendo isso sinónimo de uma crítica feroz do cronista aos modelos cavaleirescos? Ou verifica-se o oposto e Fernão Lopes apenas introduz o povo em momentos específicos, fora dos quais o protagonismo do avanço da narrativa se deve às figuras aristocráticas?

¹⁰⁰ MOREIRA (2015).

¹⁰¹ VENTURA (1992), p. 19.

¹⁰² A definição de discurso é bastante polissémica, sendo importante referir que nos guiamos aqui pelo conceito segundo o qual "...o discurso é analisado, não em função de um «locutor ideal», mas em função de emissores situados no tempo histórico e no espaço social, isto é, tendo em conta toda a problemática da

Sendo assim, o cronista português, tal como Ayala, tem liberdade de interpretar e apresentar os factos da forma que melhor lhe convier para que o seu objetivo final seja cumprido¹⁰³. Desta forma, tal como a cronística ayalina, também nos parece que Fernão Lopes tenha preocupações didáticas, sobretudo se tivermos em conta o período conturbado que se vivia em Portugal aquando da sua escrita. Não se trata apenas de escrever o passado tendo em conta o presente; trata-se também de apresentar o passado como aprendizagem para o presente, ao mesmo tempo que dá resposta ao horizonte de expectativa da camada dirigente que o incumbira da redação, recorrendo, para isso, a um modelo inovador, totalizante e não tanto “individualista”¹⁰⁴, que o torna como um ponto de viragem na cronística medieval portuguesa. Ainda assim, o que tentaremos mostrar nas próximas páginas é que, dentro deste modelo totalizante, a individualização é importante como parte de um todo. Mas não só a individualização do *povo* ou das figuras mais preponderantes, como acontece nos estudos em torno de Fernão Lopes. Também a individualização das figuras aristocráticas que, ainda que muitas vezes tipificadas e/ou representadas tanto de forma heterogénea como homogénea, tendo em conta as necessidades narrativas, se torna assim importante para a compreensão destas crónicas como um todo complexo e dialogante entre si.

Façamos então um ponto da situação: dois cronistas, um castelhano e um português, que narram acontecimentos relativos às mesmas cronologias. O primeiro, membro do grupo aristocrático e influente junto da corte, viveu o período que relata e procura com as suas crónicas justificar uma realidade que viu ser erigida e da qual ele próprio foi ator integrante. O segundo, de estatuto social bem mais modesto, apresenta uma distância cronológica maior face ao que descreve, mas vive um período igualmente

enunciação do discurso, desde os fatores ideológicos, socioculturais e económicos que regulam a sua produção até aos efeitos sociais, psicológicos e ideológicos que o emissor procura obter.” SILVA (2007), p. 572 - cf. REIS; LOPES (2007), pp. 109-112. Ainda sobre isto, no seu estudo clássico, Georges Martin mostra precisamente como o conceito de discurso é importante para a metodologia que utiliza, desenvolvendo uma ideia circular: “L’histoire est discours.” MARTIN (1992), p. 11; “...alors que j’étais parti de l’idée que l’histoire est discours, le sentiment s’imposait à moi, s’inscrivant dans ma méthode et dans l’image même que je me faisais de mon activité, que j’étais en train de découvrir combien il est important pour l’historien de comprendre que le discours est histoire.” MARTIN (1992), p. 18

¹⁰³ “...a quase totalidade da crónica (de uma qualquer crónica) torna-se legível e inteligível como expressão do que «o cronista pensa», mesmo quando o discurso não esteja gramaticalmente subjetivado, isto é, quando se apresente como mera narração.” AMADO (2007), p. 137.

¹⁰⁴ Seguimos aqui uma ideia de António José Saraiva, ainda que este autor a apresente como forma de demonstrar que, ao não escrever uma história baseada em grandes personagens, Fernão Lopes estava a rejeitar o modelo aristocrático imposto, muito na linha da cronística ayalina, o que não nos parece totalmente correto. “...Fernão Lopes opõe-se ao individualismo característico dos cronistas palacianos, que nos contam a história como se ela fosse obra de alguns grandes personagens, desconhecendo o papel das massas.” SARAIVA (1950), p. 537.

conturbado, que lhe terá feito representar uma realidade passada, tendo por base a sua própria. Diferentes em muitos aspetos, próximos noutros tantos, numa primeira leitura Pero López de Ayala e Fernão Lopes não se distanciam muito na representação de uma aristocracia conturbada, marcada pelas dissensões internas e pela procura da vitória pessoal sobre o bem comum. Tudo isto deve então ser lido tendo em conta os contextos que englobaram os dois cronistas e os diferentes momentos que descrevem, uma vez que só através daqui se compreende a importância desta *parte* que aqui pretendemos analisar, para a construção desse *todo* que é a obra destes dois homens e as suas edificações mentais.

Capítulo 2

Pelas entrelinhas do léxico: hierarquia e caracterização das figuras aristocráticas

Dos Lloyd Georges da Babilónia
Não reza a história nada.
Dos Briands da Assíria ou do Egipto,
Dos Trotskys de qualquer colónia
Grega ou romana já passada,
O nome é morto, inda que escrito.

Álvaro de Campos, “Gazetilha”

2.1 Problemáticas Teórico-Terminológicas

O estudo de matéria historiográfica medieval reveste-se de uma série de problemas que desde logo são postos ao investigador. Assim sendo, é importante explicarmos o porquê de agora nos debruçarmos sobre a caracterização do grupo de figuras aqui em análise e de que forma estas representações são importantes para o desenvolvimento da dissertação.

Todo o escrito historiográfico tem como referência a própria realidade histórica a que se reporta, daí que os cronistas recorram a representações, códigos e símbolos que sejam reconhecíveis e validados pelo público ao qual se destinam, mas que não têm necessariamente de corresponder nem à sequência cronológica dos factos ocorridos¹⁰⁵, nem aos próprios factos. Enfim, uma crónica é, reiteremos, discurso — uma representação própria de um determinado período do passado, no qual o cronista tem uma certa liberdade para, através de diferentes técnicas discursivas, construir uma narrativa que seja reconhecida como plausível, afastando-se da narrativa ficcional.

¹⁰⁵ Repare-se, a título de exemplo, em Ayala, na inserção do testamento de D. Juan I a meio da *Crónica de Enrique III*, depois de já narradas todas as convulsões em torno da menoridade desse monarca - LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 414-436; cf. AMADO (1997), p. 188.

Contudo, essa liberdade do cronista pode também resultar na narração de episódios que nunca ocorreram na realidade histórica, mas que existem na diegese¹⁰⁶ do texto cronístico e que não impedem o seu entendimento enquanto discurso que se pretende afirmar como verdadeiro.

No sentido de analisarmos as representações da aristocracia nas crónicas aqui em estudo, isto é, no plano do discurso e não no da realidade histórica, a apresentação e caracterização das figuras aristocráticas torna-se num aspeto fulcral para melhor entendermos a conceção de criação narrativa de Pero López de Ayala e Fernão Lopes, bem como os seus objetivos e alcances. Ainda assim, o facto de analisarmos a questão a partir do texto não significa que deixemos de lado a realidade histórica – e por isso na introdução deixamos claro que a metodologia utilizada passa por uma análise interdisciplinar, resgatando a feição histórica, na medida em que, como já referimos, as representações cronísticas devem ser reconhecidas pelo público ao qual se dirige a escrita, o que faz com que haja um constante diálogo entre a narrativa e a realidade factual, a qual nos deve auxiliar na compreensão de algumas representações.

Antes de avançarmos, é, portanto, fundamental esclarecer dois aspetos: a que é que concetualmente aludimos quando referimos “figuras aristocráticas”; e, tendo em conta o que nos propomos analisar neste capítulo, qual a hierarquização social do grupo aristocrático no plano da realidade histórica.

2.1.1. Figuras Aristocráticas

Referimo-nos a figuras aristocráticas no sentido que o termo personagem tem para as narrativas contemporâneas¹⁰⁷, preferindo assim um termo que não nos faça cair no anacronismo, que tem uma conotação muito ligada à ideia de narrativa ficcional, e acautelando-nos, assim, para o facto de as nossas “personagens” terem uma referencialidade no real. Voltemos a esta questão do real e da realidade histórica. Estamos aqui diante de dois planos teóricos paralelos. De um lado, temos o plano da

¹⁰⁶ Ainda que, tal como discurso, seja um conceito com múltiplos significados e sobre o qual não existe conformidade teórica, seguimos aqui a definição que defende que diegese é “o conjunto de acontecimentos narrados numa determinada dimensão espaço-temporal (...), aproximando-se, neste caso, do conceito de história ou intriga. Não se confunde com o relato ou o discurso do narrador nem com a narração propriamente dita, uma vez que constituiu o “acto narrativo” que produz o relato.” CEIA (2005).

¹⁰⁷ Cf. “The term «character» is used to refer to participants in storyworlds created by various media in contrast to «persons» as individuals in the real world.” JANNIDIS (2009), p. 14.

realidade histórica/social, que se associa com aquilo que aconteceu efetivamente no passado ou com aquilo que os historiadores contemporâneos acreditam ter acontecido no passado. Por outro lado, temos os planos dos mundos ficcionais, isto é, as narrativas sobre determinadas realidades históricas que os cronistas transformaram em discurso e nos transmitiram. Como dissemos, ainda que paralelos, estes planos são como que porosos com ligações mais ou menos ténues, influenciando-se mutuamente. Assim, o plano da realidade influencia naturalmente a forma como o cronista projeta a diegese, como referimos acima; mas esse plano do mundo ficcional influencia também a forma como a posteridade vai perceber o plano da realidade histórica. Ora, as “personagens” que figuram nas crónicas de Ayala e Fernão Lopes representam, antes de mais, agentes de uma realidade histórica, sendo impossível pensar-se que os cronistas não tomaram essa referencialidade, ainda que textual, como modelo para a construção das suas narrativas. É então devido a esta permeabilidade que optaremos pela referência maioritária ao termo figuras, ainda que, no caso dos estudos em torno da obra de Fernão Lopes, seja comum a utilização do termo personagem, na medida em que este termo acaba sempre por remeter para o agente de uma narrativa, independentemente da sua ficcionalidade.

Nos seus incontornáveis trabalhos, António José Saraiva apresenta uma leitura da narrativa lopeana através da individualização de algumas personagens – Nuno Álvares Pereira seria a personagem-modelo para toda a aristocracia¹⁰⁸; a Rainha Dona Leonor teria contornos mais dramáticos; enquanto o Mestre de Avis deveria ser interpretado como que uma “personagem de romance realista”, havendo também espaço para figuras num plano quase lendário¹⁰⁹. Ainda que não usemos a mesma terminologia, esta distinção de Saraiva ser-nos-á muito útil, sobretudo pelo facto deste autor ter feito aflorar a importância do carácter individual de determinadas figuras¹¹⁰ — ideia a reter, tendo em conta a funcionalidade geral das personagens na literatura medieval¹¹¹. Note-se ainda que pretendemos perceber se algumas das figuras aristocráticas podem ser olhadas como individuais (com toda a precaução que a utilização deste termo

¹⁰⁸ SARAIVA (1950-1962), p. 508.

¹⁰⁹ SARAIVA (1988), p. 192.

¹¹⁰ SARAIVA (1950-1962), p. 523.

¹¹¹ “It is a commonplace that in many medieval narratives characters are one-dimensional and conform to a set of recurrent features, such as the chivalrous knight, the virtuous saint, the beautiful lady, and so forth, or represent abstract concepts on an allegorical level (...). Such a view fits very neatly in with the paradigm going back to Jacob Burckhardt according to which the birth of the individual can be located in the Renaissance.” CONTZEN (2014), p. 10.

pressupõe), no caso de apresentarem características suficientes para se distanciarem de um todo que transmite determinados valores¹¹².

2.1.2. Hierarquia Aristocrática

Apesar de todas as derivações e reformulações historiográficas, tanto a nobreza castelhana como a portuguesa foram sendo geralmente divididas em três patamares, tendo em conta a conjugação de um determinado número de características concedentes de privilégio, dentro das quais se podem destacar o exercício do poder e a função militar¹¹³. Assim, a uma alta nobreza, poderosa, dona de grandes senhorios e próxima da realeza, juntava-se uma nobreza de médio escalão, de projeção muito mais local e, finalmente, na base desta hierarquização, uma baixa nobreza, de caráter ainda mais restrito, com grandes possibilidades de ascensão e capacidade de se distinguir das elites urbanas¹¹⁴.

Veja-se o caso castelhano: no seu estudo clássico, Salvador de Moxó apresenta a nobreza castelhana dividida em dois grandes grupos – Ricos-Homens e Cavaleiros¹¹⁵. Os primeiros corresponderiam ao vértice do grupo nobiliárquico, caracterizados pela detenção de património, linhagem e privança com os monarcas, o que lhes concederia uma força única no que diz respeito à intervenção nos assuntos de estado e nas jogadas de poder aos mais altos níveis nacionais e internacionais¹¹⁶. Por outro lado, os cavaleiros seriam uma casta mais baixa, influente a nível local que, com a ascensão da dinastia Trastâmara e o afastamento de uma boa parte de famílias de Ricos-Homens, teriam na segunda metade do século XIV uma oportunidade única de ascensão social,

¹¹² Tendo em conta esta questão das características é importante referir que: “The lack of very limited degree of character development and psychological depth have obscured the fact that, depending on the genre, there is actually a range of ways to represent consciousness (...) which calls for further and nuanced discussion.” CONTZEN (2014), p. 11. Algumas destas formas de representar a consciência individual foram estudadas para narrativas inglesas do período medieval, por FLUDERNIK (2011), pp. 69-100, das quais podemos salientar a descrição de gestos ou comportamentos que indiquem estados emocionais, e a empatia do narrador para com algumas personagens, ou ainda a apresentação da consciência através do discurso direto.

¹¹³ “En su dimensión intrínseca, el concepto de nobleza está definido por unos elementos caracterizadores, como son la condición de privilegio, el poder, y un conjunto de causalidades morales, sociales, políticas, englobadas bajo la denominación de *virtus*.” QUINTANILLA RASO (2008), p. 17.

¹¹⁴ QUINTANILLA RASO (1996), pp. 61-62. SOTTOMAYOR-PIZARRO (1997), p. 1140 apresenta também esta divisão, com a qual não concorda, para depois apresentar a sua proposta de classificação, a qual apresentaremos nas páginas seguintes.

¹¹⁵ MOXÓ (1969).

¹¹⁶ MOXÓ (1969), pp. 9-14.

ocupando as posições determinantes deixadas de vago¹¹⁷. A estes dois grupos há que juntar ainda a fidalguia, colocada precisamente entre a rico-homia e a cavalaria. Fidalgo terá sido então o termo que surgiu da evolução de *infanzones*, em Leão, Castela e Portugal, representando uma classe guerreira muito aberta no que à promoção diz respeito. Terá sido através da fidalguia que muitos cavaleiros e outros homens atingiram a nobilitação durante toda a Idade Média castelhana, não havendo, porém, sempre uma ligação direta entre fidalguia e cavalaria¹¹⁸.

A segunda metade do século XIV foi sendo olhada como um tempo de mudanças. Voltando a Moxó, ainda que totalmente datada, a ideia de que a partir do reinado de Enrique II se afirmou em Castela uma “nobleza nueva”, por contraste àquela que dominara o panorama das relações socio-políticas até então, enformou em muito a historiografia posterior. Hoje em dia, todavia, já não se entende este fenómeno como um corte abrupto e descontínuo, mas antes como uma realidade de adaptação tendo em conta as necessidades e problemas que toda a conjuntura do século XIV impôs ao grupo nobiliárquico¹¹⁹ — a nobreza que se afirma com o advento da monarquia Trastâmara pode ser qualificada como “renovada e renovadora”¹²⁰, ainda que a hierarquização tripartida continue presente. Num primeiro plano, encontramos a nobreza titulada, aparentada com linhagens reais e que, a partir de Enrique II, é progressivamente afastada dos cargos da corte, o que conduz aos problemas deste novo sistema, tal como já tivemos oportunidade de apresentar. Em segundo lugar, encontra-se o grupo de famílias que se revelavam a base de apoio trastâmara. Finalmente, na base surgem os cavaleiros e fidalgos, que procuravam as suas rendas no exército, no exercício administrativo ou através da formação superior¹²¹.

Em Portugal, o panorama não seria muito diferente. Com efeito, até ao século XIII, José Mattoso apresenta precisamente uma divisão tripartida da nobreza portuguesa em ricos-homens, infanções e cavaleiros¹²². Ainda assim, precisamente a partir da segunda metade daquele século, concretamente a partir do reinado de Afonso III, inicia-se um processo que culmina com uma reformulação dentro desta hierarquia, ou pelo

¹¹⁷ MOXÓ (1969), p. 23.

¹¹⁸ LADERO QUESADA (2014), pp. 379-385. Sobre a questão da fidalguia em Castela é muito importante ver-se DÍAZ DE DURANA (2015), texto no qual o autor demonstra bem a heterogeneidade deste termo, não sendo uma palavra que remeta unicamente para a realidade da nobreza.

¹¹⁹ Lembre-se o que dissemos no capítulo I e cf. QUINTANILLA RASO (2008), pp. 104-106.

¹²⁰ Expressão de QUINTANILLA RASO (2008), pp. 21-22.

¹²¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ (2009), p. 92.

¹²² MATTOSO (1993), p. 177.

menos na sua classificação terminológica. Falamos do desenvolvimento de uma nobreza de corte, submissa e cada vez mais dominada pelos monarcas, por um lado, mas tentando sempre afirmar o seu poder face à realeza (por exemplo, através da literatura), por outro¹²³. Chegados ao século XIV, vemos então o termo *rico-homem* cair em desuso¹²⁴, sendo suplantado por outro léxico como vassalos, grandes, grandes senhores, entre outros, todos antecipados por *dom*¹²⁵. Abaixo desta categoria estaria uma média nobreza – os cavaleiros – que podia ser vassala do rei ou de um nobre de maior estirpe social e que seria o grupo mais numeroso da fidalguia tardo-medieval portuguesa¹²⁶. Finalmente, na base desta hierarquia aristocrática aparecem nesta cronologia os escudeiros que, à semelhança de toda a restante aristocracia, não são um grupo de definição clara, sobretudo se pensarmos numa escala mais rural, na qual cavalaria-vilã e homens bons dos concelhos se mesclam numa amálgama confusa e praticamente indiferenciada de gentes, pelo menos aos olhos dos investigadores contemporâneos. Complexificando ainda mais este panorama, há que ter em conta que todos estes podem ser igualmente fidalgos e que, ao pertencerem ao grupo nobiliárquico, seriam também senhores de algum património¹²⁷. Contudo, uma vez mais, estas definições não são estanques e aplicáveis impreterivelmente a todos os nobres de forma igualitária. Devido a estas questões, José Augusto de Sottomayor-Pizarro apresentou uma nova classificação terminológica para analisar a hierarquia nobiliárquica baseada na divisão entre uma nobreza de corte, dominadora dos meios cortesãos e de um considerável património, e uma nobreza regional, que estendia o seu poderio a áreas e meios muito mais limitados¹²⁸.

Em Portugal, tal como em Castela, a cronologia que analisamos é de reestruturação e adaptação do grupo nobiliárquico – quer devido à crescente proximidade à realeza, à preponderância do favor real e ao desempenho de funções administrativas¹²⁹, quer devido ao diálogo que aquele grupo estabelece com o poder

¹²³ MATTOSO (1993), p. 178. Sobre estas questões e o surgimento de uma nobreza de corte que, naturalmente, tiraria também proveito próprio desta nova situação, veja-se sobretudo VENTURA, L. (1992).

¹²⁴ SOTTOMAYOR-PIZARRO (1997), p. 1140; SOTTOMAYOR-PIZARRO (2011), p. 435.

¹²⁵ SOUSA (1993), p. 444.

¹²⁶ MARQUES (1987), p. 247; SOUSA (1997), pp. 374-375.

¹²⁷ MARQUES (1987), p. 237.

¹²⁸ SOTTOMAYOR-PIZARRO (1997), pp. 1141-1143. Este autor subdivide ainda estas duas categorias em quatro grupos – Alta Nobreza de Corte/Média Nobreza de Corte/Média Nobreza Regional/Nobreza Regional Inferior – tendo por base os cargos, o património e as ligações entre linhagens.

¹²⁹ SOUSA (2007), p. 897; SOTTOMAYOR-PIZARRO (2015), p. 173.

crescente das aristocracias urbanas, igualmente beneficiadas tanto pelos Avis como pelos Trastámaras¹³⁰. Enfim, é um período que tendencialmente se caracteriza por uma aproximação entre a aristocracia e o poder real, naturalmente a ritmos distintos, tendo em conta os dois reinos e as suas condicionantes históricas¹³¹.

2.2 A terminologia hierárquica nas *Crónicas*

A progressiva consciência coletiva de pertença a uma franja social privilegiada, bem como a necessidade de desenvolvimento de instrumentos legitimadores cada vez mais capazes como forma de afirmação social, levaram a nobreza medieval ibérica, sobretudo a partir do século XIII, a afirmar a importância do *nome* e da linhagem como meio de perpetuação de memória individual e simultaneamente de grupo. O surgimento de nobiliários é uma manifestação daquilo que acabámos de escrever. No que respeita às crónicas que aqui temos por objeto de estudo, não nos parece errado afirmar que o *nome* e as terminologias hierárquicas a este ligadas revelam-se também uma forma de construção, caracterização e distinção das figuras aristocráticas que os cronistas encontram para transmitir os acontecimentos aos leitores-ouvintes das suas histórias. Atentaremos, portanto, às diversas formas de caracterização social que nos surgem quer pelas vozes dos narradores, quer pelas próprias figuras das narrativas.

Um dos termos mais frequentes nas crónicas de Juan I e Enrique III que nos elucidam relativamente às hierarquias aristocráticas, é *grandes*, termo bastante polissémico, ao qual voltaremos no subcapítulo seguinte. Surgindo sempre no plural, quer em passagens do narrador, quer em discursos de diferentes figuras, o termo *grandes* aparece maioritariamente sem que esteja relacionado com nomes específicos, mas antes com grupos indefinidos, ainda que aparentemente coesos. Há, contudo, variações de uma crónica para a outra. Na primeira, o termo *grandes* tanto se refere a homens portugueses como a castelhanos. Ainda assim, quando se associa a portugueses, tem por detrás uma lógica de apoio ao partido de Don Juan. Ou seja, todos os “Grandes del Regno de Portugal” são aqueles que, pelo menos num primeiro momento, apoiaram

¹³⁰ “Con la innovación de los Trastámaras se abrieron nuevas posibilidades a esos sectores del patriciado urbano, ya que desde el reinado de Enrique II apostaron por la incorporación de la nobleza a las tareas de responsabilidad en el gobierno del reino y favoreciendo desde las ciudades la implantación de un modelo aristocrático de integración política...” ASENJO GONZÁLEZ (2006), p. 135.

¹³¹ QUINTANILLA RASO (2008), p. 49; SOTTOMAYOR-PIZARRO (2015), pp. 175-176.

a facção da filha de Dom Fernando¹³². Relativamente às referências aos grandes de Castela, salientamos um momento que nos parece elucidativo sobre a própria definição do termo. Repare-se na *Crónica de Don Juan I*, quando, no capítulo V do ano sétimo é apresentada a resposta de dois Cavaleiros do Conselho Régio face ao que o monarca pretende fazer com o Conde Don Afonso de Noroña, seu prisioneiro. Na sua resposta, o segundo cavaleiro diz o seguinte ao monarca:

“Ca, Señor, algunos Reyes vuestros antecessores en Castilla é en Leon ficieron algunas obras destas, por las quales las sus famas se dañaron, é les vinieron grandes deservicios é mal pecado, todos los Reyes de Christianos fablan dello, diciendo que los Reyes de Castilla mataron rebatadamente en sus palacios, é sin forma de justicia, á algunos Grandes de sus Regnos de los quales vos porné algunos exemplos, que son estos.”¹³³

Esta passagem é seguida por uma listagem de homens mortos às mãos dos reis de Castela desde Afonso X. Destes homens são mencionados: o Infante Don Frandique, irmão de Afonso X; Don Simão de los Cameros, “que era un grand Rico ome”¹³⁴; o Conde Don Lopo, Senhor da Biscaia; Don João o Torto, Senhor da Biscaia; Don João Afonso, Senhor de los Cameros; Don Gonçalo Martins de Oviedo, Mestre de Alcântara; e Don Fradique, irmão do rei Don Pedro e Mestre de Santiago.

O cavaleiro que responde ao rei diz que vai apresentar uma lista dos *grandes* daquele reino que foram injustamente mortos às mãos de outros monarcas de Castela, apresentando assim uma série de nomes que, através da forma como são referidos, permitem que tracemos uma ligação entre estes *grandes* e todas as figuras que são Infantes, Ricos-Homens, Condes, Senhores¹³⁵ ou Mestres: em suma, todos os que

¹³² No capítulo XII do ano sétimo, numa carta dirigida a Nuno Álvares Pereira, o próprio monarca castelhano afirma que, depois do seu casamento com D. Beatriz “...el Maestre Davis, que se llama Rey, é todos los otros Grandes del Regno de Portugal vinieron y, é le besáran la mano por su Reyna, é señora del dicho Regno de Portugal, é á mi asi como su marido...” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 227. Posição já anteriormente referida pelo narrador, que diz que não era vontade de todos apoiar D. Beatriz “...é ellos le respondieron diciendo, que su voluntad era de aver por su Reyna é señora á la Reyna Doña Beatriz (...). Enpero avia algunos, que maguer asi lo decian, non lo tenian en voluntad.” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 182.

¹³³ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 208.

¹³⁴ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 208.

¹³⁵ O termo *senhor* é igualmente prolífero no que diz respeito à apresentação de listagens de homens nas Crónicas. Contudo, parece-nos que os casos em que estas figuras devem ser analisadas tendo em conta a definição de *grandes* são aqueles em que o cronista especifica o território do qual são senhores. Assim, além das figuras evocadas por ocasião da discussão em torno da prisão do Conde Don Afonso, há apenas 6 figuras nas duas narrativas nesta situação: Conde Don Henrique Manuel, Senhor de Cascais, Don João

surgem com o epíteto de *Don*, quer se tratem de membros da aristocracia laica ou religiosa (aliando, portanto, às dignidades anteriores, as de bispo e arcebispo). Deste ponto de vista, o termo não apresenta grande diferença no que respeita àquilo que Ângela Beirante definiu relativamente à cronística de Fernão Lopes: “É principalmente como substantivo que devemos analisar o termo, visto que é como tal que define, de uma forma mais absoluta e homogénea uma categoria social que é, simultaneamente, rica, detentora de linhagem e que usufrui de privança do rei.”¹³⁶ É certo também que, se olharmos para a *Crónica de Don Enrique III*, os *grandes* mencionados, aqui mais facilmente identificados, estão também de acordo com esta lógica: “...algunos de los Grandes, asi como el Duque de Benavente, é el Conde Don Pedro tenian que si el regimento fuese segund el Testamento (...) que ellos non abrían parte...”¹³⁷; ou ainda “é demás de estos seis (...) que fuesen añadidos otros três Regidores, los cuales fuesen el Duque de Benavente, é el Conde Don Pedro; é el Maestre de Santiago, porque todos estos Grandes oviesen parte en el regimento.”¹³⁸ Todavia, parece-nos que nesta crónica a utilização deste termo como substantivo está especificamente ligada a uma facção, muito mais do que propriamente aos poderosos homens de grandes linhagens próximos do monarca. Não que não o sejam, mas não são os únicos, ainda que maioritariamente apenas estes sejam referidos como tal – unicamente os que representam a facção oposta à que defendia o regimento da menoridade de Enrique III segundo o Testamento de Don Juan I são referidos de forma constante como *grandes*¹³⁹, o que pode ser entendido como uma estratégia retórica encontrada pelo cronista que, mais do que diferenciar as facções, transmite a própria identidade aristocrática de Ayala. Enquanto figura da narrativa, aquele que veio a ser o Chanceler de Enrique III colocou-se desde cedo do lado do grupo dos que defenderam o regimento delineado pelo testamento do rei falecido e a referência ao outro grupo (do qual faziam parte, por exemplo, o Duque de Benavente, Don Fradique, irmão do rei Don Juan, o Conde de Trastâmara, Don Pedro, primo do mesmo monarca, ou ainda a rainha de Navarra, Dona Leonor, também irmã do

Rodrigues de Castanheda, Senhor de Aguiar e Castanheda, Don Afonso Fernandes de Montemaior, Senhor de Alcaudete, Don Pero Ponce de Leão, Senhor de Marchena, Infante Don Fernando, Senhor de Lara e Don Afonso Fernandes, Senhor de Aguiar.

¹³⁶ BEIRANTE (1984), p. 71.

¹³⁷ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 354-355.

¹³⁸ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 404.

¹³⁹ Veja-se, além das citações que já fizemos em corpo do texto, a seguinte passagem referente à morte de um cavaleiro vassalo do rei: “E sospechaban los parientes del dicho Dia Sanchez de Rojas, é aquellos de cuya partida era el dicho Caballero, que fuera morto por consejo de algunos de los Grandes que eran de la otra partida, especialmente del Duque de Benavente...” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 411.

dito monarca), pode ser interpretada como uma forma de consciência do cronista relativa às próprias hierarquias dentro do grupo dos mais poderosos. Com efeito, Pero López de Ayala apenas é referido na narrativa como *senhor e cavaleiro*. Nunca *Dom*. Podemos aqui interpretar estas referências como auto-consciência do cronista face à sua posição no corpo social e à sua diferenciação face, por exemplo, à parentela régia? Pode ser uma explicação, sobretudo se tivermos em conta as seguintes reflexões: “Desde mediados del siglo XIV, el término Grande, com sentido substantivo, y la expresión Grandes del reino se fueron introduciendo en los escritos, significadno, por tanto, que existía conciencia de que en el sector altonobiliario se había producido la selección de una élite.”¹⁴⁰. O que acabamos de dizer parece, assim, corroborar a ideia de que Ayala-cronista parece verter para os seus escritos esta consciencialização das hierarquias aristocráticas, sendo que mesmo tendo em conta toda a importância que ele próprio deteve no período que relata (e que hoje os historiadores conseguem perceber de forma distanciada), como a sua posição destacada próxima do monarca e dos assuntos de estado, há uma necessidade de se fazer destacar a si e a outros homens enquanto figuras narrativas desses *grandes* – uma necessidade que pode ser meramente retórica e didática.

Descendo mais ao particular, e tendo em conta o que referimos acerca da composição deste grupo dos *grandes*, ao longo da leitura das duas crónicas de Ayala, facilmente nos apercebemos que são estes – aqueles cujo nome aparece correlacionado com o termo *Don* – que mais destaque têm nas narrativas, quer pelo seu apoio a Juan I aquando das lutas com Portugal, quer pelo seu poderio pessoal capaz de enfrentar os monarcas. São ainda estas figuras nomeadas como *Don* as que, juntamente com os cavaleiros, são as mais numerosas no conjunto das duas crónicas de Ayala.

No sentido oposto a isto que acabamos de referir, encontramos os termos *Ricos omes* e *fijosdalgo*, raramente utilizados pelo cronista. O primeiro termo apenas em dois casos aparece taxativamente associado ao nome de figuras aristocráticas: o primeiro momento foi aquele que destacámos já, sendo que o segundo se encontra na *Crónica de Don Enrique III*, quando é mencionado um rico-homem honrado aragonês, Mosen Giral de Queralt¹⁴¹. Desta forma, à parte destas duas menções individuais, encontramos o

¹⁴⁰ QUINTANILLA RASO (2008), p. 338.

¹⁴¹ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 386.

termo sempre utilizado para se referir a massas de figuras indefinidas¹⁴². A título de exemplo, aquando do casamento de Don Juan com Dona Beatriz, apenas é dito que “todos los Prelados é Ricos omes é Caballeros que y eran con él ficieron juramento”¹⁴³; ou quando Don Juan pede conselho sobre se deveria ou não de entrar em Portugal pela Guarda, respondendo uma das fações afirmativamente, uma vez que “avia en la dicha tierra muchos Ricos omes é Caballeros é Escuderos que se vernian al Rey”¹⁴⁴, sendo que logo no capítulo seguinte a mesma enunciação aparece, agora ligada a alguns nomes, sem que seja óbvia a ligação entre a hierarquia e o nome de cada um dos homens¹⁴⁵.

Quanto ao termo *Fijosdalgo*, nunca aparece associado a figuras individualizadas. Sabemos que havia fidalgos que queriam que o Mestre de Avis tomasse a governação do reino de Portugal em nome do Infante Dom João¹⁴⁶. Sabemos ainda que ficaram satisfeitos com a eleição do Mestre como rei de Portugal nas cortes de Coimbra¹⁴⁷, embora nunca apareça expresso quem são estes e outros fidalgos referidos ao longo da narrativa¹⁴⁸, o que parece sintomático da condição e da utilização deste termo em Castela, tal como tentamos demonstrar no primeiro subponto deste capítulo.

Olhando agora para o que acontece na *Crónica de Dom João I* de Fernão Lopes, o nosso trabalho terá necessariamente de partir do que foi já estudado na obra de Ângela Beirante que temos vindo a citar, ainda que isto não signifique que tenhamos necessariamente as mesmas opiniões da autora, como se verá.

Fernão Lopes apresenta-nos um universo muito maior de figuras aristocráticas que intervêm ativa ou passivamente na narrativa, não fosse a sua crónica por si só um universo mais amplo do que as de Ayala. Ainda assim, as referências às figuras nobiliárquicas de proa assemelham-se às do cronista castelhano, sendo comum o termo *grandes* surgir como referente a todos os homens apresentados como *Dom*, que, tal como em Ayala, se relacionam de forma umbilical com os Ricos-homens, os Condes,

¹⁴² LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 208, 495 e 523.

¹⁴³ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 167.

¹⁴⁴ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 180.

¹⁴⁵ “vinieron á él algunos Ricos omes é Caballeros é Escuderos que vivian en aquella comarca que dicen la Vera, los quales eran estos: Vasco Martinez Dacuña, é Martin Vazquez su fijo, é ótros sus fijos, é Martin Alfonso de Merlo, é Ferrand Alfonso de Merlo, é Alvar Gil de Caraballo, é el Alcayde de Almeyda, é otros” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 180. Destes homens, apenas Martim Vasques da Cunha, Martim Afonso de Melo, Fernão Afonso de Melo e Álvaro Gil de Carvalho são, depois, referidos como cavaleiros (cf. pp. 198 e 218).

¹⁴⁶ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 189.

¹⁴⁷ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 214.

¹⁴⁸ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 272; 279; 327; 432; 456 e 489.

assim como com os Mestres das Ordens Militares e ainda com as figuras de primeira instância do clero regular.

No entanto, uma especificidade ressalta desta análise: grande parte destes homens de topo aristocrático são castelhanos ou representam a fação castelhana. Com efeito, os grandes magnates portugueses ou que permanecem fiéis ao Mestre de Avis durante a totalidade da crónica são apenas cinco: o Conde Dom Álvaro Peres de Castro e seu filho Dom Afonso de Castro¹⁴⁹, e três homens que representam o grupo das Ordens Militares nacionais – Dom Fernando Afonso de Albuquerque, Mestre de Santiago¹⁵⁰, Dom Álvaro Gonçalves Camelo, Prior do Hospital¹⁵¹ e Dom Lopo Dias de Sousa, Mestre de Cristo¹⁵². As restantes figuras deste grupo são muito mais instáveis no que diz respeito à fação de apoio, como por exemplo o Conde Dom Gonçalo Telo ou o Conde Dom Pedro de Trastâmara. Nota-se aqui aquilo que tínhamos já verificado para as crónicas de Ayala – isto é, que as figuras de maior destaque social, mesmo dentro do grupo nobiliárquico, são apresentadas, pelo menos durante o período de crise de 1383-1385, maioritariamente como apoiantes do partido Castelhana, quer fosse ele materializado pela Rainha Dona Beatriz ou por Don Juan¹⁵³.

Se voltarmos agora a nossa atenção para a fidalguia, percebemos rapidamente que é um ponto distinto para ambos os cronistas. Vimos como em Ayala é um termo secundário no que à hierarquização diz respeito. Já em Fernão Lopes, a par com *escudeiro*, *fidalgo* é o termo que mais vezes se encontra associado ao nome das figuras aristocráticas de modo a defini-las no sentido hierárquico. Mais aplicado a figuras portuguesas do que castelhanas, é através da análise dos partidos de apoio durante a crise de 1383-1385 que se verifica melhor a especificidade deste termo. Se recolhêssemos os nomes daqueles que durante este período são apresentados pelo cronista como fiéis à sua fação de apoio (fosse o Mestre de Avis como metonímia de Portugal ou Dona Beatriz e Don Juan como representantes dos interesses castelhanos), verificaríamos que o número de fidalgos mencionados em ambas seria praticamente o mesmo – cerca de 20. Todos portugueses os que apoiam o Mestre; sensivelmente metade portugueses e metade castelhanos os que se colocam sobre a alçada de Dona

¹⁴⁹ Apenas referido uma vez em LOPES (1983), Vol. I, p. 102.

¹⁵⁰ LOPES (1983), Vol. I, p. 95.

¹⁵¹ LOPES (1983), Vol. I, p. 325.

¹⁵² LOPES (1983), Vol. II, p. 177.

¹⁵³ Ideia que concorre precisamente com o que a historiografia contemporânea postulou, como refere MATTOSO (1985), p. 218.

Leonor e, depois, de Don Juan. Dos *fidalgos* que Fernão Lopes refere como partidários do futuro Dom João I, Ayala quase não refere nenhum e, quando os faz surgir nas suas narrativas, apresenta-os como cavaleiros ou escudeiros¹⁵⁴. Por outro lado, dos nomes que Lopes apresenta do lado castelhano são praticamente todos também referidos por Ayala como cavaleiros¹⁵⁵.

Ângela Beirante apresenta este grupo como um conjunto de pessoas de ascendência nobre, não necessariamente grandes proprietários, podendo ainda ser vassalos de alguém, ou ter os seus próprios vassalos, mas hierarquicamente acima dos cavaleiros¹⁵⁶. É preciso, contudo, matizar esta leitura. A utilização do termo *fidalgo* por Fernão Lopes parece ter por base uma ideia de hierarquização social, colocando a maior parte destes homens entre os *grandes* e os escudeiros. Ainda assim, também aqueles referidos como *Dom* são constantemente apresentados igualmente como *fidalgos*, verificando-se nestes casos o critério linhagístico de que a autora fala. A associação entre este termo e *cavaleiro* é também frequente, o que remete para a funcionalidade do segundo termo, enquanto exercício militar. A utilização de *fidalgo* enquanto referência a uma hierarquia social na crónica de Fernão Lopes corresponde assim à utilização de *cavaleiro* por Ayala. Ainda que em alguns casos esta associação possa não ser totalmente linear, a verdade é que maioritariamente se verifica, podendo ser explicada através de duas razões: se por um lado o termo *fijosdalgo* representa uma realidade social algo distinta em Castela do que se verifica em Portugal¹⁵⁷, por outro lado, o vocábulo *fidalgo* foi abundantemente difundido em território português a partir dos finais do século XIV¹⁵⁸.

Detenhamo-nos, agora, com mais atenção, no grupo dos *cavaleiros*, termo de difícil definição, tanto em castelhano como em português, devido à diversidade de

¹⁵⁴ Veja-se, a título de exemplo, o caso de João Fernandes Pacheco em LOPES (1983), Vol. I, p. 392 e em LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 218.

¹⁵⁵ Gonçalo Vasques de Azevedo, João Rodrigues Portocarreiro, Pero Soares de Toledo, ou ainda o próprio Ayala. LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 197, 218 e 402.

¹⁵⁶ BEIRANTE (1984), p.31.

¹⁵⁷ Relembre-se o que dissemos na primeira parte deste capítulo.

¹⁵⁸ "...a expressão fidalgos surgia frequentemente, nos séculos XIV e XV, apenas a outras categorias da Nobreza, para completar e esgotar, por assim dizer, o estado nobre. Em sentido restrito, aliás, o fidalgo podia aparecer também como membro da pequena nobreza, sobretudo rural, não distinguido por quaisquer títulos, cargos ou subsídios." MARQUES (1987), p. 237. Ainda assim, o facto de este fenómeno se verificar mais comum nos séculos finais da Idade Média, não significa que anteriormente não encontremos também uma associação entre o termo fidalgo e outros de caracterização aristocrática. Repare-se, a título de exemplo, numa composição trovadoresca de Fernão Rodriguez de Calheiros, da primeira metade do século XIII, onde surge: "Madre, passou per aqui un cavaleiro/ (...) Madre, passou per aqui un filho d'algo/" MIRANDA (2016), pp. 7-8.

realidades que esta palavra comporta em si e que transmite a um leitor do século XXI. Vimos já como se pode referir a um escalão intermédio de nobreza cuja função militar se desempenha montando a cavalo em momentos bélicos e que se caracteriza, entre outros aspetos, por uma detenção mais ou menos local de poder económico e político; mas é também certo que o termo pode comportar em si uma ideologia honorífica, como referente ao estado da cavalaria, que remete assim para uma determinada conduta e valores que guiaram grande parte da aristocracia medieval, sobretudo desde o século XII¹⁵⁹. De um modo geral, o que isto significa é que não podemos, portanto, nem tomar apenas esta palavra como mero indicador hierárquico que reflete um escalão abaixo de *grandes*¹⁶⁰, nem olhar para ela como exclusivamente referente a uma realidade “transmitida através do acto de investidura ou adubamento”¹⁶¹. De facto, dos termos que se manifestam como mais representativos do que pretendemos aqui analisar, *cavaleiro* é o mais utilizado nas crónicas de Ayala e o terceiro mais recorrente na de Fernão Lopes. Debrucemo-nos então sobre estas numerosas figuras.

Além dos momentos em que este termo aparece associado a listagens de nomes, nos quais normalmente aparecem também adjetivos que qualificam estes homens e que, portanto, trataremos no subcapítulo seguinte, atente-se sobretudo aos momentos em que, isoladamente, algumas figuras são caracterizadas através deste vocábulo. De uma forma geral, não será exagerado afirmar que nas duas crónicas de Ayala em análise, *cavaleiro* é maioritariamente um termo que parece remeter para uma realidade de hierarquia social, tendo em conta tanto a função militar destes homens como a sua importância no próprio corpo social. Tanto a *Crónica de Don Juan I* como a de *Don Enrique III* são relatos de momentos especialmente conturbados, onde se narram desde grandes episódios bélicos até às mais pequenas escaramuças e, neste sentido, a referência a

¹⁵⁹ Sobre estas questões veja-se a dissertação de mestrado de AGUIAR (2016) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde nas primeiras páginas o autor se debruça precisamente sobre a dificuldade de definição do termo *cavalaria*, fator que, necessariamente, se alastra ao termo *cavaleiro*, dele dependente.

¹⁶⁰ Veja-se, por exemplo, o discurso de Don Juan Garcia Manrique quando Enrique III toma o governo do reino e lhe diz o arcebispo de Santiago de Compostela: “Lo primero, Señor, ellos ovieron en sí omildad, ca sofrieron muchas sosañas, é muchas quejas de Grandes, é medianos, é pequeños, por guardar vuestro servicio.” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 485. Percebe-se, a partir do excerto, uma ideia de sociedade tripartida, na qual os cavaleiros, tomando como referência a sua implantação mais local, estariam abarcados pelos *medianos*, entre aqueles que tinham linhagens mais poderosas e uma maior proximidade ao monarca, e os pequenos, afastados do grupo nobiliárquico.

¹⁶¹ BEIRANTE (1984), p. 33. No seu estudo, esta autora parece aceitar o pressuposto de que o termo *cavaleiro* nas crónicas de Fernão Lopes comporta apenas esta significância de figura que é investida na ordem da cavalaria, ideia da qual nos afastamos.

cavaleiros em determinados momentos parece crucial, tendo em conta os contornos dos próprios episódios. Quando Don Juan toma Santarém, é dito que “dexó el Rey en el alcazar un Caballero que decian Lope Ferrandez de Padilla; é en otro castillo que es en la dicha villa, que llaman el Alcazaba, dexó otro Caballero, que decian Ferrand Carrillo, é com ellos gentes para guardar la villa”¹⁶². Outro momento a destacar é aquele aquando da batalha de Trancoso, na qual, nas palavras do narrador: “destas Compañas de Portugal era Capitanes tres Caballeros, los quales eran Martin Vazquez de Acuña, é Gonzalo Vazquez Coutiño, é Juan Ferrandez Pacheco.”¹⁶³ A estes exemplos podíamos também juntar os de Álvaro Vasques de Lousada, Dia Sanches de Rojas e Gonçalo Gonçalves Ferreira¹⁶⁴, entre outros.

Há, contudo, dois aspetos a destacar. Em primeiro lugar, na *Crónica de Don Juan I*, das figuras que sempre aparecem do lado português, apenas quatro são apresentadas individualmente como *cavaleiros* – Rui Pereira, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, João Fernandes Pacheco e Gonçalo Vasques Coutinho, sendo que apenas este último é também por Fernão Lopes referido como tal¹⁶⁵, ainda que maioritariamente apresentado como fidalgo pelo cronista português. Em segundo lugar, verifica-se também aquilo que anteriormente referimos relativamente à ordem da cavalaria, no sentido em que se encontram vários cavaleiros que, apesar da sua função militar, teriam certamente um estatuto social superior aos restantes, sobretudo verificável pela sua apresentação através do termo *Don*: Don João Rodrigues de Castanheda, Don Pedro de Castro, Don Pedro Álvares Pereira, entre outros.

É sobretudo nos cavaleiros que tanto Don Juan I como Don Enrique III procuram uma boa parte da sua base de apoio, quer na guerra contra Portugal – Fernão Peres de Andrade, Álvaro Garcia de Albornoz, Rodrigo Álvares de Santoyo, entre outros – quer nas lutas internas depois da morte de Juan I – como se verifica a partir da referência a três cavaleiros privados do rei, João Furtado de Mendonça, Diogo Lopes de Stuñiga e Rui Lopes de Avalos¹⁶⁶, figuras presentes ao longo de toda a narrativa e apoiantes, desde o início, da facção que defendia a formação de um conselho alargado de regência. Esta ligação privilegiada aos monarcas mostra de forma exemplar a procura de

¹⁶² LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 190.

¹⁶³ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 218.

¹⁶⁴ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 366, 411, 442.

¹⁶⁵ LOPES (1983), Vol. II, p. 252.

¹⁶⁶ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 506.

novos apoios por estes dois reis Trastâmara, o que na narrativa em torno de Enrique III atinge o seu auge pela pluralidade de forças que tentavam dominar o panorama político castelhano, assim como pelo facto de a parentela régia se manifestar preocupada com esta situação¹⁶⁷.

Ao contrário de *cavaleiros*, as figuras apresentadas como *escudeiros* nas narrativas ayalinas são muito escassas. Ainda que seja um termo que apareça por vezes para referir homens de armas indefinidos que acompanham outras figuras em determinados momentos bélicos, só encontramos três figuras apresentadas com este termo, sendo elas: Nuno Álvares Pereira, Nuno Nunes de Villayzan e Fernando Afonso de Montenegro. Estes dois últimos figuram apenas na *Crónica de Enrique III*, ambos ligados a episódios com o Duque de Benavente. Nuno Nunes era da sua facção e defendia o *alcázar* de Zamora das ofensivas dos tutores régios, enquanto Fernando Afonso surge, mais à frente, a defender a torre da igreja da mesma cidade contra as incursões do próprio Don Fradique. O que se revela mais curioso é talvez a figura do Condestável Português. Nuno Álvares era, com efeito, escudeiro de Dona Leonor, mas esta figura é um caso paradigmático na *Crónica de Dom João I*, conseguindo o leitor acompanhar, entre outros aspetos, a sua evolução hierárquica. Em Ayala isso parece não acontecer, sendo o Condestável uma figura praticamente imutável e até mesmo secundária no conjunto da narrativa em torno do reinado de Don Juan I. Ora, este facto deve ser avaliado tendo em conta a cronologia na qual o Chanceler Castelhana desenvolveu a sua escrita, mas não só: também o facto de efetivamente ter sido uma figura de tamanha importância para o decorrer dos acontecimentos do lado português pode ser uma explicação para este quase apagamento e diminuição da figura do Condestável. Afinal, este tornou-se numa das figuras da mitologia histórica portuguesa mais memoráveis em torno da crise de 1383-1385, sendo o seu papel no desenrolar desses acontecimentos inegável, o que nos leva a pensar que a secundarização de uma figura de proa do campo inimigo terá sido propositada, tendo em conta os próprios objetivos de Ayala.

¹⁶⁷ Com efeito, se é certo que toda a narrativa da *Crónica de Enrique III* se desenvolve em torno das facções de apoio, a partir do momento em que o monarca assume a governação, surgem várias queixas na *Crónica* de membros da família real face à supremacia dos privados do monarca. Esta situação não se verifica com Juan I, devido ao modelo de governação que este monarca herdara de seu pai - lembre-se que se tratava de um parente régio que conseguira matar o rei seu irmão e assumir a governação. cf. FORONDA (2006), pp. 99-105.

Olhando para Fernão Lopes, a realidade é bastante distinta, dado que, como já referimos, o termo *escudeiro* é muito abundante e apresenta algumas peculiaridades. De todas as figuras relacionadas com esta categoria, uma percentagem mínima reporta-se a homens castelhanos ou apoiantes de Don Juan. A grande massa de escudeiros é portuguesa, homens mais ou menos anónimos que vão ganhando corpo e importância à medida que a narrativa avança e que se demonstram verdadeiras peças-chave em alguns momentos do discurso cronístico, ainda que isto deva ser sempre entendido tendo em conta o propósito geral da narrativa lopeana¹⁶⁸. Os escudeiros nesta narrativa assumem, assim, um papel de destaque, comprovado através do discurso de Lisboa, que louva um determinado número de homens seus moradores, e que seriam também cavaleiros e escudeiros¹⁶⁹, mostrando, por um lado, a importância da menção dos seus nomes, “posto que a memória de muitos deles se aja de perder de todo”¹⁷⁰ e, por outro, a relevância que as figuras de mais baixo estatuto têm dentro da narrativa. A partir desta relevância dos escudeiros, discordamos em parte da seguinte afirmação:

“Recapitulando: Fernão Lopes descreve-nos uma guerra civil entre os *grandes* e os *pequenos*, estando estes últimos ao lado da causa patriótica, do fundador da dinastia reinante e do verdadeiro Papa, e aqueles ao lado do estrangeiro e do Antipapa. Por «grandes» entende Fernão Lopes não apenas a nobreza que tinha os castelos, mas também a aristocracia dos concelhos, os melhores e mais influentes dos lugares, evidentemente os proprietários mais abastados e os mercadores, que detinham o governo local. (...) Por «pequenos» entende o cronista, segundo julgamos, todos aqueles que não pertenciam à aristocracia nobre ou vilã...”¹⁷¹

Se é certo que no plano da realidade histórica (e como também se observa na narrativa) esta divisão é falaciosa, bastando para isso reparar na divisão de algumas famílias no que aos grupos de apoio diz respeito¹⁷², onde se deve encaixar, segundo esta

¹⁶⁸ “Quando figuram escudeiros a comandar ações bélicas contra os castelhanos, e são entusiasticamente louvados, essas proezas mantêm um caráter isolado e só adquirem valor autêntico depois de integrados no grande conflito político-militar que opõe as duas coroas.” AMADO (1997), p.35.

¹⁶⁹ LOPES (1983), Vol. I, pp. 346-347.

¹⁷⁰ LOPES (1983), Vol. I, p. 347.

¹⁷¹ SARAIVA (1950), p. 500.

¹⁷² “A actuação dos membros de qualquer um dos escalões da nobreza não foi, porém, uniforme nem mecânica. É dado adquirido já há uns anos a esta parte. Embora se aceite que existiam membros de todos estes grupos em qualquer das facções em confronto, é geralmente admitida a tendência para a maior importância dos chefes de casa e primogénitos das principais linhagens no lado de D. Leonor Teles e,

lógica, estes escudeiros que apresentámos, maioritariamente apoiantes do partido do Mestre e com uma importância significativa no seio da narrativa? O grupo dos escudeiros é de difícil hierarquização, tendo em conta que muitos destes homens oscilariam certamente entre os estatutos mais modestos de uma aristocracia nobiliárquica e o topo de uma aristocracia vilã. Repare-se, neste contexto, por exemplo, nos casos de Álvaro Vasques de Góis e Gonçalo Nunes de Alvelos. Ambos se destacam no primeiro volume da crónica, conseguindo-se identificá-los como membros de linhagens de diferente importância no território português. Olhando para uma cronologia anterior àquela sobre a qual versa a crónica de Lopes, Sottomayor-Pizarro apresenta a família Góis como parte de uma média nobreza de corte, enquanto os Alvelos estariam no grupo da nobreza regional inferior¹⁷³. Repare-se também que é aquele Álvaro Vasques que convence o Mestre a não fugir para Inglaterra logo no início da narrativa¹⁷⁴, e que, quando o de Alvelos surge na trama, conta o narrador que: “Fallou estomçe huñ boõ escudeiro que chamavom Gomçalo Nunez dAllvellos, que nom era dos grandes nem dos mais pequenos...”¹⁷⁵, o que deixa perceber o estatuto médio-baixo desta figura, ainda que aristocrático.

Como forma de oposição a estas duas figuras, atente-se nas seguintes passagens:

“E como sse todos lamçarom demtro, e foi sabudo pella çidade, logo em esse dia Diego Lopez Lobo e Fernam Gomçallvez dArca, e Joham Fernandez seu filho, que eram huñs dos gramdes que hi avia, com todo o poboo da çidade, se levamtarom contra elles, e forom combater o castello...”¹⁷⁶

“Emtom foi sabudo a todos como NunAllvarez avia dhir por fromteiro aa comarca dAmte Tejo e Odiana; e ell trabalhouse de levar comsigo ataa quaremta escudeiros dos boõs que na çidade avia (...). Dos quaaes diremos aqui alguñs por veerdes quem forom, e ficar em rrenembrancha, convem a saber: Joham Vaasquez dAlmada, PedrEannes Lobato, Rui Cravo, Affomss Perez da Charneca, Amtom Vaasquez, Vaasco Leitom, Joham Alvarez, miçe Manuell, Alvaro do Rego, Joham Lobato, StevEannes

portanto, de Castela, e o predomínio de filhos segundos e bastardos desses mesmos grupos linhagísticos assim como de linhagens de segunda ordem junto do mestre de Avis.” CUNHA (1996), pp. 225-226.

¹⁷³ SOTTOMAYOR-PIZARRO (1997), pp. 1142-1443.

¹⁷⁴ LOPES (1983), Vol. I, p. 45-46.

¹⁷⁵ LOPES (1983), Vol. I, p. 84.

¹⁷⁶ LOPES (1983), Vol. I, p. 88.

Berbelleta, Lopo Affomssso da Augua, Louremço Affomssso seu irmão, Louremço Martiiz Pratas, Diego Durañez, Diego Domiguez, filho de Domingos de Samtarem.”¹⁷⁷

Através destes dois excertos, percebe-se um pouco melhor a complexidade da definição do grupo dos escudeiros, devido à sua heterogeneidade. Não nos parece assim que, pelo menos nesta crónica de Lopes, os escudeiros representem necessariamente “um escalão de nobreza, o mais baixo escalão da mesma.”, nem que o escudeiro seja “...essencialmente, um homem de pequena nobreza.”¹⁷⁸ Se parece aceitável que alguns homens o seriam, como Gonçalo Nunes de Alvelos de quem já falamos, ao olharmos para as últimas duas passagens que salientámos, percebemos que, no caso de Diogo Lopes Lobo, assim como dos restantes nomes citados no segundo excerto, será preciso matizar um pouco esta ideia. É certo que na primeira passagem se percebe uma diferenciação entre Diogo Lopes, referido como um dos *grandes* do lugar, e o restante *poboo da çidade*, sobretudo se tivermos em conta que logo de seguida esse povo indefinido acaba por se rebelar contra a sua figura¹⁷⁹. Mais ainda: como consequência desta revolta, este homem parte para Lisboa e torna-se num dos escudeiros que acompanha Nuno Álvares Pereira, sendo até escolhido para o seu conselho¹⁸⁰. Poderá ser isto um indicador de ascendência social?

A segunda passagem sugere-nos mais certezas em relação a esta questão. Estando já Diogo Lopes Lobo em Lisboa com Nuno Álvares, quando o Mestre o faz fronteiro no Alentejo, o narrador afirma que aquele levou consigo quarenta “escudeiros dos boões que na çidade avia”. Ora, ainda que de seguida seja referido que “Estes e outros boões escudeiros, assi dEvora como de Beja, que em esta sazom estavom em lixboa e se veherom pera o Meestre, porque os lamçavom fora dos logares os poboos mehudos...”¹⁸¹, a aplicação do termo *bons* no primeiro caso suscita-nos algumas dúvidas, uma vez que se pode relacionar com a categoria de *homens-bons*¹⁸² e não tanto com a capacidade militar daquelas figuras. Inclinação-nos, assim, para a primeira hipótese, até pelos apelidos das figuras listadas – no caso de Estevão Eanes Borboleta trata-se efetivamente de uma alcunha –, o que parece sugerir a proveniência modesta

¹⁷⁷ LOPES (1983), Vol. I, p. 167.

¹⁷⁸ BEIRANTE (1984), p. 37.

¹⁷⁹ LOPES (1983), Vol. I, p. 90.

¹⁸⁰ LOPES (1983), Vol. I, pp. 171-173.

¹⁸¹ LOPES (1983), Vol. I, p. 167.

¹⁸² Cf. BEIRANTE (1984), pp. 46-47.

destes escudeiros, que, provavelmente, fazendo já parte de uma aristocracia urbana, almejavam a ascensão social¹⁸³.

Terminemos assim esta incursão pela terminologia utilizada como meio de hierarquização social fazendo uma breve referência ao grupo dos não nobres, mas que se encaixam também no grupo aristocrático nas duas crónicas de Ayala em estudo. A referência maioritária a estas figuras reflete-se através do termo *omes buenos*¹⁸⁴, sendo que nunca aparece individualizado o nome de nenhum, mas antes referidos no plural, como um corpo aparentemente homogéneo, ainda que irresoluto quanto à sua composição. Outro aspeto a ressaltar é o facto destas figuras serem definitivamente chamadas à narrativa a partir do final da *Crónica de Don Juan I*, quando o rei, nas cortes de Guadalajara de 1390, pretendia:

“ordenar la hacienda de su hijo el Príncipe en esta guisa: que por quanto era de pequeña edad, que non avia mas de once años, é aun non cumplidos, que ordenaria que oviese de su consejo ciertos Perlados é Caballeros é Omes Buenos de cibdades que rigiesen é gobernasen el Regno.”¹⁸⁵

A partir deste momento, este grupo torna-se numa figura coletiva recorrente na *Crónica de Enrique III*, precisamente devido a todos os problemas que a menoridade deste rei colocou e a consequente formação de grupos de apoio às diferentes fações. Ainda que em nenhum momento o seja referido, através de uma passagem em que o narrador aborda as divisões no seio da sociedade castelhana, é facilmente compreensível que também este grupo de aristocracia urbana se tenha dividido¹⁸⁶. Ainda assim, logo de

¹⁸³ Sobre as questões de aproximação entre as aristocracias urbanas e os grupos nobiliárquicos cf. DUARTE (2001), p. 96.

¹⁸⁴ Ainda que, tal como dissemos já, a hierarquia social destes agentes seja, aos olhos do investigador contemporâneo, de difícil perceção, tomámo-los aqui em geral como figuras que não fazendo parte da nobreza (visto que o cronista não fornece informação que permita esta ligação), fariam parte do grupo aristocrático, enquanto detentores de poder e de dominação sobre outrem, sobretudo ao nível da aristocracia urbana. Todavia, sabemos que em determinados casos estes homens poderiam ser igualmente membros de uma nobreza de baixo escalão, até porque “La ambición política de estos «hombres buenos», (...) no quedaba reducida al marco local, sino que, por su condición de pequeña nobleza, mantenían aspiraciones aristocráticas de beneficio del favor de la monarquía y de la privanza regia.” ASEÑO GONZÁLEZ (2006), p. 161

¹⁸⁵ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 293.

¹⁸⁶ Atente-se no seguinte momento: “asi como los Señores, segund dicho avemos, eran departidos, asi se ficeron las cibdades é villas del Regno dos partes, que las unas tenian la parte del Testamento, é las otras tenian la parte del Consejo. E en cada cibdad ó villa avia dos partidas: ca en la cibdad de Sevilla el Conde Don Juan Alfonso de Niebla, é muchos oficiales é Caballeros é gentes tenian que el Testamento del Rey Don Juan debia valer; é Don Alvar Peres de Guzman Almirante de Castilla, é Don Pero Ponce de Leon

seguida, os *omes buenos* de Burgos vão à mercê real em 1391 a Cuellar, sendo apresentados como um todo coeso, com propósitos e interesses de grupo face ao poderio daqueles privilegiados que não procuravam o bem comum, mas antes os seus interesses pessoais:

“E estonce avian llegado al Rey Omes buenos de la cibdad de Burgos, los quales venian por tratar alguna buena avenencia, é dixeron al Rey, que la cibdad de Burgos los enviaba á él por facer requerimento al Duque de Benavente, é al Arzobispo de Toledo, é á todos los que com ellos eran, que quisiesen escusar de poner escândalos en el Regno, é non ayuntar gentes de armas, é que se legasen á razon, é á lo que complia á servicio del Rey, é provecho del Regno: é que esta misma razon les mandára la cibdad de Burgos decir á los Señores é Caballeros é Procuradores que com el Rey estaban.”¹⁸⁷

Se em Ayala as figuras aristocráticas que surgem em maior número são aquelas que se podem enquadrar dentro do grupo dos *grandes* e dos *cavaleiros*, em Fernão Lopes, com a ampliação do número de figuras intervenientes na narrativa, estas aparecem em muito maior número como pertencentes ao grupo dos *fidalgos* e dos *escudeiros*. Enquadrados assim estes homens na estrutura social que os cronistas transmitem, é importante agora olharmos para a caracterização que é apresentada em relação a estas figuras, de modo a percebermos se a preponderância se mantém, ao mesmo tempo que procuramos clarificar as representações da aristocracia que Pero López de Ayala e Fernão Lopes desenvolvem com as suas escritas.

2.3. A caracterização das figuras

Além da apresentação da terminologia hierárquica que nos permite perceber das relações sociais dentro das Crónicas aqui em estudo, também a forma de caracterização obedece a certas estruturas¹⁸⁸, oferecendo, por vezes, ao leitor, informações mais detalhadas relativamente a determinadas figuras da narrativa. Neste subcapítulo abordaremos essas questões, apresentando as principais características, aproximações e diferenças entre ambos os cronistas.

Señor de Marchena, Alguacil mayor de Sevilla, é otros Oficiales é Caballeros é gentes de la cibdad tenian que debia valer la ordenanza del Consejo.” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 395.

¹⁸⁷ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 396.

¹⁸⁸ Cf. AGUIAR (2016), pp. 27-28.

Nas crónicas de Ayala e de Fernão Lopes observa-se, de certa forma, uma focalização distinta no que à caracterização de figuras (que não os monarcas) diz respeito – enquanto o Chanceler castelhano nos apresenta uma visão mais geral, tipificada e parca relativamente às características das figuras aristocráticas presentes na narrativa, Fernão Lopes individualiza muito mais algumas dessas figuras, pintando-as com traços verdadeiramente humanos em alguns casos (não significando isto que não se possa tratar igualmente de adjetivações tipificadas). Esta apreciação global leva-nos a olhar para este ponto de duas perspetivas diferentes na análise dos escritos em estudo – para Ayala é importante refletirmos acerca das caracterizações generalistas que são feitas às figuras mais destacadas em conjunto, enquanto para Fernão Lopes se passa o oposto, visto que, no nosso entender, é a partir das descrições individuais de determinadas figuras que conseguimos chegar às representações e à construção desenvolvida por parte deste cronista.

2.3.1. Pero López de Ayala

Comecemos por Ayala e pela caracterização socio-militar específica de determinadas figuras que são referenciadas. Assim, além da descrição do rei Don Juan I aquando da sua morte¹⁸⁹, salientemos alguns dos casos que demonstram as poucas variações nos termos utilizados para descrever alguns homens:

- a) “... estaba en la su Corte el Obispo de la Guardia, que es de Portugal (...), é era un **ome bueno é honrado...**”¹⁹⁰
- b) “Otro si era y otro Caballero natural de Portugal, que decian Arias Gomez de Silva, que era **muy buen Caballero**, é fuera ayo del Rey Don Ferrando...”¹⁹¹; “é cercó luego la villa é castillo de Guimaranes, dó estaba un **Caballero muy bueno**, natural

¹⁸⁹ “E era non grande de cuerpo, é blanco, é rubio, é manso, é sosegado, é franco, é de buena consciencia, é ome que se pagaba mucho de estar en consejo: é era de pequeña complision, é avia muchas dolencias.” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 343. É também importante referir que fora das duas crónicas que seleccionámos como objeto de estudo, também na *Crónica de Don Pedro I e Don Enrique II* se encontra uma descrição semelhante, quando é introduzida a morte do primeiro monarca Trastâmara. LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo I, p. 105.

¹⁹⁰ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 179.

¹⁹¹ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 197.

del Regno de Portugal, que tenia la parte del Rey de Castilla, que decían Arias Gomez de Silva...”¹⁹²

- c) “...estaba y un Caballero de Francia, que decían Mosen Juan de Ria, que era **muy buen Caballero**, é avia seydo en muchas guerras é en muchas batallas, é era de edad de setenta años, ó mas...”¹⁹³
- d) “...é cercó la villa de Chaves, que tenia la parte del Rey de Castilla, é estaba en ella Martin Gonzalez de Atayde, un **Caballero muy bueno** de Portugal...”¹⁹⁴
- e) “pero estaba dentro un Caballero natural de Galicia, que era **muy buen Caballero é muy poderoso** en aquella tierra, que le decían Don Ferrand Perez de Andrade...”¹⁹⁵
- f) “...era Capitan Alvar Perez de Osorio, que era un **Caballero** de tierra de Leon, **muy poderoso** en aquella tierra...”¹⁹⁶
- g) “...por quanto el Duque de Benavente era hermano del Rey Don Juan, é **poderoso**, é tenia con él el Arzobispo de Toledo é los de su partida...”¹⁹⁷

A partir destes excertos, entende-se como Ayala não é imparcial na caracterização das figuras. Ora, excluindo o caso do Duque de Benavente, o que se depreende é que o narrador qualifica de forma positiva figuras que estiveram do lado castelhano aquando da querela dinástica com o Mestre de Avis. Logo após Don Juan ter manifestado interesse em entrar no reino português, depois da morte de Dom Fernando, o bispo da Guarda ofereceu-lhe de imediato a sua cidade, para por aí penetrar no restante território – e daqui se pode estabelecer uma relação com a sua apresentação como homem bom e honrado.

Aires Gomes da Silva é duas vezes referido pelo narrador como sendo um bom cavaleiro, sendo que, à parte de ser português, de estar desde o início da narrativa do lado castelhano na querela dinástica entre Don Juan I e o Mestre de Avis, e de ter o

¹⁹² LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 215.

¹⁹³ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 232.

¹⁹⁴ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 240.

¹⁹⁵ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 249.

¹⁹⁶ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 264.

¹⁹⁷ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 403.

castelo e a vila de Guimarães, *muy buen* é a única apreciação que o narrador apresenta desta figura. Ora, esta adjetivação passa em grande parte por uma questão socio-militar, visto que o que está subentendido é a valentia guerreira deste homem, comprovada da segunda vez que é apresentado como sendo um cavaleiro muito bom, enquadrado no momento em que o narrador descreve a forma como tal cavaleiro lutou arduamente pela defesa do castelo de Guimarães. A mesma lógica podemos ver aplicada não só a Martim Gonçalves de Ataíde, homem que valentemente defendeu o castelo de Chaves da ofensiva do Mestre de Avis, como também a Fernão Peres de Andrade, que por sua vez defendeu o território galego face ao Duque de Lencastre.

O caso do cavaleiro francês presente na corte castelhana é ainda mais interessante, visto que ao seu estatuto de muito bom cavaleiro se associa ainda a sua idade, que transmite uma ideia de sabedoria, tendo em conta o assunto que se discutia naquele momento no conselho régio¹⁹⁸, sabedoria essa que lhe provinha também do seu conhecimento experienciado em vários campos de batalha. O capítulo XIV do ano sétimo da *Crónica de Don Juan I* trata da descrição do que se sucedeu antes da batalha de Aljubarrota e da própria batalha em si. Assim, numa reunião conciliar na qual o monarca pede para discutir a ordenança da batalha, aquele cavaleiro francês de que falamos opõe-se à posição de alguns “caballeros mancebos” que defendiam que o rei tinha muita vantagem sobre os inimigos portugueses. É inegável a posição do cronista nesta passagem, colocando-se na senda do que defende Jean de Rye, por oposição aos “Caballeros del Rey, que eran omes mancebos, é nunca se vieran en outra batalla”¹⁹⁹, os quais acabam por ser, em parte, culpabilizados pelo desastre de Aljubarrota.

Finalmente, tanto Fernão Peres como Álvaro Peres de Osório e o Duque de Benavente são apresentados com o epíteto de *poderosos*, transmitindo uma maior importância destas figuras para além das suas destrezas militares. Olhando para o papel destes homens no conjunto das duas narrativas ayalinas, percebemos que também a sua diferenciação se evidencia através de outros elementos que podem explicar a sua caracterização como *poderosos*. Enquanto Aires Gomes da Silva e Martim Gonçalves

¹⁹⁸ Cf. MEREGALLI (1955), pp. 85-86.

¹⁹⁹ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 233. Não esqueçamos que o próprio Ayala era já de idade avançada quando se dedicou à escrita das suas últimas duas crónicas, que a sua experiência pessoal terá enformado em muito estes escritos e que um dos seus objetivos era o didatismo através da denúncia dos erros cometidos. “Para un corazón generoso y compasivo, que había luchado con las armas y la diplomacia quedaba, en su vejez, el camino de la obra didáctica al servicio de la formación del joven gobernante y la denuncia de los males de su tiempo.” ORDUNA (1998), p. 214. Cf. ainda com RUSSELL (2000), p. 428.

de Ataíde são apresentados como cavaleiros, Fernão Peres de Andrade, ainda que apenas destacado no episódio já referido, é uma figura de proa aristocrática, o que se depreende pela utilização do termo *Dom*. Já Álvaro Peres de Osório, depois desta aparição na *Crónica de Don Juan I*, destaca-se na *Crónica de Don Enrique III*, devido à sua atitude de abandonar o partido do Duque de Benavente, sendo ainda referido como vassalo do rei²⁰⁰. Don Fradique, membro da família real, age sempre como figura oposta aos monarcas castelhanos deste período, acumulando em si várias competências de exercício efetivo de poder, sejam elas militares, económicas ou de jurisdição sobre territórios²⁰¹.

Atentemos agora a alguns exemplos de momentos em que a caracterização de figuras aristocráticas é feita através de listagens de nomes – algo que também encontraremos em Fernão Lopes -, e que corroboram a ideia que temos vindo a desenvolver:

a) Quando Don Juan I, em 1384, está em Santarém e muitos homens portugueses lhe vão prestar homenagem, diz-nos o narrador que:

“E vinieron alli al Rey estos Caballeros del Regno de Portugal, que eran **omes honrados**, é tenian fortalezas: Gonzalo Vazquez de Acebedo (...); é Vasco Perez de Camoes (...); é Don Enrique Manuel Conde de Sintra (...); é Juan Gonzalez de Tejeyra (...); é Don Per Alvarez Pereyra (...); é Diego Alvarez, é Ferrand Pereyra sus hermanos”²⁰²

b) No capítulo X do sexto ano da *Crónica de Don Juan I*, o narrador apresenta vários nomes portugueses que estavam do lado do rei castelhano:

“En todo este tiempo la guerra era muy grande por todo el Regno de Portugal é estaban con el Rey de Castilla muchos é **muy grandes Caballeros** de Portugal que tenian su partida, é eran estos: (...) Lope Gomez de Liria (...) Arias Gomez de Silva (...) Martin Gonzalez de Atayde (...) Juan Alfonso Pimentel (...) Juan Rodriguez Puertocarrero (...) Alfonso Gomez de Silva (...) Ferrand Gomez de Silva (...) Alvar Gil de Carvallo (...)

²⁰⁰ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 465.

²⁰¹ Veja-se o que diz GARCÍA DE CORTÁZAR (2002), sobre as várias competências do poder e os seus titulares na Idade Média.

²⁰² LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 188.

Alfonso Tenreyro (...) Gonzalo Vazquez de Azevedo (...) Vasco Perez de Camoes (...) Juan Gonzalez de Tejera (...) Conde Don Enrique Manuel (...) Ferrand Gonzalez de Meyra (...) Martin Alfonso de Merlo (...) Ferrand Alfonso (...) Don Per Alvarez Pereyra (...) Diego Alvarez (...) Martin Yañez de Barbudo (...) Don Ferrand Dantes (...) Pero Rodriguez de Fuentseca (...) el Conde de Viana (...) Pay Rodriguez (...) Ferrand Gonzalez de Sousa (...) Gonzalo Yañez de Castil Davis (...) Vasco Martinez de Merlo (...) Alvar Gonzalez de Mora (...); é otros muchos Caballeros é Escuderos de Portugal.”²⁰³

c) Depois da derrota castelhana em Aljubarrota, introduz novamente o narrador uma lista:

“La batalla fué desbaratada, é fueron muertos y muchos é **muy buenos Señores é Caballeros**. Morió allí Don Pedro fijo del Marques de Villena (...), é Don Juan Señor de Aguilar é de Castañeda (...), é Don Ferrando fijo del Conde Don Sancho, (...) Don Pedro Diaz de Iveas (...), é Diego Gomez Manrique (...), é Don Juan Ferrandez de Tovar (...), é Diego Gomez Sarmiento (...), é Pero Gonzalez Carrillo (...), é Pedro Gonzalez de Mendonza (...), é Alvar Gonzalez de Sandoval, é Ferrand Gonzalez su hermano, é Rui Barba, é Juan Martinez de Medrano, é Ferrand Carrillo de Pliego, é Ferrand Carrillo de Mazuelo, é Gonzalo Diaz Carrillo, é Diego Garcia de Toledo, é Gonzalo Alfonso de Cervantes, é Don Juan Ramirez de Arellano, é Juan Ortiz de las Cuevas, é Rui Ferrandez de Tovar, é Gutier Gonzalez de Quirós, é Juan Perez de Godoy...”²⁰⁴

d) Aquando da resposta do Rei de França ao pedido de auxílio do Rei Castelhana, depois de Aljubarrota, o narrador diz que:

“...el Rey de Francia envio luego al Rey de Castilla su hermano las dos mil lanzas (...) é era mayor de ellas el Duque de Borbon (...), é com él dos **Caballeros muy buenos** por Capitanes, al uno decian Mosen Guillen de Neyllac, é al outro Mosen Gualter de Passac...”²⁰⁵

²⁰³ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 197-198.

²⁰⁴ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 235-236.

²⁰⁵ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 245.

Aquilo que distingue estes quatro excertos daqueles que apresentámos anteriormente é a referência a mais do que um nome no conjunto da caracterização. Estas três passagens também divergem relativamente ao que abordaremos de seguida, na medida em que se apresentam como listas de nomes nas quais é possível estabelecer ligação entre as várias figuras e o adjetivo a elas associado. Não nos parecem momentos avulsos, estes, nos quais o narrador apresenta juízos de valor relativamente àqueles homens. Nos primeiros dois casos, o cronista refere-se a uma série de portugueses que tomaram voz por Castela durante as tentativas de Don Juan I de tomar o reino de Portugal, daí que a justificação da caracterização dessas figuras seja facilmente compreendida, visto que em mais nenhum momento das narrativas encontramos portugueses caracterizados de forma positiva, sem que estivessem aliados ao partido castelhano. O terceiro caso parece-nos aquele que melhor demonstra os propósitos do cronista, na medida em que aquela adjetivação apenas se relaciona com os nomes das figuras castelhanas que morreram em Aljubarrota. Quando introduz o nome dos portugueses do lado castelhano que pereceram na batalha, surge uma outra introdução – “Otrosi Caballeros de Portugal que iban con el Rey de Castilla morieron estos...”²⁰⁶. Deste modo, cremos que com esta descrição de “muy buenos Señores é Caballeros”, o cronista pretende reforçar a ideia das grandes perdas para Castela resultantes de Aljubarrota, ao mesmo tempo que vincula uma vez mais a culpabilização do monarca, ainda que de forma implícita²⁰⁷. No último caso aqui referido, verifica-se novamente uma adjetivação positiva de figuras que auxiliam a coroa castelhana contra os seus inimigos, agora não só o monarca português, como também o Duque de Lencastre.

Excluindo assim os momentos nos quais o cronista individualiza uma figura ou um grupo de figuras, percebemos que as crónicas de Don Juan I e Enrique III são bastante mais ricas em descrições referentes a conjuntos de massas indefinidas de homens²⁰⁸, das quais se destacam os termos *buenos* e *grandes*.

Como podemos ver pelo que já dissemos na primeira parte deste capítulo, o termo *grandes* é bastante polissémico, sendo usado tanto como nome coletivo, referindo-se às maiores dignidades dos diferentes reinos, ou como adjetivo qualificativo

²⁰⁶ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 236.

²⁰⁷ Sobre a culpabilização do monarca face ao episódio de Aljubarrota, veja-se FERRO (2002).

²⁰⁸ Contudo, é preciso ter em mente que, mesmo surgindo mais caracterizações de grupo, a verdade é que a adjetivação não é muito frequente em Ayala: “Ao longo da *Crónica* fica, de um modo geral, patente a economia de adjetivos utilizados pelo cronista que, deste modo, atribui ao relato o tom de objetividade que ele próprio preconiza no seu Prólogo.” PIRES (2017), p. 833.

das figuras aristocráticas. É esta segunda utilização que nos interessa agora perceber. Associado sobretudo a *Señores* e *Caballeros*, liga-se necessariamente neste caso a uma caracterização social e não tanto militar. Vejam-se alguns dos inúmeros exemplos:

- a) “Estando el Rey Don Juan este Año en Medina del Campo (...) todos los Abades é Abadesas del Regno de Castilla é de Leon llegaron á él, é se querellaron diciendo como algunos **grandes Señores**, asi Condes, como Caballeros, é otros, contra su voluntad les tomaban todos los logares...”²⁰⁹
- b) “El Rey Don Juan fizo sus Cortes en la villa de Guadalfajara: é antes que ordenase outra cosa ninguna en las dichas Cortes, dó fueron ayuntados por su mandado los Prelados é **grandes Señores é Caballeros** del Regno...”²¹⁰
- c) “Otro si, pues lo avia fecho saber al Duque de Benavente, é al Marqués de Villena, é al Maestre de Alcántara, é á Don Diego Furtado de Mendonza, é á **otros grandes Señores é Caballeros** del Regno, é á muchas cibdades é villas, las quales eran todas en este acuerdo...”²¹¹
- d) “Otro si fué tratado, que por quanto eran muchos Regidores, é **grandes Señores**, é los Arzobispos de Toledo é Santiago non se acordaban en uno, que este regimento fuese partido asi...”²¹²

A utilização adjetivada de *grandes* tem assim um sentido similar à utilização substantivada de *Grandes do Reino*, sendo a referência de ambos os casos o grupo de figuras que mais influência e poder apresentam ao longo da narrativa. Qualquer leitor destas crónicas nosso contemporâneo pode facilmente associar estas referências àqueles nomes apresentados como *Don*, embora sempre com a devida cautela. Contudo, o leitor ou ouvinte do século XV não deveria ter tantas dúvidas relativamente à identidade destes grandes senhores e cavaleiros várias vezes mencionados.

Por outro lado, o adjetivo *buenos* surge associado a diversos grupos de figuras: *caballeros*, *escuderos*, *omes*, *doctores*, *señores*, *consejeros*, *embaxadores/mensajeros* e

²⁰⁹ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 138.

²¹⁰ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 292.

²¹¹ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 381.

²¹² LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 410.

vassallos. Neste caso, as referências passam muitas vezes por generalizações completamente desligadas da identidade de cada figura que compõe os diversos grupos, ainda que em algumas passagens seja igualmente possível perceber uma imparcialidade do narrador, como é o caso dos seguintes segmentos:

- a) “E por el Regno muchos é **buenos Caballeros**, que tenian grandes fortalezas, asi entre Duero é Miño, como en la Vera, é entre Tajo é Guadiana, estaban por el Rey, é obedescian por señora á la Reyna Doña Beatriz su muger.”²¹³
- b) “ca el dicho Rey de Francia ele enviará en su ayuda al Duque de Borbon su tio com dos mil lanzas de **Caballeros é escuderos muy buenos** é muy bien guisados;”²¹⁴

Uma vez mais, nestes casos que acabámos de mencionar evidencia-se uma posição do cronista, ao apresentar como bons e muito bons cavaleiros o grupo de portugueses que se colocaram do lado do rei castelhano²¹⁵, assim como um conjunto de homens que o rei de França envia para auxiliar Castela. Todavia, estes casos sugerem muito mais uma qualificação destas figuras tendo em conta as suas capacidades militares, mesmo que o adjetivo *bueno* possa comportar em si uma apreciação moral que, nestes exemplos, não é o que parece implicar.

2.3.2. Fernão Lopes

Como vimos já a desenvolver, nota-se uma diferença na apresentação das figuras aristocráticas entre as crónicas de Ayala e as de Fernão Lopes. Na crónica do segundo que nos serve de estudo, os adjetivos qualificativos quer da condição socio-militar, quer mesmo da fisionomia das figuras, aparecem muito mais associados a nomes do que nas narrativas do cronista castelhano, onde, como acabámos de ver, as caracterizações se aplicam em muito maior número a conjuntos de figuras e não tanto aos indivíduos em si.

Desta forma, não deveremos considerar que Fernão Lopes é mais imparcial do que Ayala, porque, embora o cronista castelhano apresente qualidades positivas de

²¹³ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 188.

²¹⁴ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 287.

²¹⁵ É importante confrontar esta análise com a de PIRES (2017), onde analisa a forma como Ayala apresenta negativamente algumas figuras portuguesas, na *Crónica de Don Juan I*.

algumas figuras em determinados momentos chave das narrativas, estando quase sempre essas figuras ligadas à posição da monarquia, ou à posição ideológica do próprio cronista que vivenciou esses momentos, também no cronista português se pode verificar esta lógica, ainda que apresente indistintamente as virtudes de homens em campos opostos. Apesar disto, não parece errado afirmar que as figuras introduzidas por Fernão Lopes se complexificam um pouco mais, embora sempre num plano secundário, não se assemelhando àquelas verdadeiramente complexas como Nuno Álvares Pereira, o Mestre de Avis, ou Leonor Teles. Contudo, em alguns momentos, os grupos aristocráticos parecem ganhar feições realistas, na medida em que se multiplicam as passagens referentes a uma figura específica, que algumas vezes nos dão até informações acerca das suas características físicas ou morais e não apenas apreciações de âmbito socio-militar.

Na *Crónica de Dom João I*, existem muitas caracterizações semelhantes àquelas que encontramos nos textos de Ayala, quer refiram apenas um grupo de pessoas, quer apareçam descritos os nomes das várias figuras a quem se associam essas características. O termo que mais se verifica ao longo da narrativa lopeana é *bons*, o qual se associa às mais diversas figuras, tal como ocorre na escrita do castelhano. De fidalgos, a cavaleiros e escudeiros, não parece haver qualquer lógica de distinção social por detrás da utilização deste termo, que abrange, assim, uma amplitude maior do que o adjetivo mais abundante em Ayala (relembre-se, *grandes*, verificado na sua maioria associado a *Señores* e *Caballeros*). Note-se que não nos parece que a caracterização das figuras com este termo tenha necessariamente uma conotação moral ou linhagística²¹⁶. O que parece acontecer aqui é mais um *topos*, nesta crónica, no que à caracterização diz respeito, revelando-se este termo utilitário quando o cronista se refere a momentos socio-militares que justifiquem a sua utilização, e daí o facto de ser extensível a toda e qualquer hierarquia, estando, por vezes, justaposto a outros adjetivos que procuram consolidar ou mesmo aumentar o grau de caracterização. Repare-se nos seguintes exemplos:

²¹⁶ Ideia que aparece veiculada no estudo de BEIRANTE (1984), pp. 75-76.

- a) “e dalli em deamte nom sse fez mais, salvo que aas vezes se lançavam seetas dhũa parte aa outra; e tirou Nuno Fernandez com huũa besta de torno e deu a huũ **mui boom cavalleiro** que chamavom Joham Affomsso de Bollanho, e matouho.”²¹⁷
- b) “Disse estomçe Alvaro do Rego huũ **boom escudeiro** que amdava com Nuno Allvarez...”²¹⁸
- c) “alguũs capitõis vasalos del Rey, assy como Johaõ Rõiz de Castanheda e Pero Soarez de Toledo, alcaide mor dese logar, e Alvaro Guarçia dAlbernoz, copeiro mor del Rei, e Joaõ Afonso de Torgilho e outros **boõs e notaveis fidalguos** com eles, e seriaõ per todos ataa quatrocentas lamças de boõs e escolheitos homẽis de pee e besteiros...”²¹⁹
- d) “E este luguar de Chaves he huũa vila de Portugual, na quoa estava huũ **boõ e homrrado fidalguo portugues** chamado per nome Martim Gonçalvez de Taide.”²²⁰

Através destes excertos, depreende-se a múltipla e indiscriminada utilização do termo *bons*, nestes casos sempre associado a episódios militares, notando-se, do mesmo modo, aquilo que afirmámos acima relativamente à apreciação positiva do narrador, ou de outras figuras, face a homens que durante o período de guerra com Castela se encontravam do lado do inimigo²²¹. Na terceira passagem que transcrevemos, o narrador apresenta o nome de alguns castelhanos e de outros *bons e notáveis fidalgos* que acompanhavam o rei de Castela. Apreciar positivamente o inimigo aparece assim recorrentemente em Fernão Lopes – o que não acontece em Ayala –, sendo que isto não significa necessariamente uma inovação do cronista português, mas antes uma adaptação de métodos distintos pelos dois cronistas, e uma utilização, por Fernão Lopes,

²¹⁷ LOPES (1983), Vol. I, p. 175.

²¹⁸ LOPES (1983), Vol. I, p. 151.

²¹⁹ LOPES (1983), Vol. II, p. 41.

²²⁰ LOPES (1983), Vol. II, p. 163.

²²¹ Também se verificava o contrário, como acontece no capítulo CXXXIX, quando é referido que Afonso Guterres de Padilha era um “boom cavalleiro castellaão que amdava com o Meestre”. LOPES (1983), Vol. I, p. 278. Ainda assim, a lógica de enaltecimento desta figura está de acordo com o que temos vindo a demonstrar, na medida em que Afonso Guterres acaba por sofrer quase um martírio, ferindo-se em várias partes do corpo em prol da defesa de uma galé. O próprio narrador assume que o quer louvar, ainda que não fosse ele e João Rodrigues de Sá os únicos responsáveis pela defesa portuguesa naquela batalha naval. Contudo, estas duas figuras tinham a maior “avamtagem amtre os outos homẽes darmas, como bravos touros metidos em corro, em companhia de mansso gaado.” LOPES (1983), Vol. I, p. 279.

de *topoi* já anteriormente usados. Através da apreciação positiva do inimigo, nomeadamente em episódios de batalha onde a vitória é da facção pró-mestre de Avis, as figuras vitoriosas acabam por sair engrandecidas²²², ao mesmo tempo que se revestem de uma certa ironia, na medida em que engradecem algumas figuras, que depois acabam derrotadas pelos portugueses. Repare-se, neste sentido, na caracterização de Martim Gonçalves de Ataíde, que também é realçado por Ayala, e que na *Crónica de Dom João I* aparece reforçado como *bom e honrado*. O narrador apenas apresenta uma caracterização deste homem (que está presente na narrativa desde o início²²³, e tem uma presença relativamente constante no desenrolar da mesma) no segundo volume da *Crónica*, quando aquele fidalgo se encontra a defender afincadamente a vila e o castelo de Chaves da ofensiva de Dom João I de Portugal. A vitória portuguesa pode assim explicar a sua qualificação positiva, ao mesmo tempo que não deixa de ser importante notar o ideal de fidelidade perante o senhor, mesmo não sendo aquele que seria o legítimo herdeiro do trono português. Podemos corroborar ainda esta ideia com o discurso de Don Juan I de Castela acerca de Martim Gonçalves de Ataíde, quando lhe manda dizer que entregasse o castelo aos portugueses:

*“Eu saõ bem certo de seus aficamentos e todo vos bem creo quanto me dizêis, e saõ bem teudo de <lhe> fazer muitas merçes a Martim Gonçalvez por tanto boõ serviço como me faz em defemder aquel lugar tanto tempo semdo asy aficado, e nõ ter o geito que outros tiveraõ; ca ell não somente defemde Chaves, mas aimda defemde graõ parte de Castela, porque aquele homẽ que o tem cercado poderá em tanto fazer muito mal em meu rreino, o que por este azo não fez.”*²²⁴

²²² Veja-se, por comparação, a título de exemplo, no capítulo LIII da *Crónica do Condestável*: “E, ante que fosse entrado, os castellaãos decerom a elle muy rriigo e foy antre elles a batalha muy forte, que mais nom poderia seer, e foy morto o mestre de Santiago e outros grandes cavalleyros e muyta gente da parte de Castella...” CALADO, ed. (1991), p. 132. Esta passagem enquadra-se na narração do episódio da batalha de Valverde, na qual, segundo o narrador da *Crónica do Condestável*, os portugueses tiveram dificuldades e Nuno Álvares Pereira foi até ferido num pé. Ora, sendo esta uma crónica particular que pretende louvar a figura do Condestável de D. João I, a referência à morte de *grandes cavaleiros* num momento de batalha conturbado - no qual Nuno Álvares manifestou a sua boa liderança militar e bravura, comandando arduamente a vanguarda e retaguarda dos seus homens, tendo ainda depois sido ferido - engrandece a própria vitória portuguesa e, necessariamente, a figura do Condestável. Esta não foi apenas uma escaramuça, na qual se mataram alguns vilãos e escudeiros castelhanos, mas antes uma batalha que, inicialmente desfavorável, graças à astúcia e valentia de um homem, se tornou numa batalha em que *grandes cavaleiros* castelhanos pereceram, ou que, pelo menos, assim nos induz o narrador, como forma de enaltecimento de outrem.

²²³ Logo no capítulo XVI ficamos a saber que foi um dos homens que acompanhou D. Leonor Teles até Alenquer. LOPES (1983), Vol. I, p. 37.

²²⁴ LOPES (1983), Vol. II, p. 174.

A mesma lógica que vimos aplicada a Martim Gonçalves, encontra-se também noutros momentos da narrativa, sendo importante referir dois que surgem antes ainda da batalha de Aljubarrota. No capítulo XCVI da primeira parte, quando é descrita a tomada de Arronches e Alegrete por Nuno Álvares Pereira, diz-nos o narrador que em Arronches estavam três “boôs cavalleiros castellaãos”²²⁵, Gonçalo Sanches de Gutes, Afonso Sanches e Sancho Sanches. Apesar de se ter dado um grande combate, aqueles dois últimos homens acabam prisioneiros de Gil Fernandes, e Arronches tomada pelos portugueses. Uma vez mais se nota a tipificação e ironia na caracterização destas figuras, apresentadas desta forma no momento imediatamente anterior a uma derrota face aos portugueses. Voltando a nossa atenção agora para a tomada de Alegrete, não há qualquer oposição ao homem que Nuno Álvares Pereira envia para tomar essa praça, surgindo então essa própria figura caracterizada de forma positiva – “huũ boom escudeiro, que chamavom Martim Affomssso da Aramenha, que dhi era natural”²²⁶. Mais à frente, no capítulo CLVII, onde é narrada a tomada de Portel, sabe-se que daí “era alcaide huũ gram fidalgo portuguees que chamavom Fernam Gomçallvez de Sousa”²²⁷, que termina vencido e obrigado a refugiar-se em Castela. A este, mais tarde o narrador refere-se como “aquele saboroso portugues a que foi tomado Portel”²²⁸. Relativamente à figura de Fernão Gonçalves de Sousa, repare-se ainda que depois de vencido pelo Condestável, o próprio Nuno Álvares o reconhece como sendo “boom fidalgo, e de tã gram linhagem, desi liimdo Portuguees como era”²²⁹. Se é certo que neste caso em particular podemos aplicar a ideia de um *topos* relativo à caracterização do inimigo de maneira a enobrecer a vitória dos portugueses que seguem o Mestre, também não devemos deixar de notar que este engrandecimento de Fernão Gonçalves de Sousa pode ter também como pano de fundo, o facto de este homem ter apoiado o rei de Castela não por vontade própria, mas por influência direta de sua mulher – Teresa de Meira, que fora aia da rainha Dona Beatriz²³⁰. Mais ainda, se atentarmos no momento em que o narrador apresenta esta informação vemos que há também outros homens que se passaram para o lado castelhano por influência de suas mulheres, homens dos quais

²²⁵ LOPES (1983), Vol. I, p. 184.

²²⁶ LOPES (1983), Vol. I, p. 185.

²²⁷ LOPES (1983), Vol. I, p. 333.

²²⁸ LOPES (1983), Vol. II, p. 153.

²²⁹ LOPES (1983), Vol. I, p. 337.

²³⁰ Leia-se o que diz Fernão Gonçalves de Sousa a sua mulher quando são levados de Portel para Castela: “*Amdaa per aqui, boa dona, e hiremos balhamdo, vos e eu, a ssoom destas trombas; vos por maa puta velha, e eu por villaão fodudo no cuu ca assi quisestes vos.*” LOPES (1983), Vol. I, p. 338.

apenas um nome é mencionado – Gonçalo Vasques de Azevedo²³¹. Ainda que seja uma figura recorrente na narrativa, apenas encontramos uma passagem em que é caracterizado, juntamente com outros homens: antes da batalha de Aljubarrota, quando o narrador apresenta a formatura castelhana, dizendo que “os portugueses vinhã todos nesta az diamteira por se mostrarẽ por boõs servidores e que lhe eraõ bem leaẽs vassalos, asy como dõ Joam Afomsso Telo, (...) e Guonçalo Vasquẽz dAzevedo”²³². Depois da sua morte nesta batalha, o próprio Dom João I fala com a mulher deste homem, Inês Afonso, culpando-a pelo que acontecera a Gonçalo Vasques²³³, o que parece vir ao encontro da quase “desculpabilização” destas duas figuras face a terem tomado voz por Castela.

Como já deixamos antever através dos excertos que fomos transcrevendo, encontrámos outros termos que servem para qualificar a condição social ou a capacidade militar de várias figuras, dos quais são de referir: *afamado*, *notáveis* e *grandes*. Ainda assim, o que verificámos através da análise da aplicação destes termos é exatamente o mesmo que acontece com o que temos vindo a descrever até agora. Atente-se nos seguintes exemplos:

- a) “Antre os senhores que com elRei de Castella viinham, era huũ deles o Cõde de Mayorguas, dom PedrAllvarez de Lara, filho bastardo de dom Joham Nunez de Lara. Este era **gramde homem darmas e mui afamado cavalleiro e bem ardido**.”²³⁴
- b) “E el Rey foy sempre cõ hos diamteiros, e quoamdo chegou a porta da vila, o primeiro que por ela emtrou em çima de seu cavalo, foy aquele **ardido e famoso fidalguo** de que alima hee feito memçaõ, que chamaõ Johaõ Rõiz de Saa...”²³⁵
- c) “Isso mesmo na reguarda (...) vinhaõ **gramdes senhores e capitaẽs**, asy como dom Fernamdo, filho do Comde dõ Samcho, Dioguo Guomẽz Mamrrique, adiãtado mõi de Castela e Pero Guonçalvẽz de Mendonça, mordomo mor del Rey, e Dioguo

²³¹ LOPES (1983), Vol. I, p. 334.

²³² LOPES (1983), Vol. II, p. 94.

²³³ “Dizeime, Ines Afonso, de quoaal Burguos ou de qual Cordova era Gonçalo Vasquez natural, pera ter ante cõ os castelãos que cõ os portugueses? – Era natural, dise ela, de muita ma ventura que tinha guoardada, que o trouxe a morrer maa morte. – Ma morte morrais vos dise el Rey, que vos matastes voso marido e voso filho.” LOPES (1983), Vol. II, p. 136.

²³⁴ LOPES (1983), Vol. I, p. 137.

²³⁵ LOPES (1983), Vol. II, p. 24-25.

Guomez Sarmiento, mariscal de Castela, e outros muitos senhores e fidalguos, armados em boas e espramdecentes armas e todos premõis nos bacinetes [que] lhe dava mui grande fermosura e vista.”²³⁶

O termo *grande* surge na *Crónica de Dom João I* com menos frequência do que nas duas crónicas de Ayala²³⁷ e é curioso notar que, em contexto aristocrático, apenas encontramos esta palavra associada a figuras castelhanas ou que estavam na facção do rei de Castela. Nas três passagens que transcrevemos anteriormente evidencia-se, uma vez mais, o peso que o narrador concede à importância social de algumas figuras, aliada às suas qualidades enquanto homens de armas. Pedro Álvares de Lara e João Rodrigues de Sá, ainda que de lados opostos nos campos de batalha, são duas figuras de proa, o primeiro em Castela e o segundo em Portugal, e a sua ardidez e fama provêm precisamente do estatuto social que detêm, bem como das capacidades militares de ambos.

Não só as caracterizações de índole socio-militar nos interessam. Aliás, ao pretendermos inquirir acerca das figuras aristocráticas enquanto agentes da narrativa, tendo em conta que o tipo de caracterização que até aqui encontrámos é bastante tipificada, urge olhar para outros indicadores, como considerações relativas ao físico ou mesmo ao carácter de determinadas figuras. Assim, um dos temas recorrentes que notámos são as referências aos belos e bons corpos dos homens e cavaleiros, como é referido relativamente a Fernão Pereira²³⁸. Este tipo de apreciações revelam-se, contudo, muito facilmente relacionadas com a função militar destas figuras, tendo em conta o momento específico da narrativa em que são referidas.

No que diz respeito a características que não físicas, os termos que surgem em maior número são *valente* e *ardido* que, novamente, se associam à capacidade militar das figuras que descrevem. No capítulo CXXIV da primeira parte, João Rodrigues Guarda e Antão Vasques são referidos como “vallemtes homens e ardidos de coraçom”²³⁹, durante uma batalha naval. Já na segunda parte, aquando da tomada do castelo de Viana pelo Condestável, morre aí um escudeiro português mencionado

²³⁶ LOPES (1983), Vol. II, pp. 94-95. Veja-se também, a descrição apresentada na p. 141, que segue a mesma lógica.

²³⁷ Com efeito, BEIRANTE (1984), p. 71 mostrou já que em toda a trilogia lopeana é muito mais frequente a substantivação do termo *grande*, do que a sua utilização como adjetivo.

²³⁸ LOPES (1983), Vol. I, p. 367.

²³⁹ LOPES (1983), Vol. I, p. 243.

hiperbolicamente como “ho mor homẽ e mães valemte que avia, não somente no Reyno mas ẽ toda Espannha”²⁴⁰. Vimos já como Pero Álvares de Lara e João Rodrigues de Sá são caracterizados como *ardidos*, aos quais podemos juntar também João Ramires de Arelhano quando é feito prisioneiro na escaramuça do Lumiar²⁴¹, ou ainda Álvaro Gonçalves de Sandoval, no momento anterior a ser morto por Dom João I na batalha de Aljubarrota²⁴².

A utilização destes motivos por Fernão Lopes – tanto para descrever o físico como o caráter das figuras – levam-nos, necessariamente, ao contexto da literatura cavaleiresca que certamente rodeava o cronista. As questões em torno da receção do Romance Arturiano por Fernão Lopes não estão ainda devidamente desenvolvidas²⁴³, mas também devido à referência aos bons corpos e à ardidez dos homens, é impossível não traçarmos pelo menos um paralelo com alguns episódios arturianos, que certamente Lopes conheceria muito bem. Na *Demanda do Santo Graal*, a caracterização de Galaaz²⁴⁴ é notória do que tentamos aqui demonstrar. Repare-se nos dois trechos seguintes: “Tam fremosa cousa era que maravilha era! E andava tam bem vestido que nom podia milhor.”; “...estranhamente vos fez Deus fremosa creatura”²⁴⁵.

Do mesmo modo, também nesse escrito, os recorrentes cavaleiros são apresentados como *ardidos*²⁴⁶, belos, de bons corpos e boas linhagens, como que se fosse uma condição *sine qua non* para que devidamente cumprissem as proezas cavaleirescas às quais se propunham. Repare-se na seguinte passagem que o pai de Dalides recita ao encontrar o seu filho morto: “Filho, vós érades bõ cavaleiro, filho mui fremoso, filho mui bem talhado, filho ardido, filho esforçado, vós sodes morto por minha culpa...”²⁴⁷. A apropriação de motivos arturianos e de uma linguagem típica de

²⁴⁰ LOPES (1983), Vol. II, p. 17.

²⁴¹ LOPES (1983), Vol. I, p. 215.

²⁴² LOPES (1983), Vol. II, p. 107.

²⁴³ Ainda na década de 1990, Teresa Amado chamava já a atenção para estas questões: “...obra de Fernão Lopes (...) só pode ser corretamente avaliada e entendida depois de situada no verdadeiro lugar que ocupa relativamente à prosa narrativa dos séculos XV e anteriores, e é preciso acrescentar às obras históricas as versões portuguesas do ciclo de *A Demanda do Santo Graal*...” AMADO (1997), pp. 50-51. Mais recentemente, um artigo veio cobrir algumas das lacunas relativas ao problema da receção arturiana na literatura portuguesa posterior ao século XII, veja-se MIRANDA (2013).

²⁴⁴ RABAÇAL (2016), pp. 3-4.

²⁴⁵ NUNES, ed. (2005), pp. 20-21.

²⁴⁶ Muitas vezes utilizado na tradução portuguesa de *A Demanda do Santo Graal*, “ardido”, que significa audacioso, corajoso, provem etimologicamente da palavra francesa *hardi*, com um significado semelhante. Cf. SILVA (1945), Vol. I, p. 1088 e HOUAISS (2015), Vol. I, p. 387.

²⁴⁷ NUNES, ed. (2005), p. 75. Veja-se outro exemplo: “ca Meraugis sem falha era bõ cavaleiro e ardido e ù dos corteses da sa idade que houvesse em toda a terra.” NUNES, ed. (2005), p. 225.

romances cavaleirescos, é, portanto, visível na crónica de Fernão Lopes que nos serve de estudo²⁴⁸, ao contrário do que acontece com Ayala. Isto não significa, contudo, que o cronista castelhano não narre igualmente episódios de inspiração cavaleiresca. Com efeito, se em determinados escritos, o chanceler se demarca deste género de literatura²⁴⁹, a verdade é que tanto na *Crónica de Don Juan I* como na de Don Enrique III, há alguns episódios que parecem lembrar os ambientes cavaleirescos²⁵⁰, ainda que seja difícil traçar uma utilização tão notória destes motivos por Ayala, como o faz Fernão Lopes.

Voltemos, todavia, ao tópico do carácter das figuras, e a dois momentos que merecem destaque, por serem únicos:

- a) “O Meestre que estava nos paaços (...) veosse acavalo muito a pressa aa rribeira, com muitos boôs homeês que o seguiam; e entrou pella porta da Taraçena muito contra voomtade do Comde dom Gomçallo, que com covardo coração dezia que nom sahisse fora, ataa que visse que cousa era.”²⁵¹
- b) “El Rei trazia hũ seu camareiro, que chamavam FernamdAfonso, irmão de Joham Afonso de Samtarem, de que em esta obra fazemos memçaom, homem de proll e de bom corpo, e que el Rei amava muito, asy por ho de seu irmão que o bem servia, como por suuas manhas e conversaçaom, de que el Rei era muito comtemte, e em tanto que todos era, em conhecimento do grande amor que lhe el Rei mostrava.”²⁵²

Enquanto no primeiro momento vemos uma característica negativa do Conde Dom Gonçalo Telo ao agir de uma forma que não estaria de acordo com a sua condição e com os próprios ideais cavaleirescos, sendo aqui o grande exemplo a reter o Mestre, que não se deixa tomar pelo medo; no segundo momento, já bastante avançado da narrativa, surge-nos aquele Fernão Afonso de Santarém, camareiro de Dom João I e pelo monarca muito amado, como se pôde ler. Contudo, a esta descrição de um homem tão chegado ao círculo régio, segue-se a narração do episódio que conduziu à sua morte, ordenada pelo próprio soberano. Fernão Afonso era muito próximo de Beatriz de

²⁴⁸ Veja-se a análise que é feita de alguns episódios da *Crónica de Dom João I* nos quais há referências diretas a figuras arturianas, em MIRANDA (2013).

²⁴⁹ ALCHALABI (2013).

²⁵⁰ Veja-se o que diz GARCIA (1983), pp. 192-198.

²⁵¹ LOPES (1983), Vol. I, pp. 277-278.

²⁵² LOPES (1983), Vol. II, p. 301.

Castro, de quem Dom João I desconfiava, tendo mesmo avisado o seu camareiro para que “com nenhũa molher nã tivesse geito de bem quereremça, mormemte com esta dona Briatiz”²⁵³. Acontece que aquele homem não respeitou a vontade real e, em última instância, casa-se com ela, o que conduz à sanha do monarca e à sua condenação à fogueira. A tentativa de alguns fidalgos e da própria rainha de contrariarem a decisão de Dom João de nada serviu. A vontade real prevaleceu, Fernão Afonso foi queimado vivo e Beatriz de Castro exilou-se em Castela, “vivendo com emcitada ffama”²⁵⁴. Este momento sugere-nos um claro didatismo, no qual o objetivo final é demonstrar a quem pertencia exclusivamente o monopólio dos casamentos, bem como a importância que esta questão tinha²⁵⁵: nem mesmo um homem com tamanhas qualidades e de quem o rei amava tanto estava apto para contrariar a vontade do monarca num ponto tão fulcral como este.

Até aqui, vimos como, ainda que abundante, a caracterização das figuras aristocráticas ao longo da *Crónica de Dom João I* pode ser facilmente interpretada como uma estratégia retórica utilizada pelo cronista de modo a veicular determinadas ideias. Nada de muito diferente, portanto, do que o que observamos nas duas crónicas de Ayala, ainda que a abundância destas caracterizações seja efetivamente diferente. A adjetivação de figuras adversárias de Dom João I, sobretudo em momentos militares vencidos pelos portugueses, além de se revelar um *topos*, parece funcionar com uma lógica de causalidade, cujo objetivo é engrandecer precisamente as figuras “nacionais” que perante tão importantes, valentes e destemidos homens de armas apoiantes de Castela, acabam por vencer. A mesma lógica, ainda que invertida, verifica-se quando são os da fação do monarca português a serem positivamente descritos – muitas vezes em momentos de batalha nos quais morrem às mãos de castelhanos. Relativamente a

²⁵³ LOPES (1983), Vol. II, p. 301.

²⁵⁴ LOPES (1983), Vol. II, p. 303.

²⁵⁵ Vemos na *Crónica de Don Enrique III*, de Ayala, um episódio no qual precisamente se demonstram as perigosas consequências de um casamento sem autorização real. Trata-se do possível casamento entre Don Fradique, Duque de Benavente com uma filha ilegítima de Dom João I de Portugal, que tanto o monarca castelhano como os seus conselheiros tentam impedir a todo o custo, pelas repercussões negativas que teriam na política castelhana. Cf. LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 447-450.

este aspeto, é impossível passarmos ao lado do que é referido sobre Rui Pereira no momento da sua morte, apresentada de forma verdadeiramente épica:

“Em pellejamdo Rui Pereira, quanto huũ vallemte e ardido cavalleiro podia pelejar, alçou a cara do bacinete que nom podia bem sofrer, e ouve hũa virotado pella testa, de que em pouco espaço lamçou aquell fidalgo o spiritu, que tam çedo nom devera fazer fim. Oo nobre e vallemte barom e verdadeiro Portuguees! De quantos emtom fuste prasmado, dizendo que per tua samdia ardideza podendo bem escusar a peleja e te hir em salvo como as outras naaos, te offereçiste a tam mortal perigoo!”²⁵⁶

Este tipo de caracterização encarecida e tipificada dá-nos, todavia, algumas pistas no que diz respeito à forma como o cronista pretende transmitir uma determinada imagem de aristocracia, bem como a sua manifestação no seio da própria narrativa. Ao mesmo tempo, ainda que desprovidos do mesmo nível de realismo em que surgem as figuras mais desenvolvidas da narrativa lopeana – relembre-se, Dom João I, Nuno Álvares Pereira, Leonor Teles entre outras –, estas caracterizações tipificadas e quase *standardizadas* das personalidades aristocráticas não devem vedar os nossos olhos à própria individualização e composição de determinadas figuras. É certo que parecem cumprir sempre um propósito narrativo, mas se aliarmos estas questões com o que apresentaremos no capítulo seguinte, parece-nos possível identificar figuras com características individuais, com uma importância considerável dentro da própria narrativa.

Atente-se ainda noutra questão. Ao contrário do que verificámos para Ayala, em que as figuras mais caracterizadas estão apenas ligadas ao apoio castelhano, em Fernão Lopes, o apoio à facção oposta àquela que o cronista considera como legítima não é motivo para uma diferenciação quer a nível hierárquico, quer no que respeita à caracterização, mesmo tendo em conta as funções retórico-estilísticas que determinadas apreciações têm. Numa leitura tradicional que destaca os aspetos dicotómicos das crónicas de Fernão Lopes²⁵⁷, a principal oposição que aparece sobretudo ao longo da primeira parte da *Crónica de Dom João I* não parece ser sequer portugueses contra castelhanos, mas antes verdadeiros portugueses contra falsos portugueses, algo que

²⁵⁶ LOPES (1983), Vol. I, p. 262.

²⁵⁷ Sobre esta questão veja-se, por exemplo, MALEVAL (2010), p. 168 e 234.

merece aqui um breve parêntesis para tentarmos avançar algumas explicações do que pretende transmitir o cronista com esta oposição.

Em primeiro lugar, devemos notar que esta imagética dos verdadeiros portugueses aparece já na *Crónica do Condestável*, ainda que aliada maioritariamente a homens que não necessariamente nobres²⁵⁸. Pelo contrário, na crónica de Fernão Lopes aqui em estudo, parece-nos que esta ideia surge muito mais disseminada hierarquicamente, havendo verdadeiros portugueses em todas as camadas sociais. As questões religiosas são um ponto importante de distinção entre estes dois grupos. Verdadeiros seriam aqueles que seguiam o Papa de Roma, enquanto os falsos identificar-se-iam com o Papa cismático, que os castelhanos apoiavam²⁵⁹. Contudo, a diferença entre uns e outros parece residir também noutros aspetos. Relembre-se a nota 233, onde transcrevemos uma fala de Dom João I, na qual se percebe uma certa defesa do conceito de naturalidade, associado à ideia de verdadeiros portugueses. Nessa passagem, o próprio monarca entende que, como Gonçalves Vasques de Azevedo era natural de Portugal, deveria ter apoiado o então Mestre de Avis face às investidas do rei castelhano, deduzindo-se também que seria de esperar que os naturais de Castela apoiassem Don Juan I, ainda que a sua demanda não fosse legítima²⁶⁰. Repare-se, neste sentido, noutra passagem da crónica, na qual é referido sobre Nuno Álvares Pereira que “elle sem nehuña cobiça dhomrra nem de gaanho, mas somente por serviço de seu Senhor, e deffensom da terra dhu era natural, regebeo sua emcomemda e mamdado...”²⁶¹, o que parece corroborar a ideia anteriormente apresentada ligada a Gonçalo Vasques de Azevedo²⁶².

²⁵⁸ “E teve hũa tal maneira: como quer que o castello estava por el rey de Castella, os moradores da villa, especialmente alguns, eram verdadeiros portugueses e bem davam lugar e lhes prazia com aquelles que lla hiam que eram moradores nos lugares que estavam pollo meestre;” CALADO, ed. (1991), pp. 75-76; “E estando Nun Alvarez em Evora, ouve sua falla com tres homens de Portel, verdadeiros portugueses, convem a saber, Joham Mateos e Joham Longo e outro, se lhe poderiam dar huũa porta ou outra algũa entrada pera aver a villa de Portel.” CALADO, ed. (1991), p. 90; “E em estando assy em Elvas, tres ou quatro homens bõos de Villa Viçosa que eram verdadeiros portugueses lhe enviaron dizer que fosse allo e que elles lhe dariam huũa porta da villa per que entrasse...” CALADO, ed. (1991), p. 93.

²⁵⁹ “São bons os que agem com justiça e respeitam a lei de Deus. São maus os cismáticos. É, mais uma vez, a oposição virtude/vício. Não encontramos aqui a dialética de oposição rática português/castelhano tão ao gosto dos nacionalismos do princípio do século XX.” CAMPS (2003), p. 150.

²⁶⁰ “Os monarcas castelhanos e portugueses utilizam sistematicamente a partir dos finais do século XIII o vínculo «natural» que os ligava aos nobres do reino, contrapondo-o ao carácter pessoal e revogável do vínculo vassálico.” GOMES (1995), p. 184.

²⁶¹ LOPES (1983), Vol. I, p. 166.

²⁶² Sobre estas questões da naturalidade, uma recente obra organizada por José Carlos Ribeiro Miranda e Maria do Rosário Ferreira, compila importantes contributos para a sua melhor compreensão. Em dois artigos desta obra, lê-se que, a partir dos escritos de Afonso X “...o princípio territorial fazia do rei,

Esta divisão entre verdadeiros e falsos portugueses aparece sobretudo plasmada nos capítulos CLX e CLXI da primeira parte, no episódio da personificação de Lisboa, no qual a cidade apresenta uma lista dos vários mártires portugueses: os que se desviaram do bom caminho, por oposição aos que devem ser lembrados pelo apoio concedido ao então ainda Mestre de Avis. Não deixa de ser curioso notar que, embora Lisboa refira claramente esta diferença²⁶³, já anteriormente havia mencionado vários nomes de portugueses que estiveram do lado do seu inimigo. A partir daqui, podemos avançar algumas hipóteses de interpretação. O cronista coloca na boca da cidade mais atacada durante a crise de 1383-1385 a divisão entre bons e maus portugueses, de forma a libertar do narrador essa mesma divisão. Poderá tratar-se aqui de uma estratégia encontrada de modo a apresentar a divergência no grupo aristocrático português de finais do século XIV, tendo em conta o contexto do século XV, que rodeava a sua escrita? Tenhamos em conta a seguinte passagem:

“E sse alguém disser, por todos escusar, que sse huïs e os outros ouverom do Meestre boom gasalhado mesturado com merçees, que muito cria os fidallgos corações, que os tortos exertos e vergomteas novas, todos derom saboroso fruto; a esto posso bẽ rresponder, que tam gracioso gasalhado nem mais doce companhia, podia seer achada em outro homem.”²⁶⁴

Estas palavras parecem, de certo modo, corroborar a ideia que lançámos anteriormente, visto que a própria cidade de Lisboa se previne até para o caso de haver quem defenda aqueles homens que anteriormente havia apresentado como maus portugueses, pela sua posterior aproximação ao Mestre. Mais do que isto, percebe-se

espontaneamente, o senhor de todos os homens do reino, incluindo os senhores de segunda linha que administravam uma parte deste. O compromisso pessoal, do qual a realeza podia ocasionalmente tirar partido, apresentava, em contrapartida, o inconveniente de oferecer aos seus súbditos – nomeadamente aos mais poderosos – a possibilidade de contrabalançar o poder que o rei tinha sobre eles com um compromisso pessoal interno (contraído junto de um senhor local) ou externo (concluído com um senhor estrangeiro, laico ou eclesiástico).” MARTIN (2015), p.138. Ou ainda: “Como sugiere Georges Martin, la particularidad castellana del uso político del término «natural», que confirman las Partidas, con relación al uso de dicha expresión en otros lugares (por ejemplo en Francia), estriba precisamente en la vinculación de la palabra «natural» con el nacimiento en un determinado lugar: uno es primero «natural» de algún lugar y por serlo es asimismo «natural» de alguien, aquel que es el «señor natural» de algún lugar.” HEUSCH (2015), p. 122.

²⁶³ “A outra maneira dos martires que me acompanharom cuja rrenembrancha deve durar por sempre, foram aquelles que com limpa emtemçom, sem dobreza de palavras, estiverom fortes com grande firmeza, nom sse movemdo per nehũas pressas nem amaças, do que começado tinham;” LOPES (1983), Vol. I, p. 345.

²⁶⁴ LOPES (1983), Vol. I, p. 344.

que alguns daqueles homens foram até agraciados por Dom João I com mercês. Contudo, uma vez mais uma contrapartida: não se deve olhar com benevolência para essas figuras que depois se acercaram do monarca, mas antes se deve perceber que o mérito é do próprio Dom João, aqui louvado pela cidade de Lisboa como único homem capaz de “tam gracioso gasalhado”.

Outro ponto a reter: aqueles homens referidos por Lisboa deixaram descendência, “saboroso fruto” que se movimentava politicamente na época em que Fernão Lopes viveu e escreveu esta crônica; a referência clara dos seus nomes nesta listagem demonstra igualmente e, uma vez mais, a relevância da fixação do *nome* como instrumento de memória individual e coletiva. Mesmo que apontados por terem estado contra a fação do futuro Dom João I, pai daquele rei que viria a promover a escrita de Fernão Lopes, os nomes daquelas figuras surgem referidos como agentes nesse momento conturbado, ao mesmo tempo que o discurso de Lisboa serve também como momento de mitificação da figura do Mestre de Avis. Assim como o verdadeiro Messias perdoou até aquele que o traiu, também o messias de Lisboa chamaria de novo a si aqueles que contra ele estiveram inicialmente, mostrando toda a sua grandeza e bondade, através da distribuição de benesses e perdoadando qualquer pecado original.

Capítulo 3

Entre a parte e o todo: divisão política ao serviço da construção narrativa

Rubricavam os decretos, as folhas tristes
sobre a mesa dos seus poderes efémeros.
Queriam ser reis, czares, tantas coisas,
e rodeavam-se de pequenos corvos,
palradores e reverentes, dos que repetem:
és grande, ninguém te iguala, ninguém.
Repartiam entre si os tesouros e as dádivas,
murmurando forjadas confidências,
não amando ninguém, nada respeitando.

José Jorge Letria, “Meditação sobre os poderes”

Analisada a forma como as figuras são apresentadas e caracterizadas nas narrativas, é altura de olharmos para elas tendo em conta as relações que estabelecem entre si – isto é, as relações entre o grupo aristocrático e os poderes régios, bem como as dinâmicas dentro da própria aristocracia.

Tendo em conta as cronologias que narram (e as convulsões que se viveram naquele período tanto em Portugal como em Castela²⁶⁵), é natural que a divisão em fações seja uma constante ao longo das narrativas em estudo. Ainda assim, o que pretendemos demonstrar com este capítulo é a forma como tanto Ayala como Fernão Lopes utilizam as divisões como meio de coesão da narrativa, sendo este, sem dúvida, um dos pontos que mais aproxima os dois cronistas. Com efeito, as múltiplas divisões

²⁶⁵ A título de exemplo, para o caso castelhano, leia-se a seguinte passagem: “...el conflicto político fraguó en Castilla durante la Baja Edad Media en tres manifestaciones principales. (...) Por una parte, menudean los episodios reveladores de la lucha interestamental, de la hostilidad que enfrenta a los estamentos entre si. Por otra, asistimos al desarrollo de una pugna que en multitud de ocasiones, a causa de la disparidad de sus respectivos intereses, enemista y divide en el seno de un mismo estamento a sus distintas fracciones (por ejemplo, a la alta y a la baja nobleza, o al alto y al bajo clero)- Y a esos conflictos interestamentales e intraestamentales se une, en tercer lugar, el conflicto rey-reino...” GONZÁLEZ ALONSO (2004), p. 156.

dicotómicas que representam, de uma forma expressivamente viva, a heterogeneidade social²⁶⁶, servem, simultaneamente, como meio de veiculação dos vários propósitos que aqueles cronistas procuraram transmitir e como espinha dorsal das três crônicas. É através da constante oposição entre as figuras que as narrativas avançam, explorando-se a forma como um dos grupos tem, necessariamente, de se sobrepor ao outro, que representa o seu contrário. É igualmente através disto que melhor se observam as características humanas das figuras aristocráticas – mesmo que tipificadas – devido à sua alternância de campos de apoio, consoante os seus interesses pessoais ou de grupo. É, finalmente, com este modelo, que os cronistas conseguem, não só passar para os leitores-ouvintes das suas crônicas a oposição entre bem/mal, associada aos mais variados aspetos (o bom e o mau governo, a boa e a má fé, as boas virtudes por oposição aos maus vícios, etc.), como também narrar os feitos das figuras principais, à volta das quais se manifestam todas estas oposições. As ações dos monarcas Don Juan I, Don Enrique III e Dom João I são como que o objetivo final a ser alcançado com estas narrativas, figuras enaltecidas ou não, pela forma como lidam com as várias forças opostas que os cronistas apresentam em seu redor. Assim, no que diz respeito à aristocracia, ambos os redatores tiram partido da diversidade deste grupo, representando nos momentos mais importantes e oportunos as suas principais oposições.

3.1. Da figura coletiva do conselho à parentela régia em Ayala

Na *Crónica de Don Juan I* de Ayala, um dos principais motivos através do qual se consegue avaliar as relações aristocráticas, tanto com o restante grupo como com a realeza, são as frequentes reuniões do conselho²⁶⁷, o que, só por si, se apresenta como uma diferença tanto para a *Crónica de Don Enrique III*, como para a crónica de Fernão Lopes. Se na narrativa em torno de Juan I há uma intencionalidade didática através das referências a descrições conciliares, isto contrasta com a ausência dessas

²⁶⁶ “La comprobación de que precisamente por esta falta de homogeneidad, en ninguno de los conflictos políticos más característicos de la época bajomedieval, ni la Iglesia, ni la nobleza, ni las ciudades, consiguieron una solidaridad interna completa con relación a la monarquía, sino que siempre adoptaron posiciones diversas, evitando el aislamiento monárquico frente a demandas ampliamente compartidas.” NIETO SORIA (2002), p. 343.

²⁶⁷ Com efeito, o conselho real enquanto órgão político apenas foi criado por Juan I no final de 1385, depois do desastre de Aljubarrota, cf. RUSSELL (2000), p. 440. No entanto, desde o início da narrativa em torno deste monarca, Ayala apresenta vários momentos nos quais o rei se reúne com os seus conselheiros para discutir determinados aspetos.

mesmas reuniões no reinado seguinte. Antes de mais, é necessário ter em conta que esta segunda crónica está inacabada e apenas narra cinco anos completos do reinado de Enrique III, dos quais apenas os dois últimos são assumidos sozinho pelo monarca. Mais de metade da crónica resume-se aos problemas em torno da sua menoridade.

Antes mesmo de explorarmos alguns segmentos destes episódios conciliares, devemos destacar já alguns pontos. Em primeiro lugar, analisando estas circunstâncias, nota-se não só uma oposição conselho/monarca como também uma divisão interna do próprio conselho, na medida em que, aquando dos momentos em que este conjunto se assume como figura coletiva, acaba por se manifestar, quase em todas as ocasiões, dividido em duas facções. Assim, podemos dizer que a principal oposição não é mais do que bons conselheiros/vontade real, visto que Don Juan segue maioritariamente as opiniões dos maus conselheiros – que representam a sua própria vontade –, sendo esta a principal crítica que Ayala aponta ao rei, ao mesmo tempo que se revela como a grande culpa dessa figura face à derrota em Aljubarrota. Ayala apresenta, assim, a principal mácula de Don Juan I, monarca que se opõe à ideia de rei virtuoso e prudente que propõe o cronista²⁶⁸, sobrepondo a essas duas características a sua vontade pessoal que, sendo apoiada por maus conselheiros, condena todo o reino a vários males²⁶⁹.

Do mesmo modo, as divisões conciliares demonstram convenientemente como, pelo menos este elevado grupo aristocrático, não era unísono e coeso, apresentando divergentes opiniões tendo em conta os seus objetivos, isto é, o que poderiam recolher como proveitoso nos diversos momentos. Assim, a censura aos maus conselheiros pode igualmente ser interpretada como uma crítica àquela aristocracia que, rodeando o monarca, via no favor régio a sua principal forma de obtenção de benesses, fama ou honra, colocando, deste modo, os seus interesses pessoais acima do que seria melhor para o reino, o que se opunha à representação dos bons conselheiros que o cronista transmite. Não devemos esquecer que o próprio Ayala se encontrava nesta facção dos que se opunham aos maus conselheiros, e que, inclusive, discursa num desses momentos conciliares, seguindo o monarca, neste caso, a opinião oposta à defendida por Pero López de Ayala, o que demonstra bem da intencionalidade do cronista a partir destes momentos, camuflando assim os interesses pessoais que movimentariam também este grupo dos bons conselheiros e a sua necessidade de dominar a opinião do monarca.

²⁶⁸ FERRO (1991).

²⁶⁹ FERRO (1991); FERRO (2002).

Outros aspetos são de realçar relativamente ao conselho. Encontramos um total de quatorze momentos em que o rei se reúne com os seus conselheiros, ouvindo as suas opiniões sobre os mais variados tópicos de governação. Estas catorze reuniões dividem-se da seguinte forma: três em 1383, três em 1384, três em 1385, uma em 1387, uma em 1389 e, novamente três em 1390. Cerca de 65% das vezes em que o conselho se reúne ocorrem, sem surpresa, no período da crise portuguesa. Apenas nos conselhos que se realizam no último ano de governação de Juan I, durante as cortes de Guadalajara, não são apresentadas duas opiniões opostas, aparecendo o conselho como uno no que diz respeito às decisões a tomar. Nestas cortes, o monarca pede conselho sobre a sua ideia de dividir o reino, com o objetivo de tentar, novamente, subjugar Portugal, ao mesmo tempo que pretende renunciar de parte dos seus domínios em favor de seu filho, Enrique. Deverá ser isto entendido como um indício da afirmação dos bons conselheiros, após o desastre de Aljubarrota?

Ainda assim, além de algumas alusões à composição do conselho, o cronista não nos oferece muitas informações relativas às figuras em si que formam parte desse corpo, surgindo apenas dois grupos coesos e opostos de conselheiros. Ora, se é isto que se verifica na *Crónica de Don Juan I*, na crónica do reinado seguinte acontece o oposto (embora não falemos aqui de momentos em que surge o conselho), sendo clara a posição de determinadas figuras entre as fações em confronto. De um lado, os que queriam seguir o testamento de Don Juan I, onde se tinha definido que, durante a menoridade de Enrique III, o reino se haveria de reger por um grupo de tutores e regedores, escolhidos pelo monarca falecido (o Marquês de Villena, os Arcebispos de Toledo e Santiago, o Mestre de Calatrava, o Conde de Niebla e Juan Furtado de Mendonza); do lado oposto, estavam os que pretendiam que se seguisse uma lei das Partidas de Afonso X, segundo a qual se deveria escolher uma, três ou cinco pessoas para governarem o reino durante o período de menoridade – posição sustentada por aqueles que não se viam contemplados pelo testamento de Don Juan, como o Duque de Benavente ou o Conde Don Pedro. Por fim, a par destas duas fações, surgem ainda os que defendem que o reino se regesse por meio de um Conselho²⁷⁰, que efetivamente é a solução que, num primeiro momento, se segue, enquanto os dois outros grupos continuam a lutar entre si, pelo controlo do poder político.

²⁷⁰ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 350-352.

Parece, assim, haver uma certa divergência de método de uma crónica para a outra, o que pode resultar, a nosso entender, de um novo objetivo didático: ainda que possam existir sempre maus conselheiros, o que levava no passado, entre outros aspetos, à derrota em Aljubarrota, o governo repartido entre o conselho e o monarca seria a forma de governação mais proveitosa para o bem do reino²⁷¹, visto que, sem isso, os interesses pessoais sobrepor-se-iam de tal forma, que os grupos proliferariam em fações mais plásticas e difíceis de colocar em acordo, tal como acontece durante a menoridade de Enrique III. Isto não significa, contudo, que a própria conjuntura não possa ser também propícia à identificação dos integrantes de cada uma das fações então em conflito. Se é verdade que os problemas com a coroa de Portugal só se resolveriam já no século XV, na *Crónica de Don Enrique III* não são já o motivo principal da narrativa, substituindo-se pelo recrudescimento do poderio aristocrático, ou melhor, pela demonstração de poder da parentela régia, que via como legítima a sua ascensão (bastando para isso pensar no que tinha levado, anos antes, Enrique II ao trono), o que outra parte da aristocracia tentava controlar, devido à sua própria ascensão e poderio ganho com o tipo de governação iniciado com Enrique II, que Juan I tinha, de certa forma, posto em causa²⁷². Na *Crónica de Don Enrique III*, Ayala precisa assim de se acautelar, devido à semelhança que se verificava em alguns aspetos, entre aquele período de menoridade e os problemas das décadas de 1350/1360. Por isso, na sua última crónica, tirando partido da menoridade do rei, naturalmente secundarizado no conjunto da narrativa, dominado pelos tutores e obscurecido pelas duas fações em litígio, Ayala explora, da forma que mencionámos, o didatismo e os ensinamentos que pretende transmitir.

Atente-se agora, especialmente, a dois momentos da *Crónica de Don Juan I* onde se verifica a importância do conselho para o que aqui analisamos. O capítulo V do ano sétimo revela-se um ponto-chave para apurarmos a importância do conselho régio

²⁷¹ “Ayala entenderá, por tanto, el estado como una estructura social jerárquica tal como la que se desprende de los «clásicos» de su tiempo (...). Principio pues monárquico, articulado con el principio aristocrático (el consejo del rey y los grandes señores que juegan tan decisivo papel en las crónicas) y con una participación del pueblo (principio republicano) a través de instituciones como los consejos.” FERRO (1990b), p. 75.

²⁷² Como dissemos já, Ayala tende a favorecer a ideia de um governo no qual a aristocracia tenha um papel ponderado, através do conselho, ao lado do monarca. Esta forma de governação foi, contudo, posta em causa por Don Juan I, precisamente por não ouvir os seus conselheiros. A criação de um órgão permanente de conselho mostra bem da derrota política deste rei e a vitória da fação que tinha ascendido, através do favor régio, com Enrique II. Ainda assim, isto não significa que se voltasse a um tipo de governação baseado na privança, tal como havia sido a de Pedro I, cf. FORONDA (2006), pp. 99-103.

como personagem determinante nesta crónica. O que se sucede é que, estando o rei em Sevilha manda chamar dois cavaleiros dos mais próximos para o aconselharem sobre o que fazer com seu irmão, Afonso, que se encontrava preso pelo próprio monarca. Ora, o primeiro cavaleiro, cuja identidade não é apresentada, tem um discurso muito breve, afirmando rapidamente que o rei devia julgá-lo pela mão dos alcaides da sua corte. Esta disposição é completamente contestada pelo segundo cavaleiro, que não é mais do que o próprio Ayala. Assim, através de uma explicação bem argumentada sobre o porquê de o rei não dever seguir o conselho do seu par – recorrendo a vários exemplos da História, desde Afonso X até Don Pedro –, o cronista coloca nas palavras da sua própria figura uma série de mortes que esses mesmos monarcas haviam causado e que levaram a grandes abalos no seio do grupo aristocrático castelhano. O que este cavaleiro sugere, então, é uma solução de acordo com o “modelo francês” de João II²⁷³, ficando o monarca convencido. Ainda assim, é dito que o rei segue tal posição porque “era ome de buena consciencia, amaba mucho aver buena fama”²⁷⁴, o que pode ser interpretado como uma ligeira crítica à personalidade de Don Juan e à sua desmesurada procura de fama.

Toda esta intervenção de Ayala parece-nos importantíssima. Em primeiro lugar, verifica-se aqui o que vinha já a ser atestado ao longo de toda a crónica de cada vez que o rei pedia conselho: por um lado, há uma facção de poderosos maus conselheiros, que muitas vezes apoiam o rei na sua busca desmedida de honra e fama; por outro lado, o grupo que se opõe à vontade real, fazendo sobressair o bem comum sobre os seus próprios interesses, quando na verdade são também os proveitos do grupo aristocrático a que pertencem que estão em jogo. É lícito afirmar que aquilo que o cronista aqui faz não é mais do que uma apologia desta segunda facção, à qual pertence, de forma a, não só demonstrar o poderio que esta facção tem, mas também explicitar e estabelecer uma ligação com uma segunda parte do reinado de Don Juan I. Foi esta facção, representada aqui por um grupo dentro do conselho régio, que aconselhou devidamente o monarca, ainda que ele, limitado pelas suas grandes vontades e por maus conselheiros, não tenha seguido os bons conselhos, o que acarretou consigo grandes males. Por isso mesmo, é este grupo que se vai afirmar no pós-Aljubarrota com uma política muito mais

²⁷³ João II teria feito prisioneiro o rei Carlos II de Navarra e, pedindo opinião ao seu conselho sobre matá-lo ou mantê-lo cativo, foi-lhe aconselhado que permitisse que o rei de Navarra pudesse ter doutores em leis que defendessem os seus direitos perante os procuradores franceses.

²⁷⁴ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 213.

equilibrada entre realza e aristocracia²⁷⁵, podendo-se encontrar nas suas ações um prelúdio explicativo dessa predominância e da própria mudança de posição do monarca.

Além disto, há outro ponto a reter do discurso de Ayala em Sevilha: ao recorrer quase sempre a exemplos depois dos quais algumas figuras da nobreza se exilaram e, conseqüentemente, se tornaram inimigas de Castela, face às más opções dos monarcas entre Afonso X e Pedro I, o cronista veicula aqui uma vez mais a sua intenção moralizante. Mas, mais do que isso, na própria narrativa, o objetivo prende-se também em mostrar à figura de Don Juan I que os eventos relativos aos os seus antepassados poderiam igualmente suceder consigo, caso prendesse o seu irmão, pelo que num momento crucial como aquele que se vivia, seria importante manter as forças aristocráticas unidas sob a sua égide, não causando dissensões que pudessem levar ao exílio em Portugal e à possível adesão à causa do Mestre de Avis²⁷⁶, ao mesmo tempo que seria igualmente um ensinamento para a posteridade muito bem construído através do recurso ao *exemplum* histórico memorialístico.

No capítulo segundo do nono ano (1390) da *Crónica de Don Juan I*, encontra-se uma situação de conselho que pode ser entendida como um ponto inverso ao primeiro episódio que analisámos. É aqui que se começa a delinear a grande oposição que guiará os primeiros anos da narrativa em torno de Enrique III, isto é, o que ficou definido no testamento de Don Juan relativamente à menoridade do seu filho, face àquilo que os membros do conselho do rei afirmavam ser a vontade posterior do monarca. No capítulo de que agora falamos, o narrador recorre ao discurso direto de forma a apresentar a resposta do conselho à intenção de Don Juan em renunciar de parte do seu reino em favor do seu filho, para conseguir investir novamente sobre Portugal²⁷⁷. Ainda que na versão abreviada desta crónica a voz do conselho não seja uníssona²⁷⁸, na versão vulgar que nos serve de estudo, a resposta é harmónica e contrária à vontade do rei. Assim, uma vez mais se verifica um longo discurso de uma figura não identificada que recorre a vários exemplos históricos para mostrar ao rei como seria prejudicial tanto dividir o reino, como criar um grupo de tutores e regedores que governassem enquanto Don Enrique não atingisse a maioridade. A partir desta intervenção, ao justificar a posição

²⁷⁵ LADERO QUESADA (2014), p. 381.

²⁷⁶ Entre os exemplos de figuras que se exilaram podemos salientar Don Nuno de Lara e Don Fernando Ruiz de Saldanha, no reinado de Afonso X, ou mesmo Don Enrique, que fora depois rei de Castela e pai de Don Juan I, no reinado de Don Pedro. LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 208-210.

²⁷⁷ Cf. BIZZARRI (2011).

²⁷⁸ Atente-se na nota de rodapé em LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 302-303.

divergente do conselho perante a intenção do monarca, o cronista acaba por fazer uma nova apologia do conselho e da sua importância para uma legítima governação, ao mesmo tempo que introduz igualmente aspetos didáticos, apontando, por um lado, a correta pauta que deveriam seguir os conselheiros²⁷⁹ e, por outro, refletindo sobre a própria caracterização da mais alta aristocracia castelhana e da sua relação com a realeza.

Repare-se como este longo excerto na primeira pessoa surge como premonitório do que acontecerá no imediato seguimento já na *Crónica de Don Enrique III* e, ao mesmo tempo, como explicação da legitimidade de uma das fações que se forma, que não é mais do que aquela que Ayala apoia. Com efeito, após a morte de Don Juan, formam-se vários grupos, sendo que um deles vai dominar mais de perto o rei, grupo este um dos que contrariam o testamento do monarca falecido, afirmando que o que aí havia ficado definido não correspondia à sua última vontade. Ora, este testamento, realizado em 1385, apenas é apresentado pelo narrador na *Crónica de Don Enrique III*, já bem adiantadas todas as questões entre os altos membros da corte. Ainda assim, o momento de conselho que agora analisamos, ocorrido em 1390, e que termina com a aceitação do rei da posição que lhe apresenta o conselho, sugere que se contrarie o que o soberano havia definido no seu testamento. Desta forma, através das palavras do porta-voz do conselho, apercebemo-nos do poderio dos grandes senhores e cavaleiros castelhanos, que, movidos pela inveja e pelos interesses pessoais, revoltar-se-iam contra um tipo de governação no qual houvesse um grande número de regedores e que se supõe resultante de um poder régio fragilizado. Veja-se a seguinte metáfora: “E aún naturalmente veemos que de las abejas uno solo es príncipe é regidor: é quando muchos regidores há, la cosa non va como cumple. E si algunas veces acontece aver muchos de regidores, esto es por mengua de Rey...”²⁸⁰. Através deste excerto, é possível verificar não só uma forte apologia da supremacia régia, como também as consequências nocivas

²⁷⁹ Destacando-se o amor e o temor ao monarca, em simultâneo com a lealdade e vontade de o servirem da melhor forma possível, virtudes às quais se associa a característica da naturalidade: “...ca por el juramento que le avian fecho quando los rescibió en el su consejo (...) eran tenudos de le decir verdade, é lo que cumplia á su servicio, é de non le encobrir cosa alguna.” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 294, e também “Otro si, Señor, vedes de cada dia que vos, loado sea Dios, avedes buen entendimiento, é tenedes consejeros quales á vuestra merced fué voluntad de tomar para que estén en vuestro consejo, é vos aman, é vos temen, catando com mucha discrecion cada uno lo que dice...” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 301. Isto não deve deixar de ser interpretando também como uma estratégia retórica, que tanto o narrador como o conselheiro que se dirige ao monarca encontram para promover a própria posição do conselho tendo em conta a vontade do rei.

²⁸⁰ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 298.

de um poder régio fraco, que levaria a que se escolhessem muitos regedores e, consequentemente, a problemas internos. A esta ideia, alia-se ainda uma outra preocupação, que novamente retoma a tipificação dos maus conselheiros, ao mesmo tempo que implicitamente demonstra também a necessidade de um governo equilibrado. No fim da sua fala, o homem do conselho afirma ainda ser um “grand peligro estar consejeros sin mayor”²⁸¹, isto é, sem uma figura régia poderosa que equilibre precisamente os conselheiros. Ou seja, a presença de um conselho pressupõe a existência de uma figura régia, sendo através do constante diálogo entre estas duas partes que se alcança o pleno legítimo governo, daí que, sendo Don Enrique ainda menor, os conselheiros de Don Juan vejam de forma negativa a criação de um conselho que o auxiliasse a governar a parte do reino que o seu pai queria abdicar na sua figura. Numa situação destas, o que aconteceria seria o seguinte:

*“Mas aqui, dó es el gobernamiento de tales Regnos como Castilla é Leon, dó há tantos Señores é tan grandes, otrosi muchos que son de vuestro linage, é otros del linage de Rey de Aragon, é otros Caballeros, que se non ternan por bien gobernados por los Perlados é Caballeros é Omes de cibdades que vos y nombrades, é avrá grand envidia é mal querencia: é dó esto es ¿qué gobernamiento puede ser? E si guerra viniere al Regno ¿los grandes Señores cómo querrán ir por ordenanza é mandamiento de los otros? Creemos, Señor, que non lo farán.”*²⁸²

Esta passagem é ideal para estabelecermos uma ponte com a *Crónica de Don Enrique III*, uma vez que sugere uma quase predestinação daquilo que acontecerá na narrativa seguinte, sobretudo se atentarmos especialmente nas figuras do Duque de Benavente e do Conde Don Afonso de Noroña. Este último, que já na *Crónica de Don Juan I*, ao aliar-se à coroa portuguesa, demonstra o seu desserviço para com Castela, na *Crónica de Don Enrique III* surge como uma figura apoiada pelo grupo no qual Ayala se insere, com o objetivo de contrabalançar o peso e a importância de Don Fradique na facção oposta. Ainda assim, mesmo tendo sido libertado pelos homens que mais de perto dominavam Enrique III durante a sua menoridade, após o momento em que o rei assume a governação sozinho, Don Afonso retoma, de certo modo, a faceta de oposição que revelava desde o reinado de seu irmão, não jurando as tréguas com Portugal que

²⁸¹ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 301.

²⁸² LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 301-302.

Enrique III pretendia, devido aos seus interesses pessoais, visto estar casado com uma filha do rei Dom Fernando de Portugal²⁸³. Os problemas entre o poder régio e Don Afonso adensam-se com o avançar da narrativa²⁸⁴, acabando mesmo por se dar um enfrentamento bélico entre as tropas do rei e os homens do Conde de Noreña e Gijón²⁸⁵, terminando com os bens deste último novamente confiscados. O interessante de analisar nesta situação é a forma como esta figura se revela uma forte oposição ao poder tanto de Juan I como de Enrique III e de como isto demonstra de forma plena o poderio da parentela régia castelhana. Simultaneamente, através deste caso podemos também traçar uma continuidade com o que dissemos anteriormente relativamente aos privados do rei. Reparemos no que é narrado quando Don Enrique se encontra em Leão e lhe chegam os mensageiros que enviara ao seu tio:

“E dixeron los Mensageros al Rey, que el Conde Don Alfonso decia, que avia grand miedo dél, por quanto él agora aún non era en edad, é que privados suyos gobernaban el Regno: é que si su merced era de le dejar estar en su tierra, é en las heradades quel Rey Don Enrique su padre le diera, qué siempre seria en su servicio, é desto le faria sus pleytos é omenages quales el Rey quisiese, é le daría arrehenes, enpero que fasta quel Rey oviese veinte é cinco años, que en ninguna manera del mundo non vernia á la su Corte.”²⁸⁶

O medo que Don Afonso refere justifica-se pelo poder que tinham alguns homens mais próximos do rei, que, de certa forma, acabariam por dominar a sua opinião, opondo-se, portanto, aos interesses pessoais de algumas das mais poderosas figuras do cenário castelhano, como era o caso do Conde²⁸⁷. Finalmente, a preponderância dos privados de Enrique III pode ainda ser atestada pelo facto do monarca ter entregue a Rui Lopes de Avalos fortalezas que tinha conquistado a Don Afonso²⁸⁸.

²⁸³ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 509.

²⁸⁴ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 531.

²⁸⁵ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 540-541.

²⁸⁶ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 539.

²⁸⁷ Repare-se que um dos motivos enunciados para que Don Enrique confiscasse novamente as terras de Don Afonso foi que “...facia fablas é ayuntamientos sin lo saber el Rey com algunos Grandes del Regno.” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 540.

²⁸⁸ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 542.

Do mesmo modo, também o percurso da figura do Duque de Benavente é bastante claro no que diz respeito às forças centrífugas que representavam uma parte da aristocracia castelhana. Logo no início da *Crónica de Don Enrique III*, Don Fradique é um dos homens que se opõe veemente contra o regimento que Don Juan havia deixado definido no seu testamento, visto que o seu nome não era um dos apontados para a governação do reino durante a menoridade do rei²⁸⁹. Pouco depois, nova tentativa de sobrepor a sua vontade, ao tentar fazer com que João Sánchez de Sevilha se tornasse Contador-mor do rei, o que é negado pelo Arcebispo de Santiago e conduz a enfrentamentos aristocráticos²⁹⁰ e ao abandono da corte por parte do Duque. Com o adensar das tensões entre os dois grupos em confronto, o papel de Don Fradique é cada vez mais importante, por se revelar como um dos principais opositores do regime de Conselho que se havia instaurado para governar durante a menoridade de Enrique III. Aliado num primeiro momento do Arcebispo de Toledo, este acaba por se juntar à facção do testamento, enquanto o Duque de Benavente se recusa, por não estar de acordo com a sua “honra, ni á su provecho”²⁹¹. Entre muitos outros aspetos que poderíamos aqui salientar relativamente à figura de Don Fradique, repare-se como, mesmo depois de Don Enrique assumir a governação e o perdoar, as atitudes de desserviço daquela figura permanecem, como se pode ver através da tomada de algumas rendas reais²⁹², ou do novo conluio da parentela régia em Roa, que leva à prisão do Duque²⁹³.

Aos casos do Conde Don Afonso e do Duque Don Fradique, poderíamos aqui juntar outros — como os dois principais arcebispos intervenientes na trama, o de Santiago e o de Toledo, ou ainda a Rainha de Navarra e o Conde Don Pedro — devido a todos os conflitos em que estão imersos e ao imenso poderio dessas figuras, capazes de

²⁸⁹ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 354-355.

²⁹⁰ Veja-se o que diz o narrador sobre esta situação: “E sobre esto ovo muchas porfias entre el Duque é el Arzobispo, tanto que se temian unos de otros: é por esta razon se descubrieron mucho las voluntades. E por tal como esto se allegaban muchas Compañias de armas en Madrid...” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 364.

²⁹¹ LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 413.

²⁹² “...Don Fadrique Duque de Benavente enviaba sus cartas á todos los logares (...) por las quales cartas les enviaba mandar, que diesen é pagasen luego al que las levaba todos los maravedís que avian de dar al Rey (...) é si asi non lo quisiesen facer, mandabales prender por ello (...). E algunos logares que lo non cumplieron luego fueron prendados, é rescivieron grand daño; é despues en cabo ovieron de pagar.” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, p. 503.

²⁹³ “E desta guisa fué preso en Burgos Don Fadrique Duque de Benavente: é la razon porque fué preso era, lo uno porque dixeron al Rey quel Duque sopiera de la ida del Conde Don Pedro à Roa: é otrosi vió el Rey como el Conde Don Pedro era en Roa com la Reyna de Navarra, é dubdó, que si el Duque se partiese dél, que se avria levantado en el Regno grand bollicio.” LOPEZ DE AYALA (1759), Tomo II, pp. 534-535.

criar verdadeiros blocos de oposição tanto ao poder real, como ao excessivo poder daqueles que controlavam o rei, o que se revela sintomático da força que a aristocracia castelhana detinha no plano político.

3.2. Divisão e legitimação dinástica em Fernão Lopes

Mostrámos já como durante a primeira parte da *Crónica de Dom João I* a principal oposição que se verifica entre as figuras aristocráticas é a de verdadeiros face a falsos portugueses. Cremos que no segundo volume isto se altera, especialmente pelo facto de Dom João ser já rei e não apenas Regedor e Defensor do Reino. Para melhor abordarmos esta questão, temos de primeiro perceber como é feita a construção da figura régia desse monarca e do papel da aristocracia no desenrolar da narrativa.

Ao contrário de Ayala, que na *Crónica de Don Juan I* já não tem a preocupação primária de uma legitimação dinástica, é na *Crónica de Dom João I* que Fernão Lopes atinge o auge do seu processo legitimador não só do Mestre de Avis, como também da nova dinastia que com ele se inaugura. Já vários trabalhos demonstraram como o cronista foi construindo a figura régia de Dom João, ao longo da primeira parte desta narrativa. Embora, num primeiro momento se destacassem outras hipóteses de monarcas, é o Mestre de Avis que, quer pelos apoios, pelas suas ações, e pela própria providência divina, vai congregar em si os princípios necessários para ser eleito rei de Portugal. As questões ligadas ao partido do infante Dom João, filho de Dom Pedro e Dona Inês de Castro e preso em Castela, foram já devidamente desenvolvidas, quer em trabalhos de âmbito literário, quer de cunho histórico. José Mattoso diz-nos que “se muitos apoiaram o Mestre na primeira hora foi, decerto, por julgarem que ele seria o chefe militar que poria no trono o filho de Inês de Castro.”²⁹⁴, ideia que tinha sido já desenvolvida no trabalho de Salvador Dias Arnaut, ao tentar mostrar como a pouco e pouco o Mestre de Avis se foi tornando cada vez mais num potencial monarca²⁹⁵. Também Margarida Garcez Ventura corrobora desta opinião, sugerindo mesmo que a construção que Fernão Lopes faz da figura quase *naive* do Mestre tem como objetivo

²⁹⁴ MATTOSO (2001), p.232.

²⁹⁵ ARNAUT (1960), p.182.

demonstrar a sua crescente tomada de consciência como futuro rei, dentro de uma ótica de predestinação divina²⁹⁶.

No segundo volume da crónica, que se inicia imediatamente depois das cortes de Coimbra de 1385, Dom João é já rei de Portugal e a questão legitimadora parece tomar novos contornos, que assentam, em parte, no exercício efetivo da governação e na forma como ele é conduzido. A vitória definitiva (e quase messiânica) em Aljubarrota parece ser a pedra angular desta premissa. A partir daqui, Dom João passa a ter de reestruturar o reino e congregar as distintas forças que ainda se combatiam entre os apoios à causa nacional e ao partido castelhano. Assim: que peso tem, então, a aristocracia no desenrolar de todos estes acontecimentos? Tal como tivemos já hipótese de referir, destacam-se dois grandes pontos de vista nos estudos que se debruçaram sobre o assunto.

Em primeiro lugar, António José Saraiva aponta genericamente uma crítica que Fernão Lopes faz ao grupo nobiliárquico, sem que, contudo, imagine uma sociedade sem esse grupo social²⁹⁷. Esta crítica à nobreza estaria determinada pelo facto de que este grupo social teria, em geral, apoiado as pretensões do rei de Castela, em vez de apoiar o Mestre de Avis, como fizeram os pequenos²⁹⁸.

Tal posição, que este autor vai continuar a defender noutras obras, tem então um peso na análise que o mesmo faz das figuras intervenientes nas crónicas de Fernão Lopes. As figuras que fazem parte deste grupo são apresentadas à sombra daquele que parece ser o grande modelo para toda a aristocracia – Nuno Álvares Pereira²⁹⁹. Segundo o autor, desprovida de qualquer sentimento de patriotismo, que movimentara as gentes de condição mais baixa, a aristocracia move-se assim apenas em busca do proveito pessoal, da honra e de pressupostos feudais que divergem do ideal nacional efervescente. Em suma, o que o cronista faz não é mais do que uma sátira aos valores cavaleirescos medievais³⁰⁰.

Oposta a esta visão surge a de Ângela Beirante e João Gouveia Monteiro, que defendem que a construção social que Fernão Lopes apresenta é em si feita através de uma lente feudal de vassalidades e feudalidades, e não como uma forma de crítica a

²⁹⁶ VENTURA (1992), pp. 18-19.

²⁹⁷ SARAIVA (1950-1962), p. 519.

²⁹⁸ SARAIVA (1950-1962), p. 500.

²⁹⁹ SARAIVA (1950-1962), p. 508; SARAIVA (1998), p. 193.

³⁰⁰ SARAIVA (1950-1962), p. 521; SARAIVA (1998), p. 196.

esses valores cavaleirescos. Em sequência disto, afastam-se igualmente da ideia que apresenta o povo como condutor da narração em Fernão Lopes, devolvendo, de certa forma, essa valia ao grupo aristocrático³⁰¹. Numa obra de cunho diferente, Margarida Garcez Ventura levanta também algumas pistas sobre a importância decisiva que algumas figuras aristocráticas tiveram no desenrolar da primeira parte da crónica, especialmente a partir da morte do Andeiro. Contudo, não apresenta uma reflexão sistemática sobre este assunto³⁰².

Por tudo isto, interessa-nos agora reposicionar algumas figuras face às relações com o poder régio e, a partir daí, averiguar da sua importância para o conjunto da narrativa, sendo que para isso escolhemos determinados momentos elucidativos do que aqui pretendemos demonstrar.

No capítulo CXVI da primeira parte, é referido que Diogo Lopes Pacheco volta do seu exílio em Castela com os seus três filhos para servir o Mestre de Avis, sendo feito prisioneiro em Almada. Perante esta situação, o Mestre decide trocar um prisioneiro castelhano, João Ramires de Arelhano, para libertar esse homem. O interessante desta passagem é que tanto as figuras em torno do Mestre, como o próprio narrador parecem estar de acordo com o facto de esta decisão não ser a mais sensata, visto que Diogo Lopes Pacheco seria já um homem de idade avançada³⁰³. No entanto, Dom João não arreda da sua ideia, notando-se então uma valorização quase excessiva pela fidelidade de alguém que estava no exílio e que dele volta para servir aquele que considera o seu novo senhor. Reparemos que Diogo Lopes Pacheco não é sequer um nobre de topo – fidalgo, senhor de Ferreira, vai, contudo, ganhar alguma importância na narrativa a partir deste momento, sendo louvado por Lisboa como um bom português³⁰⁴, estando depois nas cortes de Coimbra e sendo ainda escolhido para o conselho do então já rei Dom João I de Portugal³⁰⁵. É, todavia, na sua primeira aparição que este homem demonstra a sua principal funcionalidade no conjunto narrativo – servir de exemplo pela sua atitude, que depois é “recompensada” pelo Mestre ao libertá-lo do cativo e, mais tarde, ao integrá-lo no seu núcleo privado de conselheiros, o que deixa antever também

³⁰¹ BEIRANTE (1984), p. 98.

³⁰² VENTURA (1992), pp.23-25.

³⁰³ “Deste escambo nom prazia a muitos, desviando o Meestre que o nom fizesse, dizendo que Diego Lopez era já homem doiteemta anos e mais, e nom tall, de que sse podessê prestar em feito de guerra; e que Joham Ramirez era boom homem darmas (...) E çertamente assi era como sse dizia; ca Joham Ramirez era mui boom e ardido cavalleiro, e amavao elRei de Castella...” LOPES (1983), Vol. I p. 228.

³⁰⁴ LOPES (1983), Vol. I, p. 392.

³⁰⁵ LOPES (1983), Vol. II, p. 5.

uma certa ascensão social, servindo igualmente como uma forma de louvar o conjunto de valores que este homem representa.

Do mesmo modo que se verificam outras atitudes de apoio à causa do Mestre, encontramos também o oposto, notando-se, assim, as nefastas características que António José Saraiva aponta ao grupo aristocrático³⁰⁶. Esta avidez de poder, riqueza e honra encontra-se, a título de exemplo, na figura do Conde Dom Gonçalo Telo, quando aceita ficar pelo Mestre em troca de muitas terras que receberia³⁰⁷. Também quando se desenvolve o convénio para tentar matar o Mestre – perpetrado pelo Conde Dom Pedro, por Dom Pedro de Castro, João Afonso de Bessa e Garcia Gonçalves de Valdes³⁰⁸ –, estes homens são apresentados como infiéis vassalos do Mestre e, a partir daí, se depreendem as suas faltas morais (acompanhadas, no caso específico de Dom Pedro de Castro, do seu historial anterior³⁰⁹). Atente-se agora na ação do Mestre perante a descoberta deste processo. Ora, o que esta figura faz é precisamente atacar uma das mais importantes bases do poder aristocrático – o património –, redistribuindo os bens daqueles que o traíram por outras figuras que se encontravam mais perto do seu círculo. Vemos então Vasco Martins de Melo, Afonso Gomes da Silva e Lopo Dias de Azevedo a serem agraciados com benesses. Se por um lado se nota finalmente o punho firme do Mestre face a alguns nobres traidores, percebe-se também, por outro, a importância simbólica que o património constitui para este grupo e como a sua doação por parte do Regedor e Defensor do Reino tem, igualmente, uma intenção de fortalecer os laços que o ligam àqueles homens a quem concede o património – especialmente se pensarmos que Vasco Martins de Melo e Afonso Gomes da Silva tinham já estado na facção oposta à do Mestre³¹⁰.

Tentámos até aqui não abordar em demasia a figura de Nuno Álvares Pereira, tanto por toda a importância que tem na narrativa de Fernão Lopes, como pelo facto de os vários estudos que nos servem de base tratarem já de forma exaustiva a figura do Condestável português. No entanto, parece-nos agora importante salientar alguns episódios que refletem bem das questões em torno da divisão em partidos, da sua

³⁰⁶ “A nobreza luta pelos seus privilégios e pela sua influência, ou melhor, lutam desordenadamente entre si e os grandes magnates para monopolizar a riqueza e o poder político;” SARAIVA (1950-1962), p. 451.

³⁰⁷ LOPES (1983), Vol. I, p. 241.

³⁰⁸ LOPES (1983), Vol. I, pp. 376-380.

³⁰⁹ Aquando o cerco de Lisboa tinha já uma outra conspiração segundo a qual venderia a entrada na cidade ao rei de Castela. LOPES (1983), Vol. I, pp. 272-275.

³¹⁰ LOPES (1983), Vol. I, pp. 108 e 130.

plasticidade e de como a partir daí podemos tentar aferir acerca das relações entre a aristocracia e a figura de Dom João I.

Ainda que Nuno Álvares Pereira possa ser entendido como o modelo para todo o restante grupo nobiliárquico³¹¹ – qual novo Galaaz –, a verdade é que na segunda parte da crónica assistimos também a momentos em que esta figura acaba por entrar em conflito direto com o monarca. Entre os capítulos CLI e CLIII é narrado como o Condestável fez um repartimento de algumas das suas terras e rendas com os vassallos pelo bom serviço que estes haviam feito ao rei³¹². A reação de Dom João é, contudo, contrária à vontade do Condestável, colocando-se o narrador em defesa de Nuno Álvares: atente-se à contínua referência à bondade e humildade desta figura face à inveja de outros homens³¹³. Ainda assim, através deste episódio não devemos apenas notar uma crítica ao grupo aristocrático, pelos seus defeitos morais que os levam a influenciar o monarca a pedir territórios que anteriormente doara ao Condestável³¹⁴, mas também uma forma de mostrar a mudança de atitude de Dom João perante o grupo aristocrático. Uma posição de maior força, afirmadora do poder régio perante os restantes poderes aristocráticos, mesmo face àquele que continuava a ser um dos seus braços direitos e ao qual se deviam tantas vitórias no contexto de 1383-1385³¹⁵:

“E ali foi ordenado que el Rei tomase pera sy todollos vassallos que o Comde e outros fidallguos tinham, e que outrem nã tivesse vassallos senam elle, e que o Comde tomase pera sy as terras que já disemos que dera, o que elle fez comtra sua vomtade, mas nã

³¹¹ Repare-se, por exemplo, que o motivo em torno da inveja que alguns nobres sentem pelo Condestável é recorrente: “Hora assi aveo que este comũ mall que he a emveja, se veo tanto a ssenhorar dos corações daquelles que eram de Çonsselho do Meestre, assi como de Rui Pereira e dAllvoro Vaasquez, e do doutor Joham das Regras...” LOPES (1983), Vol. I, p. 103; “O Comde e Rui Pereira e outris alguũs, a que NunAllvarez escpreveo, logo como virom seu rrecado, com emveja e corruta emtemçom, segundo se afirmavom, o [nom] quiserom aguardar;” LOPES (1983), Vol. I, p. 245; ou ainda “E foram hi tomadas muito boas armas e cavallos e ouro e prata (...); e todo o Comde mamdou repartir per suas gemtes como avia em custume, que nã tomou pera sy nenhũa cousa. (...) E quoamto elle com ellas ouve de ledice, tanto tomarã de nojo e tristeza algũs taces que ao Comde aviam emveja; e murmurando afirmavam amte destas novas que o Comde fora desbaratado dos castellaõs” LOPES (1983), Vol. II, p. 292.

³¹² Episódio que Fernão Lopes copia da *Crónica do Condestável*, cf. CALADO, ed. (1991), pp. 148-150.

³¹³ “Feito tal repartimẽto pelo Comdeestabre, quoamtos ouviram esto que fizera lhe davam louvor por ello, avemdoo por homem de grande descriçao e notável conhecimento.” LOPES (1983), Vol. II, p. 332; “Ora como quer que fosse, elle ouve em Purtuguall tres comdados (...). Peroo com toda esta homrra e acrecentamento nam lemos que em suas cartas se chamase Dom, posto que lho el Rei e muitos chamassem...” LOPES (1983), Vol. II, p. 333.

³¹⁴ “...nã mingvou quem a el Rei dise, especiallmemte o Prioll e o Doutor Joham das Regras e outros que ao Comde com ãveja nam tinham saam vomtade, mostramdo que amavam [mais] seu serviço, que faria bem pedir ao Comde de suas terras que eram muitas...” LOPES (1983), Vol. II, p. 333.

³¹⁵ MORENO (1987), pp. 105-106.

pode all fazer. E como as terras foram tiradas, el Rey pos a todos suas comtias, e asy ficou o Comdeestabre aseseguado naquelas que tinha de juro e de erdade, mas as que eram de prestimo lhe foi fforçado deixar.”³¹⁶

Do mesmo modo, encontram-se também no segundo volume da crónica outros momentos que corroboram esta ideia e que revelam esta nova atitude do monarca e o descontentamento de algumas figuras aristocráticas, que anteriormente o apoiavam. A título de exemplo, quando apresenta as rendas que Dom João atribuiu aos fidalgos, diz-nos o narrador, no capítulo CXXVIII da segunda parte, que não foram concedidas “...como os outros reis, seguundo disemos, que a davam ao pai e ao filho, como lhe naciã; mas a lança do corpo do fidalguo do mais pequeno estado, escrita no livro del Rei mamdou que ouvese mill livras, e aquell [que] o acompanhava avia setecentas. E asy pos aos fidalguos poucas ou muitas, seguundo que cada huũ era.”³¹⁷. Ou ainda, quando são referidos os nomes de alguns nobres que se exilam em Castela devido a incompatibilidades com o monarca português. Só o facto de existirem figuras que se afastam do território português graças a desentendimentos com Dom João I permite já perceber-se de como depois de Aljubarrota as relações entre o rei e uma parte da aristocracia que anteriormente o apoiava sofreram alterações. No capítulo CLXVII é narrado como Gil Vasques da Cunha, João Afonso Pimentel e João Fernandes Pacheco e seus irmãos (filhos daquele Diogo Lopes que Dom João trocara por um prisioneiro castelhano) partiram para Castela “por agravos que del Rey recebiam”, sendo que o narrador se coloca em defesa do monarca, lendo-se logo de seguida que:

“Porem falaram bem os que disseram que quoall deve ser o Principe aerca dos fidallguos e súbditos, ferosa cousa he de comtar e ligeira das vomtades, mas comtemtar corações grandiosos de desvairadas vomtades, isto he muy grande emcargos e cousa assaaz de impossível, porque aprazemdo a hũs convem que anoje a outros.”³¹⁸

A estes exilados devemos juntar outros nomes referidos pouco antes: Martim Vasques da Cunha e Lopo Vasques da Cunha, sendo que, neste caso, havia sido a procura de maior fama, potenciada pelo rei de Castela, o motivo da partida³¹⁹. É

³¹⁶ LOPES (1983), Vol. II, pp. 335-336 e cf. CALADO, ed. (1991), pp. 151-153.

³¹⁷ LOPES (1983), Vol. II, p. 285.

³¹⁸ LOPES (1983), Vol. II, p. 366.

³¹⁹ LOPES (1983), Vol. II, p. 346.

importante, contudo, atentarmos um pouco nestas figuras. Repare-se, por exemplo, que a mudança de campo político de Gil Vasques e Lopo Vasques da Cunha não impediu que, na primeira parte da crónica, Lisboa se referisse a estes homens como bons portugueses³²⁰ - e se é certo que Gil Vasques retornaria, anos mais tarde, à fidelidade a Dom João de Portugal³²¹, não há notícias que Lopo Vasques, homem que levou a bandeira na batalha de Aljubarrota, tenha regressado. O que sugerimos a partir desta apresentação é o facto de que na segunda parte da *Crónica de Dom João I* a oposição entre verdadeiros/bons portugueses face a falsos/maus portugueses não seja já tão crucial para o desenrolar da narrativa, sobretudo depois de 1385, ou mesmo para o didatismo que o cronista pretendia transmitir.

Nesta parte da crónica, o motivo da organização do reino e da consolidação do poder por parte de Dom João I parece fazer sobressair uma nova divisão, de certo modo derivada e herdada da anterior. O que vemos agora aproxima-se muito mais do que vimos para Ayala: de um lado, o rei e os homens que apoiavam o seu fortalecimento do poder – por exemplo aqueles que invejavam Nuno Álvares, como João das Regras – e, do outro, alguma aristocracia que se afastou do monarca, como pudemos verificar pelos excertos que analisámos acima. Contudo, o poderio destes que se afastam do monarca em nada se compara ao daqueles grandes nobres que se movimentavam pela mesma altura em Castela, parte integrante da parentela régia. Há, com efeito, um momento na segunda parte da *Crónica de Dom João I* em que um membro da parentela régia parece causar problemas na corte portuguesa – trata-se da tentativa do Infante Dom Dinis, filho do rei Dom Pedro e de Inês de Castro e, portanto, meio-irmão de Dom João I, de reclamar o trono de Portugal no final da década de 1390. Fernão Lopes dá-nos, todavia, uma imagem esparsa – talvez propositada? – desta incursão, que partiu de Castela: entre os capítulos CLXX e CLXXIII narra como surgiu, como se desenvolveu e como, rapidamente, capitulou. Apesar disto, sabemos que foi um movimento importante, sobretudo porque demonstra bem como o problema dinástico em Portugal não estava ainda claramente esclarecido³²². Dom Dinis é então apoiado não só por Enrique III, como pelos aristocratas portugueses exilados em Castela: aqueles que aí se mantiveram desde 1385, e os que recentemente para aí tinham partido, devido às incompatibilidades com Dom João I – “E Martim Vasquez e os outros portugueses, asy como Joham

³²⁰ LOPES (1983), Vol. II, pp. 345-346.

³²¹ MORENO (1987), pp. 108-109.

³²² Veja-se a obra de OLIVEIRA SERRANO (2005), pp. 120-132.

Fernandez e Joham Afonso Pimẽtell e as linhagees de hũus e dos outros, todos se acheguavam a elle nomeandoo por seu Rey e Senhor.”³²³ Além disto, a própria Dona Beatriz teria mesmo abdicado nele dos seus direitos ao trono português – aparentemente por Dom Dinis ser uma figura menos controversa³²⁴. Ainda assim, como dissemos, Fernão Lopes resolve rapidamente esta tentativa, reforçando o desvairo do Infante, através das palavras de Nuno Álvares Pereira “e se Vollo outrem conselhou emtemdo que Vollo conselhou *não* verdadeiramente, porque pera homem de Voso estado he ffeia e verguonhosa cousa.”³²⁵, episódio que, uma vez mais, é adaptado da *Crónica do Condestável*³²⁶. Contudo, de seguida surge outro momento, que não encontramos nesta segunda crónica: na boca de alguns castelhanos que iam com Dom Dinis, aquando do seu retorno a Castela sem que se tivesse dado uma batalha com as tropas do Condestável português, percebe-se também que o apoio a este partido foi praticamente nulo: “Diguovos que o nã avemos por bom syso, mormemte que de quaontos recados este Rey dom Dinys mãdou pelo Regno nũca vimos hũu que se pera elle viesse.”³²⁷, rematando o narrador com um certo sarcasmo “e aqy se partiram todos pera Castella com seu Rey novo que traziã.”³²⁸

Se através deste episódio conseguimos, por um lado, aferir novamente acerca da mudança de atitude de Dom João perante a aristocracia portuguesa³²⁹, aferimos, por outro lado, da própria diferença de poderio da nobreza portuguesa quando comparada com a castelhana. O que Fernão Lopes nos apresenta é que em Portugal, depois da grande divisão em fações de apoio entre 1383-1385, a nobreza, mesmo afastando-se do monarca que ajudou a entronizar, e apoiando-se no seu inimigo natural, continua a não ter força suficiente para lhe fazer verdadeiramente frente, ao contrário do que acontece em Castela, tal como pudemos ver através das figuras de Don Afonso de Noroña e de Don Fradique, magnates que, só em última instância, conseguem ser controlados por Don Enrique III. Isto não significa, contudo, que no plano histórico a realidade

³²³ LOPES (1983), Vol. II, p. 374.

³²⁴ OLIVEIRA SERRANO (2005), pp. 123-124.

³²⁵ LOPES (1983), Vol. II, p. 378. Entre asteriscos assinala-se uma palavra que não está presente no manuscrito base da edição que utilizamos.

³²⁶ “E parece me que, se de vosso soo conselho tal nome tomastes, que o deveriades cuydar milhor, e se vollo outrem conselhou, entendede que vos nom conselhou verdadeiramente porque, pera homem de vosso estado, he cousa fea e vergonhosa.” CALADO, ed. (1991), p. 178.

³²⁷ LOPES (1983), Vol. II, p. 379.

³²⁸ LOPES (1983), Vol. II, p. 379.

³²⁹ “A série de exilados (...) traduz na sua essência o forte descontentamento deste grupo social contra a política absolutista e centralizadora do monarca português...” MORENO (1987), p. 113.

portuguesa fosse essa: parece aceitável afirmar que a aristocracia portuguesa não teria a força da castelhana, mas é preciso enquadrar esta asserção. O contexto da menoridade de Enrique III favoreceu a afirmação do poder aristocrático, que se foi digladiando em sucessivas tentativas de impor diferentes fações; por outro lado, ao mesmo tempo que isto se passava no reino castelhano, em Portugal não havia, geograficamente, nenhum membro da parentela régia, e já vimos como Fernão Lopes rapidamente resolveu o episódio em torno do Infante Dom Dinis.

Assim, a partir desta representação de uma nobreza de certo modo dominada pelo seu soberano, Fernão Lopes transmite o didatismo a que se propõe com a sua crónica real. Não se trata apenas de legitimar o direito ao trono de Dom João I, mas também de atestar a sua prodigiosa governação, controlando todos os corpos sociais, revelando-se, assim, um modelo para os monarcas posteriores. Se pensarmos ainda no contexto que enforma a escrita de Fernão Lopes, que abordámos já no primeiro capítulo, marcada pelos problemas em torno da regência de Dom Pedro e do seu pulso controlador face à nobreza portuguesa, a representação das relações entre Dom João I e a nobreza no pós-Aljubarrota, tornam-se ainda mais significativas.

Considerações Finais

E quando chegares à dura
pedra de mármore não digas: «Água, água!»,
porque se encontraste o que procuravas
perdeste-o e não começou ainda a tua procura;
e se tiveres sede, insensato, bebe as tuas palavras
pois é tudo o que tens: literatura,
nem sequer mistério, nem sequer sentido,
apenas uma coisa hipócrita e escura, o livro.

Manuel António Pina, “O Livro”

É tempo agora de sumariar algumas das conclusões que fomos apontando ao longo desta dissertação, de forma a que o leitor mais facilmente acompanhasse a nossa linha de pensamento. Não serão, todavia, conclusões definitivas, que se encerram em si mesmas, comportando verdades absolutas; serão, antes, pontos de reflexão aprofundados sobre uma dissertação que, desde o início, pretendia ser um caso de estudo ambicioso, comparando dois cronistas distintos, no que às representações da aristocracia diz respeito.

Começando precisamente pelo conceito de aristocracia que optamos por utilizar, chegados a este ponto da análise, compreendemos como a sua utilização no singular parece transmitir uma ideia redutora de toda a complexidade social que as crónicas que estudámos espelham. Qualquer conceito abstrato utilizado para o estudo da Idade Média é arriscado, servindo essencialmente como uma ferramenta funcional que auxilia e simplifica todas as dinâmicas sociais, políticas, culturais ou económicas, que o académico do século XXI não vivenciou, não presenciou e não consegue compreender na totalidade. Assim, também o conceito de aristocracia concorda com o que acabámos de dizer, não alcançando toda a complexidade de representações que tanto Pero López

de Ayala como Fernão Lopes transmitem aos leitores das suas crónicas. Um grupo tão heterogéneo, que inclui em si desde figuras próximas do poder real, a homens muito mais modestos e que apenas se destacam a nível local, dificilmente cabe dentro de um conceito que exige uma uniformização. Se é certo que em alguns aspetos pudemos observar a comunhão de interesses e de proximidades entre as várias figuras, parece-nos igualmente verdade que é na diversidade e nas constantes oposições entre o grupo aristocrático, que as narrativas de Ayala e Lopes ganham parte da sua intensidade, representando, portanto, toda a diversidade da realidade social que narram.

Ainda que tenhamos apenas estudado uma parte do labor historiográfico dos dois cronistas, não devemos deixar de enquadrar, uma última vez, estes textos no conjunto dos seus outros escritos, sobretudo se tivermos em conta que tanto Ayala como Fernão Lopes têm uma preocupação de explicitar duas sucessões dinásticas inusuais. Desta forma, tendo em conta os objetivos, bem como os propósitos didáticos e de legitimação de cada um dos cronistas, os modelos de representação da aristocracia vão oscilando.

Vimos, por exemplo, como a representação de determinadas figuras diverge tendo em conta não só o seu estatuto social, como a importância que têm dentro das narrativas; mas que, por outro lado, o destaque dado a determinadas figuras não depende em nada da sua posição hierárquica. É certo que nas narrativas ayalinas são as figuras de topo aristocrático as que mais se destacam, juntamente com uma nobreza de segundo estrato, que ocupa claramente o seu papel no desenrolar das narrativas, de forma a transmitir os objetivos do cronista. É este grupo, se assim lhe podemos chamar, que está em constante oposição tanto com a parentela régia, que procura afirmar o seu poder nos momentos em que realza se enfraquece, como também com os maiores magnates, pouco moderados na forma de aconselhar os monarcas, que representam o melhor exemplo de uma aristocracia absorvida nos seus próprios desígnios e vontades, desejosa de aumentar a sua honra através de qualquer meio. Uma das explicações com a qual concordamos para esta funcionalidade nas representações de algumas figuras, no caso de Ayala, parece-nos poder partir das próprias vivências pessoais do cronista, pelo facto de diluir nos seus textos os seus pensamentos políticos como forma de ensinamentos para o presente e para o futuro.

Fernão Lopes individualiza muito mais as figuras, dando-lhes características físicas e morais. Ainda assim, a tipificação é também um lugar comum. Enquanto em Ayala vemos surgirem muito mais grupos que se movimentam em bloco um pouco ao

longo das duas narrativas – excluindo o caso dos parentes régios na *Crónica de Don Enrique III* –, e que, consequentemente, representam uma mundivisão de valores que o cronista pretende realçar ou condenar, tendo em conta a sua própria visão política e o conhecimento da realidade social que vivenciou; em Fernão Lopes, apesar da divisão em grupos e fações ser também um importante motor da narrativa, conseguimos, com mais facilidade, atentar nas figuras como unidade desses mesmo grupos. Contudo, dissemos e demonstrámos já como isto não impede que esta individualização seja apenas aparente, na medida em que a caracterização das figuras é feita tendo em conta *topoi*, de acordo com os propósitos do cronista. Ao longo da *Crónica de Dom João I*, Fernão Lopes destaca e caracteriza diversas figuras, quer tenham apoiado o Mestre de Avis, quer se tenham posto do lado de Don Juan de Castela, um destaque essencialmente sócio-militar. Pudemos ver como, no caso de figuras que estiveram do lado castelhano, estas caracterizações se multiplicam em momentos prévios a enfrentamentos militares, vencidos pelas tropas portuguesas, enaltecidas assim pelas vitórias contra os melhores dos castelhanos. Do mesmo modo, vemos também como nos textos de Ayala os mesmos modelos se vão repetindo: nomeadamente através do facto de surgirem positivamente caracterizados apenas os homens castelhanos e portugueses que se colocaram do lado do rei de Castela, durante a crise de 1383-1385.

Enfim, um considerável número de figuras aristocráticas são então destacadas nos textos de ambos os cronistas, através da caracterização, sendo que apenas a partir deste aspeto se podem tentar retirar ilações relativas às representações da aristocracia e à importância destas questões no contexto global das narrativas ayalinas e lopeanas. São estas figuras que, colocadas no tabuleiro de xadrez político peninsular de finais do século XIV, se movem de campo de apoio em campo de apoio, procurando, na grande maioria das vezes, o engrandecimento pessoal através da afirmação da sua influência perante os monarcas. Uma aristocracia, repetimos, dividida, plástica no que aos apoios dizem respeito, e ambiciosa, quer face à figura do rei, quer face a outros poderosos. As representações deste falso grupo em Ayala servem, assim, para reavivar o papel de uma das partes em confronto perante a realeza, tendo em conta uma outra facção, que deveria ser afastada do poder de decisão. Na segunda parte do texto de Fernão Lopes, pelo contrário, atesta-se o poderio da realeza face à aristocracia, mesmo aquela que tinha apoiado a elevação do Mestre a Rei. Dois cronistas, dois tempos, duas coroas: objetivos

diferentes, manifestados através de distintos modelos, que, contudo, acabam por se tocar nas representações das aristocracias.

Este trabalho não se presume terminado. Nenhuma análise em torno dos estudos histórico-literários medievais se deve supor concluída, mas antes como um ponto de partida para novas interpretações e novas leituras. Apesar disto, esperamos que esta dissertação possa funcionar como um meio para melhor se entender tanto a obra de Ayala como de Fernão Lopes, assim como as formas de representação de um grupo social numa narrativa histórica que, contudo, não deixa de ter um carácter literário. Tentámos analisar alguns vetores que permitissem concluir sobre as representações da aristocracia, mas tantas outras análises são passíveis de fazer, mesmo tendo em conta a totalidade de estudos já realizada em torno da cronística de Ayala e Fernão Lopes. A adaptação do modelo de estudo que utilizámos a outros cronistas e outras cronologias seria também um importante exercício, sobretudo no caso português, comparando-se as crónicas de Fernão Lopes com os textos de Gomes Eanes de Zurara ou Duarte Galvão, o que permitiria uma melhor compreensão em torno das representações da aristocracia pelos cronistas portugueses do século XV.

Regressemos ao início desta dissertação. Qualquer estudo sobre historiografia medieval, ao mesmo tempo que se verifica necessário e estimulante, revela-se igualmente exigente e arriscado: necessário, visto que há ainda variados aspetos a compreender; exigente e arriscado, pelo facto de poder abarcar diferentes áreas do saber. Num momento em que, cada vez mais, a interdisciplinaridade se afirma como método de trabalho, cremos que qualquer análise feita a textos cronísticos medievais deve passar pela comunhão de disciplinas. Neste caso específico, tentámo-lo com os estudos literários e os estudos históricos, uma vez que, congregados, potenciam uma maior compreensão não só do texto, como da mente do cronista e ainda do contexto que o rodeia. Através daqui, tentamos, portanto, reler as crónicas que nos serviram de objeto, com a finalidade de, a partir desta *parte*, apreender melhor esse *todo*: a Idade Média.

Fontes e Bibliografia

Fontes impressas

- CALADO, Adelino Almeida, ed. (1991) *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Edição crítica da «Coronica do Condestabre»*. Coimbra, Coimbra Editora Lda.
- LOPES, Fernão (1983), *Crónica de Dom João I*, intr. Humberto Baquero Moreno, Porto, Livraria Civilização, 2 vols.
- LOPEZ DE AYALA, Pero (1759), *Crónicas de los Reyes de Castilla*, emendas de Jerónimo Zurita, Madrid, Imprensa de Don António de Sancha, Tomo I e II.
- NUNES, Irene Freire, ed. (2005), *A Demanda do Santo Graal*, 2ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Estudos

- AGUIAR, Miguel (2016), *Ideologia Cavaleiresca em Portugal no Século XV*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.
- ALCHALABI, Frédéric (2013), «Memoria histórica y literaria en la historiografía castellana del siglo XV: el ejemplo de la Crónica Sarracina de Pedro de Corral», *e-Spania*. Nº 16. Consultado a 7 de setembro de 2017. Url: <http://e-spania.revues.org/22621>.
- ALVAR, Carlos; MAINER, José-Carlos; NAVARRO, Rosa (1998), *Breve historia de la literatura española*. Madrid, Alianza Editorial.
- AMADO, Teresa (1993a), «Crónica de D. João I», in Giulia Lanciani e Guiseppe Tavani (org.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 180-182.
- AMADO, Teresa (1993b), «Fernão Lopes», in Giulia Lanciani e Guiseppe Tavani (org.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, pp. 271-273.
- AMADO, Teresa (1997), *Fernão Lopes contador de História: sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa, Editorial Estampa.

- AMADO, Teresa (2001), «Fernão Lopes», in Francisco Lyon de Castro (ed.), *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa, Publicações Alfa, vol I, pp. 437-477.
- AMADO, Teresa (2007), *O passado e presente: ler Fernão Lopes*. Barcarena, Editorial Presença.
- AMADO, Teresa (2007), «Os pensamentos do cronista Fernão Lopes», *eHumanista*. vol. 8. Consultado a 7 de setembro de 2017. Url: http://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu/span.d7_eh/files/sitefiles/ehumanista/volume8/7%20%20Teresa%20Amado%20Article.pdf. pp.133-142.
- AMADO, Teresa (2010), «Fernão Lopes», in Graeme Dunphy (ed.), *Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Leiden, Brill, vol. 2, pp.1044-1045.
- ARNAUT, Salvador Dias (1960), *A crise nacional dos fins do século XIV*. Coimbra, Imprensa de Coimbra, Lda.
- ASENJO GONZÁLEZ, María (2006), «La aristocratización política en Castilla y el proceso de participación urbana (1252-1520)», in José Manuel Nieto Soria (dir.), *La monarquía como conflicto en la corona de Castellano-Leonesa (c. 1230-1504)*. Madrid, Sílex ediciones, pp.133-196.
- BALARD, Michel; GENET, Jean-Philippe; ROUCHE, Michel (1994), *A Idade Média no Ocidente – Dos Bárbaros ao Renascimento*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BEIRANTE, Maria Ângela (1984), *As Estruturas sociais em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte.
- BIZZARRI, Hugo O. (2011), «Consejos y consejeros, según Pero López de Ayala», *e-Spania*. Nº 12. Consultado a 7 de setembro de 2017. Url: <http://e-spania.revues.org/20603>.
- CAMPS, Maria da Conceição (2003), «A presença do Policraticus de João de Salisbúria na Crónica de D. João I de Fernão Lopes», *MEDIAEVALIA. Textos e estudos*. Vol. 22, pp.121-156.
- CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel (2006), «Símbolos y ritos: el conflicto como representación», in José Manuel Nieto Soria (dir.), *La monarquía como conflicto en la corona de Castellano-Leonesa (c. 1230-1504)*. Madrid, Sílex ediciones, pp. 489-546.
- CEIA, Carlos (2005), «Diegese», in *E-Dicionário de Termos Literários*. Consultado a 7 de agosto de 2017. Url: <http://edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6734/diegese/>
- COELHO, António Borges (1984) – *A Revolução de 1383*, 5ª ed. Lisboa, Editorial Caminho.

- COELHO, Maria Helena da Cruz (2013), *D. João I: o que re-colheu Boa Memória*. Mem Martins, Círculo de Leitores.
- CONTZEN, Eva von (2014), «Why we need a medieval narratology: a manifesto», *DIEGESIS*. Vol. 3, nº 2, pp. 1-21.
- CUNHA, Mafalda Soares da (1996), «A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade», *Revista Portuguesa de História*. Vol. 2, pp. 220-252.
- DACOSTA, Arsenio (2011), «Memoria linajística, legitimación dinástica y justificación personal en el Libro del Linaje de los señores de Ayala y sus continuaciones», in Georges Martin e José Carlos Ribeiro Miranda (org.), *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular: homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*. Porto, Estratégias Criativas, pp. 81-97.
- DÍAZ DE DURANA, José Ramón (2001), «Sobre la justificación del poder nobiliario e hidalgo en la obra cronística del Canciller Pedro López de Ayala y de Lope García de Salazar», in Ernesto García Fernández (ed.), *El poder en Europa y América: mitos, tópicos y realidades*. Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, pp.69-94
- DÍAZ DE DURANA, José Ramón (2015), «La otra nobleza, la hidalguía», in *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media (Actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarra)*. Pamplona: Gobierno de Navarra, pp.333-376.
- DUARTE, Luís Miguel (2002), «Os melhores da terra (um questionário para o caso português)», in Filipe Themudo Barata (org.), *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS-UE, pp. 91-106.
- DUARTE, Luís Miguel (2005), *D. Duarte: Requiem por um rei triste*. Mem Martins, Círculo de Leitores.
- DUARTE, Luís Miguel (2015), *Ceuta 1415*. Lisboa, Livros Horizonte.
- FERREIRA, Maria do Rosário (2010), «Historiografia Medieval em Portugal: velhos textos, novos caminhos», in Maria do Rosário Ferreira (coord.), *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 7-18.
- FERRO, Jorge Norberto (1990a), «Ayala y Aljubarrota: actitud didáctica y locus doctrinal», in *Studia Hispanica Medievalia II. III Jornadas de Literatura Española Medieval*. Buenos Aires, U.C.A. Facultad de Filosofía y Letras, pp.58-64.
- FERRO, Jorge Norberto (1990b), «El intertexto político en las crónicas del Canciller Ayala», *Incipit*. Argentina, Seminario de Edición y Crítica Textual, nº10, pp.65-89.

- FERRO, Jorge Norberto (1991), «La elaboración de la doctrina política en el discurso cronístico del Canciller Ayala», *Incipit*. Argentina, Seminario de Edición y Crítica Textual, nº11, pp.23-106.
- FERRO, Jorge Norberto (1995), «Las virtudes del gobernante en las cuatro crónicas que preceden a la obra del canciller Ayala», *Anales de la Fundación Francisco Elías de Tejada*. España, Fundación Francisco Elías de Tejada, nº1, pp.49-61.
- FERRO, Jorge Norberto (2002), «Ayala y la aventura portuguesa de Juan I», *Incipit*. Argentina, Seminario de Edición y Crítica Textual, nº22, pp. 133-143.
- FERRO, Jorge Norberto (2010a), «Observaciones sobre la intencionalidad del narrador en la Crónica de Enrique III», *Incipit*. Argentina, Seminario de Edición y Crítica Textual, nº30, pp. 135-147.
- FERRO, Jorge Norberto (2010b), «Pero López de Ayala», in Graeme Dunphy (ed.), *Encyclopedia of the Medieval Chronicle*. Leiden, Brill, vol. 2, pp.1045-1046.
- FERRO, Jorge Norberto (2015), «Más sobre Ayala narrador en la crónica de Enrique III», *Letras: revista de la Facultad de Filosofía y Letras de la Pontificia Universidad Católica Argentina Santa María de los Buenos Aires*, nº72, pp. 115-120.
- FLUDERNIK, Monika (2011), «1050-1500 Through a Glass Darkly; or, the Emergence of Mind in Medieval Narrative», in David Herman (ed.), *The Emergence of Mind: Representations of Consciousness in Narrative Discourse in English*. Lincoln/Londres, University of Nebraska Press, pp. 69-100.
- FORONDA, François (2006), «La privanza, entre monarquía y nobleza», in José Manuel Nieto Soria (dir.), *La monarquía como conflicto en la corona de Castellano-Leonesa (c. 1230-1504)*. Madrid, Sílex ediciones, pp. 73-132.
- GARCÍA, Michel Luis (1983), *Obra y personalidad del Canciller Ayala*. Madrid, Alhambra.
- GARCÍA, Michel Luis (2007a), «Biografía del Canciller Ayala», in Michel Luis García, *La figura del Canciller Ayala*. Álava, Diputación Foral de Álava, pp. 8-21.
- GARCÍA, Michel Luis (2007b), «Introducción a la obra del Canciller Pero López de Ayala y a la cultura de su tiempo», in Michel Luis García, *La figura del Canciller Ayala*. Álava, Diputación Foral de Álava, pp. 96-173.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2002), «Elementos de definición de los espacios de poder en la edad media», in José Ignacio de la Iglesia Duarte (coord.), *Los espacios de poder en la España medieval: XII Semana de estudios Medievales de Nájera*. Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 13-46.

- GIMENO CASALDUERO, Joaquín (1972), *La imagen del monarca en la Castilla del siglo XIV: Pedro el Cruel, Enrique II y Juan I*. Madrid, Ediciones Castilla, S.A.
- GOMES, Rita Braga (2006), *O dom do rei: dádiva e vocabulário feudo-vassálico nos relatos cronísticos do reinado de D. Dinis*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado.
- GOMES, Rita Costa (1995), *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Linda-a-Velha, Dífel.
- GÓMEZ REDONDO, Fernando (1991), «Historiografía Medieval», in Carlos Alvar, Ángel Gómez Moreno e Fernando Gómez Redondo, *La prosa y el teatro en la Edad Media*. Madrid, Taurus, Parte I, pp. 41-64.
- GÓMEZ REDONDO, Fernando (1996), «La crónica real: «exemplos» y sentencias», *Diablotexto Revista de Crítica Literaria*. València, Departamento de Filología Española Universitat de València, nº3, pp. 95-124.
- GÓMEZ REDONDO, Fernando (2007), *Historia de la prosa medieval castellana*. Madrid, Cátedra, vol. II, pp. 1808-1816.
- GONZÁLEZ, Manuel (2006), «Los reinos hispánicos en la Baja Edad Media», in Salvador Claramunt et al., *Historia de la Edad Media*, 7ª ed. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 300-306.
- GONZÁLEZ ALONSO, Benjamín (2004), «Rey y reino en los siglos bajomedievales», in José Ignacio de la Iglesia Duarte (coord.), *Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV: XIV Semana de estudios Medievales de Nájera*. Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 147-164.
- HEUSCH, Carlos (2011), «La pluma al servicio del linaje. El desarrollo de los nobiliarios en la castilla Trastámara», in Georges Martin e José Carlos Ribeiro Miranda (org.), *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular: homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*. Porto, Estratégias Criativas, pp. 173-203.
- HEUSCH, Carlos (2015), «*Fictio Naturae* Natura e Naturaleza, de las aulas a las cortes», in José Carlos Ribeiro Miranda e Maria do Rosário Ferreira (org.), *Natura e Natureza no tempo de Afonso X, o Sábio*. V. N. Famalicão, Edições Húmus, pp. 117-133.
- HOUAISS, António (2015), *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores. Vol. I.
- IRADIEL MURUGARREN, Paulino (2004), «La crisis Bajomedieval, un tiempo de conflictos», in José Ignacio de la Iglesia Duarte (coord.), *Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV: XIV Semana de estudios Medievales de Nájera*. Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 13-48.

- JANNIDIS, Fotis (2009), «Character», in Peter Hühn et al. (ed), *Handbook of Narratology*. Berlim, Walter de Gruyter GmbH & Co.
- LADERO QUESADA, Miguel Ángel (2014), «La consolidación de la nobleza en la baja Edad Media», in Miguel Ángel Ladero Quesada, *Poder Político y sociedad en Castilla, siglos XIII al XV*. Madrid, Dykinson, pp. 378-396.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares (2010), *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Niterói, EdUFF.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987) «Portugal na Crise dos séculos XIV e XV», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, vol. 4.
- MARTIN, Georges (1992), *Les juges de Castille: mentalités et discours historique dans l'Espagne médiévale*. Paris, Klincksieck.
- MARTIN, Georges (2015), «Estratégias discursivas e linguísticas do legislador: a natureza (naturaleza) no Septenario de Afonso X, o Sábio», in José Carlos Ribeiro Miranda e Maria do Rosário Ferreira (org.), *Natura e Natureza no tempo de Afonso X, o Sábio*. V. N. Famalicão, Edições Húmus, pp. 135-147.
- MATTOSO, José (1993), «A Sociedade Feudal e Senhorial», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, vol. 2.
- MATTOSO, José (2001), «A Nobreza e a Revolução de 1383», in José Mattoso, *Obras Completas*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 6, pp. 218-232.
- MEREGALLI, Franco (1955), *La vida política del Canciller Ayala*. Milano, Instituto Editoriale Cisalpino.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro (2013), «Lancelot e a receção do romance arturiano em Portugal», *e-Spania*. Nº 16. Consultado a 7 de setembro de 2017. Url: <http://e-spania.revues.org/22778>.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro (2016), «Calheiros, Sandim e Bonaval: uma rapsódia de amigo», *Guarecer Revista Eletrónica de Estudos Medievais*, 1. Url: http://docs.wixstatic.com/ugd/0e9128_eca15170f141485f92d535894f5bd175.pdf.
- MITRE, Emilio (1994), «¿Un sentimiento de comunidad hispánica? La historiografía peninsular», in José Ángel García de Cortázar et. al (ed.), *Historia de España Menéndez Pidal La época del Gótico en la cultura española (c.1220-c.1480)*. Madrid, Espasa Calpe, vol. 16, pp.407-434.
- MITRE, Emilio (2006a), «Los grandes conflictos internacionales del Bajo Medievo», in Salvador Claramunt et al., *Historia de la Edad Media*, 7ª ed. Barcelona, Editorial Ariel, pp.276-284.

- MITRE, Emilio (2006b), «Crisis y transformaciones de la iglesia en los siglos XIV y XV», in Salvador Claramunt et al., *Historia de la Edad Media*, 7ª ed. Barcelona, Editorial Ariel, pp. 307-315.
- MONTEIRO, João Gouveia (1988), *Fernão Lopes, texto e contexto*. Coimbra, Livraria Minerva.
- MOREIRA, Filipe Alves (2013), *A Crónica de 1419: fontes, estratégias e posteridade*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MOREIRA, Filipe Alves (2015), «Fernão Lopes: Escatologia e Redenção». in Samuel Dimas, Renato Epifânio e Luís Lóia (org.), *Redenção e Escatologia. Estudos de Filosofia, Religião, Literatura e Arte na Cultura Portuguesa*. Lisboa, Nota de Rodapé Edições, Tomo 1, vol. 2, pp. 158-170.
- MORENO, Humberto Baquero (1973), *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques.
- MORENO, Humberto Baquero (1987), «Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média», *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, Universidade do Porto, II Série, vol. 4, pp. 103-118.
- MORSEL, Joseph (2015), «Quelques propositions pour l'étude de la noblesse européenne à la fin du Moyen Âge», in *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media (Actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarra)*. Pamplona: Gobierno de Navarra, pp. 449-499.
- MOTA PLACENCIA, Carlos (2007), «La obra literaria de Don Pero López de Ayala y su posteridad», in Michel Luis García, *La figura del Canciller Ayala*. Álava, Diputación Foral de Álava, pp. 174-249.
- MOURE, José Luís (1980), «A cuatrocientos años de un frustrado proyecto de Jerónimo Zurita: la edición de las Crónicas del Canciller Ayala», *Cuadernos de Historia de España*. Buenos Aires, Instituto de Historia de España, LXIII-LXIV, pp. 256-292.
- MOXÓ, Salvador de (1969), «De la nobleza vieja a la nobleza nueva», *Cuadernos de Historia*. Madrid, Instituto Jerónimo Zurita.
- NIETO SORIA, José Manuel (2002), «El reino: la monarquía bajomedieval como articulación ideológico-jurídica de un espacio político», in José Ignacio de la Iglesia Duarte (coord.), *Los espacios de poder en la España medieval: XII Semana de estudios Medievales de Nájera*. Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 342-370.
- NIETO SORIA, José Manuel (2004), «Más que palabras. Los instrumentos de la lucha política en la Castilla Bajomedieval», in José Ignacio de la Iglesia Duarte (coord.), *Conflictos sociales, políticos e intelectuales en la España de los siglos XIV y XV: XIV Semana de estudios Medievales de Nájera*. Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 165-204.

- NIETO SORIA, José Manuel (2006), «La monarquía como conflicto de legitimidades», in José Manuel Nieto Soria (dir.), *La monarquía como conflicto en la corona de Castellano-Leonesa (c. 1230-1504)*. Madrid, Sílex ediciones, pp. 13-71.
- OLIVEIRA SERRANO, Cesar (2005), *Beatriz de Portugal: la pugna dinástica Avís-Trastámara*. Santiago de Compostela, Instituto de Estudios Gallegos.
- ORDUNA, Germán (1988), «El cotejo de las versiones vulgata y primitiva como recurso para la fijación del texto cronístico del Canciller Ayala», *Incipit*. Argentina, Seminario de Edición y Crítica Textual, nº8, pp. 1-17.
- ORDUNA, Germán (1996), «La ejemplaridad como recurso narrativo en las Crónicas del Canciller Ayala», *Diablotexto Revista de Crítica Literaria*. València, Departamento de Filología Española Universitat de València, nº3, pp. 187-198.
- ORDUNA, Germán (1998), *El arte narrativo y poético del Canciller Ayala*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- PIRES, Natália (2017), «A imagem dos portugueses na Crónica de D. Juan I de Pero López de Ayala.», in José Carlos Miranda (org.), *En Doiro ant'o Porto e Gaia: Estudos de Literatura Medieval Ibérica*. Porto, Estratégias Criativas, pp. 829-839.
- PORTELA, Ermelindo (2006), «La Peste Negra y las Crisis Agrarias», in Salvador Claramunt et al., *Historia de la Edad Media*, 7ª ed. Barcelona, Editorial Ariel, pp.258-266.
- QUINTANILLA RASO, María Concepción (1996), *Nobleza y Caballería en la Edad Media*. Madrid, Arcos Libros, S. L.
- QUINTANILLA RASO, María Concepción (2008), *La nobleza señorial en la corona de Castilla*. Granada, Editorial Universidad de Granada.
- RABAÇAL, Eduarda (2016), «A Rainha Genevra no Pentecostes do Graal do ms. 2594 da Oesterreichische Nationalbibliothek», *Guarecer Revista Eletrónica de Estudos Medievais*, 1. Url: http://docs.wixstatic.com/ugd/0e9128_dca6ace2505f4e7486799ffb63bf3789.pdf.
- REBELO, Luís de Sousa (1983), *A conceção de poder em Fernão Lopes*. Lisboa, Livros Horizonte.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. (2007), *Dicionário de Narratologia*, 7ª ed. Coimbra, Almedina.
- RUSSELL, Peter (2000), *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*. 1ªed. 1955, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SARAIVA, António José (1960), *Fernão Lopes*. Lisboa, Europa-América.

- SARAIVA, António José (1950-1962), *História da Cultura em Portugal*. Lisboa, Jornal do Fôro, vol. I.
- SARAIVA, António José (1998), *O Crepúsculo da Idade Média*, 5ª ed. Lisboa, Gradiva.
- SARASA SÁCHEZ, Esteban (2002), «La construcción de una memoria de identidad. El género historiográfico en la edad media: de lo europeo a lo hispano», in José Ignacio de la Iglesia Duarte (coord.), *Los espacios de poder en la España medieval: XII Semana de estudios Medievales de Nájera*. Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 409-424.
- SCHÖNERT, Jörg (2009), «Author», in Peter Hühn et al. (ed), *Handbook of Narratology*. Berlim, Walter de Gruyter GmbH & Co.
- SILVA, António de Moraes (1945), Grande Dicionário da Língua Portuguesa, 10ª ed., 1ª ed. 1789. Lisboa, Editorial Confluência. Vol. I.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (2007), *Teoria da Literatura*, 8ª ed. Coimbra, Almedina.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3 vols. Tese de Doutoramento.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2011), «Linhagem e estrutura de parentesco», in Georges Martin e José Carlos Ribeiro Miranda (org.), *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular: homenagem a D. Pedro, Conde de Barcelos*. Porto, Estratégias Criativas, pp. 427-439.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2015), «A coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV) Uma relação de serviço?», in *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media (Actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarra)*. Pamplona: Gobierno de Navarra, pp. 141-176.
- SOUSA, Armindo de (1997), «A sociabilidade (estruturas, grupos e motivações)», in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, vol. 2, pp. 327-404.
- SOUSA, Armindo de (1997), «Realizações», in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, vol. II, pp. 405-424.
- SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (2007), «Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)», *HISPANIA Revista Española de Historia*. Vol. LXVII, nº 227, pp.881-898.
- SPIEGEL, Gabrielle M. (1997), *The past as text. The theory and practice of Medieval Historiography*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis (1962), *El Canciller Pedro López de Ayala y su tiempo (1332-1407)*. Vitoria, Imp. Montepio Diocesano.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis (1986), «La crisis de 1383: el punto de vista castellano», *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, Universidade do Porto, III Série, vol. 3, pp. 59-68.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis (1991), «Castilla (1350-1406)», in Luis Suárez Fernández e Juan Regla Campistol, *Historia de España Menéndez Pidal España Cristiana Crisis de la Reconquista Luchas Civiles*, 5ª ed. Madrid, Espasa-Calpe, vol. 14, pp. 1-378.
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis (2009), «Don Pero López de Ayala. Un alavés clave de tres reinados», in Rica Amran (coord.), *Autour de Pedro López de Ayala*. Paris, Indigo & côté-femmes éditions, pp. 9-109.
- VALDALISO CASANOVA, Covadonga (2009), «La dimensión política de la obra cronística de Pedro López de Ayala», in Rica Amran (coord.), *Autour de Pedro López de Ayala*. Paris, Indigo & côté-femmes éditions, pp. 189-202.
- VALDALISO CASANOVA, Covadonga (2010), *Historiografía y legitimación dinástica: análisis de la Crónica de Pedro I de Castilla*. Valladolid, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial.
- VALDALISO CASANOVA, Covadonga (2011), «La obra cronística de Pedro López de Ayala y la sucesión monárquica en la corona de Castilla», *Edad Media: revista de historia*. Nº 12, pp. 193-211.
- VENTURA, Leontina (1992), *A nobreza de corte de Afonso III*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- VENTURA, Margarida Garcez (1992), *O Messias de Lisboa: um estudo de mitologia política (1383-1415)*. Lisboa, Edições Cosmos.